



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO**

**CONTRA-HEGEMONIA, MEDIAÇÃO E APROPRIAÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO
SOBRE O MTST E A OCUPAÇÃO URBANA COMO MEIO DE COMUNICAÇÃO**

ANTÔNIO VINÍCIUS OLIVEIRA GONÇALVES

**SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2017**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

CONTRA-HEGEMONIA, MEDIAÇÃO E APROPRIAÇÃO SOCIAL: UM ESTUDO
SOBRE O MTST E A OCUPAÇÃO URBANA COMO MEIO DE COMUNICAÇÃO

ANTÔNIO VINÍCIUS OLIVEIRA GONÇALVES

Dissertação apresentada como requisito para
aprovação no exame de qualificação do
Programa de Pós-Graduação em Comunicação
(PPGCOM) da Universidade Federal de
Sergipe (UFS), na linha de pesquisa Cultura,
Economia e Políticas da Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. César Siqueira Bolaño

SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2017

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

G635c Gonçalves, Antônio Vinícius Oliveira
Contra-hegemonia, mediação e apropriação social:
um estudo sobre o MTST e a ocupação urbana como
meio de comunicação / Antônio Vinícius Oliveira
Gonçalves ; orientador César Siqueira Bolaño. - São
Cristóvão, 2017.
105 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Comunicação) -
Universidade Federal de Sergipe, 2017.

1. Comunicação popular. 2. Movimento dos
Trabalhadores Sem Teto(Brasil). 3. Mediação. I. Bolaño,
César Siqueira, orient. II. Título.

CDU 659.3:323.1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO - PPGCOM



ATA DE SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO
MESTRADO EM COMUNICAÇÃO UFS

Título do trabalho: "Contra-hegemonia, mediação e apropriação social: um estudo sobre o MTST e a ocupação urbana como meio de comunicação.."

Aluno: ANTONIO VINICIUS OLIVEIRA GONCALVES

Data da defesa: 30/08/2017

Às 19h00 (dezenove horas) do dia 30 do mês de agosto de 2017, o Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Sergipe realizou a Defesa da Dissertação do discente ANTONIO VINICIUS OLIVEIRA GONCALVES denominada "Contra-hegemonia, mediação e apropriação social: um estudo sobre o MTST e a ocupação urbana como meio de comunicação", conforme o que estabelece a Resolução 60/2014/CONEPE/UFS, que regula o funcionamento do PPGCOM/UFS. A banca examinadora foi composta pelos professores doutores CESAR RICARDO SIQUEIRA BOLANO (PPGCOM-UFS) orientador, CARLOS PERES DE FIGUEIREDO SOBRINHO - avaliador Interno (PPGCOM-UFS) e SONIA MEIRE SANTOS AZEVEDO DE JESUS - avaliador Externo (UFS). A sessão solene de Defesa ocorreu no OBSCOM/UFS. Após o discente proceder à apresentação da dissertação, a banca fez os questionamentos e comentários referentes ao trabalho, os quais foram respondidos pelo discente. Ao final, a banca reuniu-se reservadamente e considerou o discente ANTONIO VINICIUS OLIVEIRA GONCALVES aprovado no Curso de Mestrado em Comunicação da UFS com o conceito A.

Cidade Universitária "Prof. José Aloísio de Campos", 30 de agosto de 2017


Prof. Dr. CESAR RICARDO SIQUEIRA BOLANO (PPGCOM-UFS) orientador


Prof. Dr. CARLOS PERES DE FIGUEIREDO SOBRINHO - avaliador Interno
(PPGCOM-UFS)


Profa. Dra. SONIA MEIRE SANTOS AZEVEDO DE JESUS - avaliadora Externa (UFS)

Mestrado em Comunicação Social:
Prédio do DCOS, andar superior - Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos
Av. Marechal Rondon, S/N - CEP 49.100-000 - Rosa Elze - São Cristóvão - Sergipe - Brasil
Telefones: (79) 2105-6390 - E-mail: mestradocomunicação.ufs@gmail.com

DEDICATÓRIA

Dedico à minha mãe, Djalene, a quem me ensinou o amor.

Dedico a meu irmão, Jarbas, que me ensinou o que era o companheirismo.

Dedico a meu pai, Valmir, a quem me ensinou que o conhecimento tem que servir.

Dedico aos trabalhadores em luta, em especial aos militantes do MTST, a quem me ensinam que direito não se pede, ocupa.

A EDUCAÇÃO pelo concreto

Uma educação pelo concreto.

A lição pelo PESO.

Constroem tudo com aquilo que o cabra
não pode carregar

O Peso deve ser calculado para esmagar as
vidas trabalhadoras

Quanto mais pesado o bloco, maior o grau
de educação

Massa é uma mistura lazarenta de
pequenos grãos

esmagados para parecer apenas um,

pesado, imóvel, concreto, imutável

carregado nas costas,

multiplicado pela gravidade

como a vida urbana.

A lição pela ALTURA

Miniaturas das obras ilustram o vosso
tamanho

Se pequenos ficam os grandes concretos

Invisíveis são os que constroem com as
mãos e cabeça

E mais terra sobram pros donatários
modernos lucrar

O CNPJ e a marca da empresa assinam no
amolecer do cimento

e apresentam-se em chapa de ouro a vistas
dos tolos.

Mesmo com tantos prédios, falta teto pro
pobre morar

Com os mesmos poucos donos, aluguel já
se cobra até pelo ar

Os andares mede a distância vertical da
desigualdade

entre o que tem e os que constroem para o
que tem

quanto mais alto os andares menos
andantes por lá.

A lição pela COR

Podem até variar nas cores, mas tudo fica
acinzentado

Assim como no sertão, o clima surpreende
a vida

A cor sai do concreto e se espalha no ar.

OUTRA educação pelo concreto.

não é que não tenha amor no concreto

É que o concreto respirado, solidifica a
desconfiança

como o sertanejo e o forasteiro.

Mas as portas e janelas, mesmo cinzas,
continuam lá.

Esperando uma chuva de cores a serem
grafitadas.

Vinícius Oliveira

RESUMO

O Movimento de Trabalhadores Sem Teto (MTST), luta há vinte anos pela moradia e a vida digna na cidade. Nessa luta constrói formas de sociabilidade diferentes das hegemônicas. Estas se baseiam na mercantilização de todas as esferas da vida e assim, que se desenvolve a universalização das relações sociais coisificadas. O fetiche da mercadoria acontece quando a mercadoria ganha status de vida e a própria vida subjugase à condição de objeto. Através dessa naturalização, a dominação é universalizada como hegemonia, que não se resume a uma coerção pura, mas também a uma direção cultural e à consolidação de consenso social entre a classe dominante e a classe dominada. No contexto da reestruturação do capital, afirma-se a hegemonia através do uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC). Os estudos em Economia Política da Comunicação (EPC) têm um papel crucial nessa conjuntura porque caberá a eles a tarefa de esclarecer a função de mediação da indústria cultural. A partir disso, propõe-se estudar se outra mediação é possível na contra-hegemonia, entendendo como a classe que vive do trabalho – especificamente no caso do MTST – realiza sua resistência e suas disputas de concepção de mundo. Para isso, realiza-se uma revisão bibliográfica, desde a perspectiva da economia política da cidade abordando conceitos e categorias como renda diferencial, direito à cidade, urbanização, e utilizando a metodologia da etnografia urbana para o trabalho de campo aplicado junto a trabalhadores de ocupações do MTST em São Paulo. Nesse sentido, o presente trabalho compreende que o MTST através de sua ação espacial de ocupação urbana e forma de organização, cria um espaço contra-hegemônico, realizando uma mediação contra-hegemônica o que somado à apropriação social das TIC, potencializa sua comunicação popular.

Palavras-chave: MTST; Contra-hegemonia; EPC; Mediação; Comunicação Popular.

ABSTRACT

The Homeless Workers Movement (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto- MTST) struggles for twenty years for habitation and dignified life in the city. This struggle builds other forms of hegemonic sociability. The hegemonic relations are founded on the commodification of every realm of life. It is in the relationship between goods that the universalization of reified social relations and commodity fetishism happens: when goods acquire a life status and life itself becomes a mere object. Through this naturalization process, domination is universalized as hegemony and does not limit itself to direct coercion, but also determines a cultural direction and helps consolidate social consensus between dominant and dominated classes. With the restructuring of capital, information and communication technologies (ICTs) have a central role in affirming hegemony. Communication studies centered around the political economy of communications (Economia Política da Comunicação- EPC) are crucial in this process, as they help understand the role of mediation in the cultural industry and, from there, understand if a counter-hegemonic type of mediation process is possible, one that understands how the working class - specifically in the case of MTST - finds ways to resist and comes to terms with their understanding of the world. This work uses bibliography review - from the perspective of the urban political economy and approaches to concepts and categories like differential income, right to the city, urbanization - and urban ethnography methodology to the fieldwork applied to the workers of the MTST camps in Sao Paulo. This work also comprehends that MTST through their spatial actions of occupation and organization, creates a counter-hegemonic process that proposes a new mediation that, combined with a social appropriation of ICTs, optimizes popular communication.

Keywords: MTST; Counter-hegemony; EPC; Mediation; popular communication

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. CONTRA-HEGEMONIA, MEDIAÇÃO E APROPRIAÇÃO SOCIAL.....	18
1.1 A HEGEMONIA E A CONTRA-HEGEMONIA.	21
1. 2. OUTRA MEDIAÇÃO É POSSÍVEL	26
Notas sobre a reestruturação produtiva e a indústria cultural.	27
1.3 COMUNICAÇÃO POPULAR	33
Notas sobre os novos movimentos sociais (NMS)	37
1.4 APROPRIAÇÃO SOCIAL E A COMUNICAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	38
2. DIREITO À CIDADE.....	42
2.1 A RENDA DIFERENCIAL DA TERRA URBANA	43
2.2 URBANIZAÇÃO E ACUMULAÇÃO CAPITALISTA	45
2.3 A ALIENAÇÃO ESPACIAL	47
2.4 NOTAS SOBRE A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA.....	49
2.5 A FAVELIZAÇÃO DO MUNDO	52
2.6 UMA CONCEPÇÃO DE PERIFERIA.....	53
2.7 DIREITO À MORADIA.....	54
2.8 DIREITO À CIDADE.....	56
3. O MTST E A OCUPAÇÃO URBANA QUE COMUNICA.....	58
3.1. HISTÓRIA E CONCEPÇÃO	58
3.2 AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013 E O CRESCIMENTO DO MTST	61
3.3 O MODO DE ORGANIZAÇÃO.....	65
3.4 A OCUPAÇÃO URBANA.....	69
3.5 COMUNICAÇÃO	71
3.6 OCUPAÇÃO URBANA E MEDIAÇÃO	73
3.6.1 O combate ao fetiche da mercadoria.....	78
3.6.2 A ocupação como espaço de mediação contra-hegemônica.....	83
3.6.3 O espaço e a mediação	86
3.7 COMUNICAÇÃO POPULAR E APROPRIAÇÃO SOCIAL	96
CONCLUSÃO.....	100
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	103
ANEXO 1	106

INTRODUÇÃO

A pesquisa apresentada neste trabalho é fruto da vivência e estudo das lutas urbanas e pela democratização da comunicação que iniciei ainda na graduação. Desde 2005 participo junto aos movimentos sociais, inicialmente do movimento estudantil e do extinto Movimento Passe Livre Aracaju (MPL-AJU), ainda como acadêmico do curso de Direito. A partir da minha experiência pessoal na área de comunicação nesses movimentos decidi mudar para o curso de Comunicação Social, com habilitação em jornalismo, onde acabei por me inserir na Executiva Nacional dos Estudantes de Comunicação Social (ENECOS) compondo sua coordenação geral nacional em 2009 (2009)¹.

Participando da luta nacional pela democratização da comunicação, além das outras bandeiras defendidas pela ENECOS percebia o quanto a discussão sobre a comunicação como direito estava distante da realidade do grande conjunto dos movimentos sociais no Brasil. Em um país que não conseguia – nem consegue – garantir os direitos humanos básicos, como alimentação e moradia; a democratização da comunicação não parecia – nem parece – para muitos ter prioridade. Em 2011, mesmo sem terminar a graduação, decidi encerrar minha participação mais direta no movimento estudantil e acompanhar mais de perto os movimentos populares.

Foi quando, ainda em 2011, época em que eu residia na cidade de Teresina (PI) aconteceu uma série de manifestações massivas contra o aumento das tarifas de ônibus urbanos que foi nomeada “semana dos indignados”². As manifestações fecharam as principais avenidas da cidade de Teresina, chegando a mobilizar mais de sessenta mil pessoas, mesmo com toda a mídia hegemônica tentando desmobilizar e criminalizar os manifestantes. Como resultado das manifestações lideradas pelo Fórum de Transportes – do qual eu era um dos participantes – o preço da tarifa foi revogado. Semanas após a vitória concreta, cada um dos movimentos inseridos teve um crescimento tímido em suas bases sociais e cada qual voltara a sua luta fragmentada. Isso gerou a sensação de que não conseguimos aproveitar este momento político para abalar a hegemonia.

Em março de 2013, residindo novamente em Aracaju, acabei entrando para a direção do movimento popular Terra Livre e contribui na coordenação de uma ocupação chamada

1 *Entrevista com Vinícius Oliveira, coordenador nacional da ENECOS*, 15 de abril de 2009. Sheila Jacob. Disponível em: <<http://nucleopiratinina.org.br/entrevista-com-vinicius-oliveira-coordenador-nacional-da-enecos/>>. Acesso: 07 ago. 2017, 16:20.

2 *Estudantes de Teresina saem às ruas e conseguem frear o aumento das tarifas de ônibus*, 1 novembro de 2011. Bolívia de Sá, Lina Magalhães. Disponível: <<https://desinformemonos.org/estudantes-de-teresina-saem-as-ruas-e-conseguem-frear-o-aumento-das-tarifas-de-onibus/>>. Acesso: 07 ago. 2017.

Novo Amanhecer³ localizada no bairro 17 de março, periferia de Aracaju. Cheguei a morar nos barracos de lona preta e me envolvi mais diretamente na responsabilidade da luta nesta ocupação urbana. Isto acabou sendo o objeto do meu TCC/documentário, intitulado Paz com Direitos.⁴

A inquietação acadêmica preliminar que gerou esta pesquisa nasceu da vivência nesse movimento social que lutava pelo direito à moradia, mas na sua base social de trabalhadores da periferia, permanecia com uma visão acrítica das indústrias culturais e da grande mídia.

Desde o início da graduação em Comunicação social tive dificuldade de encontrar um referencial teórico que respondesse às minhas inquietações acadêmicas surgidas no campo. Em 2009, participando de eventos nacionais relacionados à temática conheci os estudos sobre Economia Política da Comunicação e da Cultura (EPC) que, naqueles anos da minha graduação, não era abordada na grade curricular obrigatória. Foi assim que decidi realizar uma reflexão acerca da minha prática e das relacionadas aos movimentos populares a partir da perspectiva da EPC.

Por isso, através da EPC e de sua compreensão sobre o papel da comunicação na realidade do capital reestruturado pretendo analisar se o MTST consegue se pautar como um movimento social contra-hegemônico e de apropriação social das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC).

As TIC reconfiguraram as relações de exploração de classe e os modos de vida da classe que vive do trabalho. Para a grande maioria da população empobrecida a informação repassada, principalmente pelas indústrias culturais jornalísticas, é o espelho da realidade, quando, na verdade, as indústrias culturais são corporações que tratam a informação e a cultura como mercadoria articulando, assim, qualquer mediação não apenas como canal ou via, mas também como parte do processo de produção e reprodução do capital.

As indústrias culturais são estruturas de *mediação* entre as instâncias de poder e as massas, o que exige um tipo de trabalho que promove uma determinada forma de empatia com o público, o trabalho cultural. São os trabalhadores culturais empregados nas indústrias culturais e da comunicação que servem como referência na construção do consenso em torno à sociedade do capital e os modos de vida a ela vinculados como única forma de organização social possível. Afirma-se, assim, a hegemonia pelo consenso (GRAMSCI, 1985).

3 *Contra a intolerância do poder, as barricadas pela Terra Livre por um Novo Amanhecer*, 2013. Vinícius Oliveira. Disponível em: <<http://ocupa17demarco.blogspot.com.br/2013/08/contra-intolerancia-do-poder-as.html>> Acesso: 07 de ago. 2017.

4 OLIVEIRA, Vinícius. *Paz com Direitos*. 25 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_UJcGEtOsFw> Acesso: 07 ago. 2017.

Esse trabalho cultural não elimina a necessidade da força subsumida (BOLAÑO, 2000), mas cumpre o papel que Gramsci (1985) atribuía ao intelectual orgânico que consolida a hegemonia ao realizar a mediação entre as culturas populares e o sistema capitalista. Ele é responsável por explicar a realidade e tornar-se referência de modos de vida que criem um consenso em torno da reprodução do capital, mas neste caso, não se trata do intelectual autônomo a serviço da classe, mas de um trabalhador intelectual (MARTINS, 2015).

Essa influência do trabalhador intelectual se vê intensificada nas cidades. Para combater esta hegemonia é que surgem os movimentos sociais (MONTANA, 2011). O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) luta contra a hegemonia criando outras estratégias de comunicação e de sociabilidade sempre focando na moradia como direito. Compreende que a terra urbana tem um valor de uso inalienável e que a sua apropriação social não pode ser embutida como valor de troca, por isso, criaram um método próprio de organização e de luta, através da ocupação urbana nas periferias (GOULART, 2011).

A hipótese desse trabalho é que as ocupações urbanas do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) articulam um espaço contra-hegemônico realizando uma outra mediação com os trabalhadores da periferia e que, através da apropriação social das TIC, potencializam a comunicação popular do MTST para além dos trabalhadores sem teto.

A ocupação urbana é aberta à população da periferia tornando-se assim, ela mesma, o maior veículo de comunicação do movimento com os trabalhadores da cidade. Começa com algumas dezenas de famílias que vão produzindo o espaço e realizando diversas ações que convidam outros trabalhadores a unirem-se na luta, até mobilizar, em poucos dias, milhares de ocupantes.

Utilizar os instrumentos teóricos da EPC para analisar um dos mais importantes movimentos sociais urbanos do Brasil – o MTST – é um desafio. A EPC tem sido uma referência no estudo das indústrias culturais no Brasil no campo das disciplinas da comunicação social exemplificado nas análises sobre a Rede Globo, as políticas públicas culturais, a indústria criativa e o estudo crítico sobre a internet. Mas como pensar essa ferramenta para analisar a organização e a atuação de um movimento social da classe trabalhadora?

Algumas claves foram encontradas na revisão bibliográfica e a partir da leitura de documentos oficiais ou notícias sobre a organização. Mas for especialmente necessário analisar o movimento de perto, sua organização interna e suas relações externas. Para isso, escolheu-se a etnografia urbana como metodologia. As pesquisas etnográficas originalmente dedicavam-se ao estudo de populações indígenas, ou dos povos originários, que estavam

isolados. Segundo Clifford (2011), os estudos etnográficos passaram por três momentos: primeiro, o estudo do “outro distante”; segundo, o estudo do “outro próximo” como eram os estudos sobre “o povo”, “a cultura popular” e o “campesinato”; terceiro, o estudo do comum.

Na etnografia clássica o espaço urbano não era visto como espaço a ser estudado. Os estudos de etnografia urbana datam dos anos de 1930. Com a conformação das grandes cidades na Europa, literatos escrevem sobre experiências dos moradores urbanos e como sentem as remodelações do espaço.

É evidente que não há como negar todos aqueles problemas apontados nos diagnósticos com base em inúmeros e consistentes estudos e comprovados também pela própria experiência do dia a dia nas grandes cidades, nem, evidentemente, as injunções dos interesses das grandes corporações transnacionais e das elites locais nos sistemas decisórios sobre o ordenamento urbano e sua influência nas condições de vida da população. Mas a pergunta que ainda paira é: isso é tudo? Este cenário degradado esgota o leque das experiências urbanas? Não seria possível chegar a outras conclusões, desvelar outros planos mudando este foco de análise, de longe e de fora, com base em outros métodos e instrumentos de pesquisa, como os da antropologia, por exemplo? (MAGNANI, 2002, p.9)

Foi com base neste questionamento que escolheu-se a metodologia da etnografia urbana. Foi assim que passado o primeiro ano de mestrado e de revisão bibliográfica, realizou-se uma imersão de 12 dias na ocupação Povo sem Medo do Capão Redondo em São Paulo entre os dias 6 de janeiro e 18 de janeiro de 2017. Ocasão na qual foi também visitada a ocupação Povo sem Medo de Embú das Artes, a sede do MTST e foram realizadas entrevistas coletivas com militantes dessas ocupações e com Guilherme Boulos, coordenador nacional do MTST. Ao chegar em São Paulo o primeiro contato foi com Zé Afonso da coordenação nacional e encarregado da comunicação do MTST. O primeiro contato e as três horas de entrevista não dirigida com ele permitiu a imersão na ocupação e, assim também, as rodas de conversa e filmagens realizadas para esta pesquisa. O material coletado constitui-se de vídeos (em torno de 400 minutos) e mais de 300 fotos que também ficaram como acervo do Movimento. Entende-se que este material e a utilização de meios audiovisuais não é apenas um produto, mas instrumento metodológico da própria pesquisa. Ao finalizar a estada na ocupação e no recorrido pela outra ocupação já citada, organizou-se um roteiro de perguntas para a entrevista com Guilherme Boulos (Anexo 1). A conclusão evidenciada foi que a ocupação em si é um meio de comunicação, pois a prática de ocupar a cidade é a espacialização da contra-hegemonia e esta chama à atuação de mais trabalhadores.

A partir da experiência em campo é possível confirmar que o espaço da cidade não é uma zona neutra. É o resultado das tensões entre a classe dominante que detém os meios de produção e a classe dominada que vive da venda da força de trabalho. Assim, coexistem

duas cidades dentro da mesma cidade dividida pelo senso comum em bairros nobres e periferias. É nas periferias que surge o MTST, um movimento social que questiona a financeirização da cidade. Seu principal método de ação são as ocupações espaciais, que aglutinam milhares de pessoas articuladas por formas de comunicação e de cultura locais que merecem um olhar atento. Por isso, a etnografia urbana se faz fundamental. É que

Uma cultura urbana se expressa não só por convenções gestuais, de linguagens recorrentes, especializações profissionais de seus portadores, mas se apresenta igualmente através de suas práticas ordinárias, saberes e tradições com as quais o pesquisador precisa familiarizar-se neste deslocamento em espaços que são, ou não, o seu próprio lugar de origem (ECKERT E ROCHA, 2001, p.6).

A leitura dessas práticas e saberes é possível somente realizando uma imersão e, para isto, é importante que o pesquisador esteja munido de metodologias, como o diário de campo, “informantes” e que observe atentamente a morfologia social, a linguagem, as gírias, as manifestações pelo direito à moradia etc.

Sem ignorar a contribuição da ação engajada e organizada, no entanto, há uma gama de práticas que não são visíveis na chave de leitura da política (ao menos de uma certa visão de política): é justamente essa dimensão que a etnografia ajuda a resgatar. A incorporação desses atores e de suas práticas permitiria introduzir outros pontos de vista sobre a dinâmica da cidade, para além do olhar “competente” que decide o que é certo e o que é errado e para além da perspectiva e interesse do poder, que decide o que é conveniente e lucrativo. (MAGNANI, 2002a, p.8)

Como afirma Magnani (2002), este olhar de perto e de dentro é necessário para enxergar os modos de vida dos de baixo, dos que são as vítimas, mas não passivas, dos que são segregados, mas não se isolam, daqueles que têm negados os seus direitos, mas lutam por eles. Esse mergulho etnográfico é um salto no escuro. A periferia é apresentada apenas nos noticiários quando realiza passeatas ou nas notícias policiais, por isso a pesquisa teve que ser feita teto a teto, conversando e mapeando o espaço, participando das atividades e realizando entrevistas com sujeitos e contabilizando os espaços de socialização que são retroalimentados por ocupantes e identificando como eles se comunicam com a cidade.

A experiência do jornalista ou do pesquisador que visita o acampamento e pede para que as pessoas contem suas histórias permite reconhecer potencialidades que às vezes não são percebidas pelos próprios sujeitos e que não necessariamente, através da fala conseguirá fundamentar a suas práticas. O objetivo é colher elementos para questionamentos científicos a partir do próprio autodinamismo do modo de vida dos ocupantes.

Procura-se um olhar de dentro dos próprios atores sociais, para saber como os mesmos se estabelecem nas tramas da cidade, seus meios de subsistência através do trabalho, o acesso a direitos e equipamentos públicos, a tentativa de dar dignidade às moradias, a relação com os meios de comunicação hegemônicos e os meios de comunicação do movimento social, os espaços de participação política.

As sociabilidades outras de dentro do movimento permitem driblar o isolamento dos indivíduos que a cidade e os mercados pretendem gerar. “Postulo a partir dos atores sociais em seus múltiplos, diferentes e criativos arranjos coletivos: seu comportamento, na paisagem da cidade, não é errático, mas apresenta padrões” (MAGNANI, 2002, p.14). Esses padrões teorizados podem tornar-se categorias para a compreensão da realidade partindo do particular para o universal dando espaço para o aparecimento de contradições, de elementos que se articulam dialeticamente em determinado espaço.

Para captar essa dinâmica, por conseguinte, é preciso situar o foco nem tão de perto que se confunda com a perspectiva particularista de cada usuário e nem tão de longe a ponto de distinguir um recorte abrangente, mas indecifrável e desprovido de sentido. Em outros termos, nem no nível das grandes estruturas físicas, econômicas, institucionais etc., nem no das escolhas individuais: há planos intermediários onde se pode distinguir a presença de padrões, de regularidades. E para identificar essas regularidades e poder construir, como referência, algum tipo de totalidade no interior da qual seu significado possa ser apreciado, é preciso contar com alguns instrumentos, algumas categorias de análise (MAGNANI, 2002, p.11)

As ferramentas utilizadas, que constituem-se tanto em produtos como em instrumentos metodológicos, foram a fotografia e a produção de vídeos que permitiram a construção de diários de campo. As questões que surgem sobre o uso destas ferramentas são: acerca da possibilidade de inserir dentro da antropologia urbana, a câmera fotográfica e sua linguagem. Ou ainda, inserindo produção fílmica entre as metodologias e relações com os sujeitos, como as experiências etnográficas visualizam o uso da câmera na discussão das cidades?

Na etnografia urbana existem experiências de utilização de meios audiovisuais como a chamada pelas autoras Ana Luiza Carvalho da Rocha e Cornelia Eckert (2001) de “etnografia de rua”. Este tipo de etnografia

...se apoia no uso de recursos audiovisuais, como câmeras de vídeo ou fotografia, [onde] o olhar do antropólogo por vezes assume um lugar de destaque. E se, em muitos momentos se é a situação de interação que irá introduzir o uso do equipamento audiovisual no trabalho de campo, em outros é a câmera de vídeo ou a máquina fotográfica que irá inserir o antropólogo no seu lugar de pesquisa. (ECKERT E ROCHA, 2001, p.8)

A câmera fotográfica pode também prejudicar as relações de pesquisa, já que geralmente é associada a grandes empresas de comunicação que costumam escrever matérias sobre o local gerando tanto expectativa de publicação que não será realizada, quanto uma desconfiança. Obviamente que de certa forma, também poderá atrair ocupantes, falas, locais e outras riquezas que a sedução pela câmera pode proporcionar.

A experiência de construção de um documentário/TCC sobre a “Ocupação Novo Amanhecer” que aconteceu no maior bairro de periferia de Aracaju no ano de 2013: o documentário “Paz com Direitos” demonstrou a potencialidade do uso do audiovisual. Muitos dos moradores que não costumavam falar em espaços públicos ou entrevistas com a mídia, quando nos reconheciam com a câmera pediam para falar e faziam relatos, muitas vezes, mais elucidativos que outros sujeitos mais experientes do movimento. O exemplo mais emblemático foi um pequeno conjunto de crianças que pediu pra falar e acabou sendo o último depoimento de alguns segundos, mas que encerra e sintetiza uma parte importante do documentário, já que se não fosse pelo pedido, as crianças iam passar sem direito à fala, mesmo sendo mais de um terço da ocupação.

(...) o equipamento confirma o gesto da pesquisa naquilo que é captado como vivido humano no presente, seja o seu próprio, seja dos nativos, e mesmo de ambos. (...) as imagens registradas de instantâneos, quase sempre autorizadas, [...], não são apenas testemunhas do passado do «eu estive lá» do antropólogo. Elas podem exprimir o desejo expresso do nativo de ver-se «lá», eternizado na imagem capturada pelo olhar do antropólogo. (ECKERT E ROCHA, 2001, p. 8)

A escolha da máquina fotográfica ou câmera de vídeo na etnografia urbana não significa um ato permanente ou aleatório, mas quando for o caso, a adoção exige certo conhecimento das técnicas da fotografia e do olhar, porém são as regras do ambiente e os códigos de ética, conforme aceitação por parte dos fotografados, que correspondem ao condicionamento da fotografia ou não, sempre se atentando para os direitos de imagem e outros direitos relativos.

No entanto, cabe reafirmar, por fim, que a meta é seguir em busca de uma lógica mais geral. Do olhar de perto e de dentro, próprio da etnografia, para um olhar distanciado, em direção, aí sim, a uma antropologia da cidade, procurando desvelar a presença de princípios mais abrangentes e estruturas de mais longa duração. É somente por referência a plano e modelos mais amplos que se pode transcender, incorporando-o, o domínio em que se movem os atores sociais, imersos em seus próprios arranjos, ainda que coletivos (MAGNANI, 2002, p.28).

Assim a etnografia, junto ao uso de audiovisual, permite fazer essa aproximação do particular – e contra-hegemônico – para fazer a relação com a totalidade da periferia, da cidade e do capitalismo.

Apresentado o percurso pessoal relacionado às categorias de análise – movimento social, contra-hegemonia e totalidade – e à metodologia utilizada, resulta importante descrever a seguir a ordem da pesquisa.

O primeiro capítulo retoma o conceito de fetichismo da mercadoria (MARX, 1985) para discutir o que entende-se por hegemonia e contra-hegemonia (GRAMSCI, 1985) convergindo com a economia política. Também aborda-se o conceito de mediação definido por Bolaño (2015) que estabelece-se como uma função das indústrias culturais e seus trabalhadores intelectuais. A comunicação popular e dos movimentos sociais (PERUZZO, 2008) também são tratados neste capítulo problematizando a questão do popular (LOPES, 2008) para não perder de vista o viés crítico da internet e sua possibilidade de apropriação social (NEUMAN, 2008). Estes conceitos permitem construir o arcabouço teórico daquilo identificado em campo junto ao MTST como contra-hegemonia e apropriação social das TIC.

No segundo capítulo, realiza-se a leitura da economia política da cidade a partir da compreensão acerca da terra rural e da renda diferencial em Marx (BOTELHO, 2007), para depois refletir o problema da habitação em Engels (1886). Para adentrar na cidade, sistematiza-se a revisão bibliográfica sobre os impactos da mercantilização do espaço (CARLOS; VOLOCHUKO; PINTO, 2015). Trata-se também a partir de Harvey sobre a articulação entre a acumulação capitalista e a urbanização considerada para o contexto de favelização do mundo (DAVIS, 2006). Estas discussões permitem definir, mais precisamente, o que entende-se por periferia (BONDUKI; MULNIK, 1982) para munir a luta pelo direito à moradia (MARICATO, 2013) e o direito à cidade (HARVEY, 2013).

Após essa sistematização da revisão bibliográfica, no terceiro capítulo identifica-se a concepção e o modo de organização do MTST através das interpretações dos documentos oficiais e das narrativas dos próprios integrantes do movimento.

Conclui-se com a reflexão de que a ocupação urbana atrela-se dialeticamente à questão da mediação. Observa-se quais são os fatores peculiares dessa ação direta espacial (LEFEBVRE, 2006) onde o combate ao fetiche da mercadoria e a vinculação a uma organicidade (GRAMSCI, 1985) do movimento possibilitam que estas ocupações sejam espaços de mediação contra-hegemônica. E então, identifica-se a potencialidade que estes espaços influem na comunicação popular e na apropriação social das TICs pela organização.

1. CONTRA-HEGEMONIA, MEDIAÇÃO E APROPRIAÇÃO SOCIAL

A economia política da comunicação e da cultura (EPC), tradicionalmente, tem estudado as TIC's (Tecnologias da Informação e Comunicação), a partir de uma leitura marxista sobre o poder, influência e envolvimento da grande mídia junto ao capitalismo contemporâneo e à própria cultura de massa. Há, nesse sentido, uma vasta bibliografia desta escola que, numa luta epistemológica, aceita o desafio acadêmico de desvendar esse campo de conhecimento.

O presente desafio deste capítulo é retomar a leitura crítica que norteia a EPC e aproximá-la das teorias que estudam a comunicação dos movimentos sociais reconsiderando categorias como contra-hegemonia, mediação, comunicação popular e apropriação social.

Para aprofundar na categoria da contra-hegemonia e ter um sentido mais centrado na economia política foi necessário voltar aos estudos iniciais sobre fetiche da mercadoria.

[...] na análise das formas econômicas, não se pode utilizar nem microscópio nem reagentes químicos. A capacidade de abstração substitui esses meios. A célula econômica da sociedade burguesa é a forma mercadoria, que reveste o produto do trabalho, ou a forma de valor assumida pela mercadoria. Sua análise parece, ao profano, pura maquinação de minuciosidades. Trata-se, realmente, de minuciosidades, mas análogas àquelas da anatomia microscópica (MARX, 2014, p. 16).

A mercadoria para a maioria da sociedade, é o objeto em exposição, disponível e atraente para satisfação ou realização pessoal. Não coincidentemente, Karl Marx (1818-1883) inicia seu principal e mais maduro livro *O Capital: Crítica da Economia Política* reverberando mercadoria como a menor unidade econômica do modo de produção capitalista. A mercadoria, que geralmente aparece como um objeto palpável, visível, é a forma social na qual surge o trabalho concreto nas sociedades do capital. O estudo da mercadoria é o primeiro passo que o autor discorre para elucidar o modo como as relações sociais são camufladas.

De acordo com Marx toda mercadoria é, antes de tudo, um “objeto externo” que apresenta uma utilidade, um valor de uso que é referente à possibilidade de “satisfação das necessidades humanas”. Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza e estes “só se realizam com a utilização ou o consumo” (MARX, 2014, p.58) construindo uma relação com a qualidade social do objeto.

Outro valor contido na mercadoria é o valor de troca – esta “revela-se, de início, na relação quantitativa entre valores de uso de espécies diferentes na proporção em que se trocam” (MARX, 2014, p.58). Por isso, o valor de troca é relacional, ou seja, pode variar conforme tempo e espaço, sendo essa uma característica inerente à mercadoria nas sociedades

baseadas na troca, como a sociedade burguesa. É justamente no estudo do valor de troca que a economia política burguesa se concentrou em explicar.

A economia política analisou, de fato, embora de maneira incompleta, o valor e sua magnitude, e descobriu o conteúdo que ocultam. Mas nunca se perguntou por que ocultam esse conteúdo, por que o trabalho é representado pelo valor do produto do trabalho, e a duração do tempo de trabalho, pela magnitude desse valor. Fórmulas que pertencem, claramente, a uma formação social em que o processo de produção domina o homem, e não o homem o processo de produção, são consideradas pela consciência burguesa uma necessidade tão natural quanto o próprio trabalho produtivo. Por isso, dão às formas pré-burguesas de produção social o mesmo tratamento que os santos padres concedem às religiões pré-cristãs (MARX, 2014, p. 101-103).

Afirmando que a humanidade historicamente se relaciona entre si pela troca de mercadorias, a sociedade burguesa surge como evolução natural na historiografia dominante. Porém, a mercadoria, enquanto forma, esconde sua gênese em ser produto do trabalho humano sobre a natureza. “Ao igualar, na permuta, como valores, seus diferentes produtos, igualam seus trabalhos diferentes, de acordo com sua qualidade comum de trabalho humano. Fazem isto sem o saber” (MARX, 2014 p. 95-96). Ao invés de as relações sociais serem pautadas entre os seres sociais, são pautadas pelas relações entre coisas.

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho (MARX, 2014, p. 94).

O fetiche da mercadoria é manifestado quando as coisas ganham vida e a vida é coisificada. Esta se torna também um produto. No processo de troca das sociedades burguesas resumidas em trocas de mercadorias, é sutil a percepção de que é através do trabalho que a matéria prima tem utilidade social, ou valor de uso, e só desta forma.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. (MARX, 2014, p.211)

É na invisibilidade do trabalho que se forma a gênese primordial para a fetichização da mercadoria. Isso porque, dessa maneira, deixa-se de perceber as relações entre humanos e

natureza, para aparecer, subitamente, apenas relações entre objetos. Esses mesmos objetos são trocados por seus valores de troca, decididos socialmente pela esfera capitalista. Com esse substrato ideal burguês, a natureza e a relação do desenvolvimento do modo de produção capitalista também não são confrontadas pelos valores de uso impreteríveis da água, do ar ou da terra.

Até hoje nenhum químico descobriu o valor de troca na pérola ou no diamante. Mas os descobridores econômicos dessa substância química, que se jactam de grande profundidade crítica, creem que o valor de uso das coisas existe independentemente de suas propriedades materiais, ao contrário de seu valor, que lhes seria inerente como coisas. Para eles, a confirmação disso está na insólita circunstância de que o valor de uso das coisas se realiza para os homens sem a troca, ou seja, na relação imediata entre a coisa e o homem, ao passo que seu valor, ao contrário, só se realiza na troca, isto é, num processo social. (MARX, 2014, p.105)

Quando as relações econômicas na sociedade burguesa se universalizam e se tornam a base primordial da sobrevivência da maioria da humanidade, cria-se a célula primeira para a naturalização de todas as relações sociais entre os próprios seres humanos, que, através do fetiche da mercadoria, emerge, naturalmente, como relação social. A mercadoria já existia em formas anteriores de produção, mas, somente sob o capitalismo, toma forma dominante em que se objetivam os produtos do trabalho humano. O capital está nas relações econômicas e, através dela, tenta colonizar toda a diversidade de relações sociais, como a cultura e a comunicação, por exemplo. Portanto, o procedimento típico para o reforço dos valores deste tipo de sociedade, é reafirmar a dimensão econômica como única material. No fetiche da mercadoria, encontra-se uma das fórmulas para entender como a sociedade burguesa mantém sua dominação sobre a classe trabalhadora (NETTO, 2009).

Afirmações como “a bolsa de valores caiu”, “o mercado reagiu”, “com a queda do mercado, aumenta o desemprego” são expressões que ordinariamente refletem o fetiche da mercadoria. As notícias das grandes empresas jornalísticas chegam a tratar a dimensão do objeto até mesmo com expressões humanas como se aí existissem sentimentos. Ora, se é o trabalhador que cria e forma a sociedade e o mercado, como poderá ele ser vítima de suas próprias criações de maneira tão passiva? Ele, por estar inserido numa alienação constante, não consegue estabelecer uma relação concreta com o produto de seu trabalho, acabando por cultuá-lo, gnosticamente, de maneira misteriosa, mágica. O natural torna-se impróprio a quem lhe é por direito.

Em resumo, a mercadoria esconde no seu conteúdo na forma capital não apenas o estabelecimento de trocas, mas o modo de estabelecer as relações sociais. Assim, quando

universaliza-se a lógica do valor de troca como “o valor” cria-se o fetiche da mercadoria e, a partir do momento em que a lógica do valor passa a reger a vida reproduz-se a mesma lógica do capital e, consequentemente, constrói os alicerces da hegemonia.

1.1 A HEGEMONIA E A CONTRA-HEGEMONIA.

A sociedade burguesa precisa se articular com visões de mundo que naturalizem a exploração dos processos de trabalho e da relação do ser humano com a natureza. É o capital que monopoliza as relações sociais que organizam as intervenções da humanidade com a natureza e, através desse monopólio, contribui para que se reproduzam relações sociais entre os próprios seres humanos que tornam comum a exploração de uma classe sobre a outra. A forma predatória com que a sociedade burguesa lida com a natureza tratando-a apenas como recursos naturais a serviço da exploração e manutenção dos modos de vida burgueses, também retrata um aspecto do capital. A expressão da coesão do conjunto das ideias e teorias que naturalizam a exploração da classe trabalhadora, articuladas com a naturalização do uso da força da classe burguesa, como se a sociedade fosse um paralelo idealista da humanidade contra a violenta natureza, expressam esse pensamento da hegemonia.

Em Gramsci (1985), a hegemonia é a conjunção entre o uso da força e do consenso. Isso significa que, além das estruturas econômicas, o aspecto cultural, ético e político acumulam elementos reprodutores dessa exploração. Em outras palavras, a hegemonia não se limita a uma coerção pura, militar ou econômica, mas também alcança uma conjectura cultural, em que busca consolidar um consenso social entre a classe dominante e a dominada. A cultura não é apenas arte, mas corresponde às formas de manifestação dos diferentes modos de vida, seja na linguagem, nas artes, no comportamento, na arquitetura, nas organizações societárias ou na comunicação, ou seja, nas diferentes formas de se relacionar consigo, com o outro e com o mundo.

Para a construção desse consenso, a classe dominante estrutura aparelhos privados de hegemonia, tais como a escola, a Igreja, os partidos políticos, os sindicatos e a imprensa. São esses aparelhos privados da hegemonia que colonizam a classe dominada para a universalização dos modos de vida que não ponham em risco a classe dominante. Com o advento do Estado de bem-estar social, diversos aparelhos de hegemonia privados foram considerados direito público e são instrumentos diretos do Estado, como a escola pública, por exemplo (MORAES, 2010).

Para Gramsci (1985), interessa estudar como o Estado capitalista legaliza ou gerencia

estes aparelhos sociais que realizam tarefas de aspectos culturais e surgem como expressões aparentemente autônomas na própria crítica da organização societária, denominada de *sociedade civil*. Alguns autores do campo da comunicação esvaziam o sentido das categorias gramscianas, por retirar os princípios da economia política que estão ali, para retirar aspectos de uma concepção restrita de cultura. Particularmente, o autor Néstor Garcia Canclini, em seu livro “Consumidores e Cidadãos” (1995), realiza esse procedimento, ao determinar a sociedade civil como o “lugar do embate cultural, um espaço de construção de identidades e subjetividades” (COUTINHO, 2014, p.14). Na obra que influencia diversos estudiosos de Gramsci no campo da comunicação social e nas ciências sociais no Brasil e na América latina, Canclini, em “sua análise de viés culturalista, tende a obscurecer o caráter contraditório das forças sociais que movem a sociedade civil” (COUTINHO, 2014, p.14). Dessa forma, desconsidera a identidade de classe e, portanto, a sociedade civil como também um espaço que expressa a disputa da luta de classes.

É evidente que seu projeto, ao contrário do de Gramsci, não envolve uma transformação estrutural da sociedade: limita-se a “reconstruir, a partir da sociedade civil e do Estado, um multiculturalismo democrático” (Canclini, 1995, p.264-265). É sintomático que ele proponha uma “redefinição da sociedade civil” como “comunidade de consumidores”, um conjunto de pessoas que compartilham gostos e pactos de leitura em relação a certos bens (gastronômicos, desportivos, musicais), os quais lhe fornecem identidades comuns” (ibid, p. 261). (COUTINHO, 2014, p.15)

Para Coutinho (2014), a potência das categorias formuladas por Gramsci contribui na percepção sobre os modos de vida na esfera social. “(...) consiste justamente, em relacioná-la com a totalidade da vida social, compreendendo como cultura, *práxys* interativa, mediação entre sujeito e objeto” (COUTINHO, 2014, p.15). Envolver o Estado nessas análises é condicionante dessa potência e “estará associada, no pensamento gramsciniano, à problemática do Estado, das relações de poder, da hegemonia, isto é, da liderança intelectual e moral de um grupo social sobre o conjunto da sociedade”. (COUTINHO, 2014, p.15).

As construções de uma hegemonia não acontecem de um dia para o outro – tem sua raiz fincada em troncos fortes da história. As formas de hegemonia não são e nem serão as mesmas, variando de acordo com a natureza das forças na luta de classes.

Nesta mesma ordem de observações, insere-se um critério mais geral: as modificações nos modos de pensar, nas crenças, nas opiniões, não ocorrem mediante “explosões” rápidas, simultâneas e generalizadas, mas sim, quase sempre, através de “combinações sucessivas”, de acordo com “fórmulas” “de autoridade” variadíssimas e incontroláveis. A ilusão “explosiva” nasce da ausência de espírito crítico. (...) Na esfera da cultura, aliás, as “explosões” são ainda menos frequentes e menos intensas do que na esfera da técnica, na qual uma inovação se difunde, pelo menos no plano mais elevado, com relativa rapidez e simultaneidade. Confunde-se a “explosão” de paixões políticas acumuladas num período de transformações técnicas, às quais não

correspondem novas formas de organização jurídica adequada, mas sim imediatamente um certo grau de coerções diretas e indiretas, com as transformações culturais, que são lentas e graduais; e isto porque, se a paixão é impulsiva, a cultura é produto de uma complexa elaboração (GRAMSCI, 1985, p. 175-176).

A classe deve liderar intelectualmente seu projeto para que dê coesão e coerência a diferentes segmentos sociais que expresse a hegemonia. “Que as necessidades econômicas mais imediatas devem ser suplantadas em favor de um projeto de dimensão universal, capaz de fixar uma direção moral e intelectual que venha a ser acatada pela sociedade como um todo” (MORAES, 2010, p.8). Gramsci (1985) alerta que “um erro muito difundido consiste em pensar que toda camada social elabora sua consciência e sua cultura do mesmo modo, com os mesmos métodos, isto é, com os métodos dos intelectuais profissionais” (GRAMSCI, 1985, p. 173). Perceber como a classe dominada, que vive do trabalho, realiza sua resistência e suas disputas de concepção de mundo é ir contra a hegemonia. É ser, portanto, contra-hegemônico.

A contra-hegemonia é a contra-mola que resiste à hegemonia. Neste sentido, torna-se a percepção da contradição elementar da história objetiva e subjetiva da classe dominada, nesse caso, a trabalhadora. Por ser histórica, também é uma compreensão de processos de resistências, de batalhas econômicas, como as greves e ocupações, inclusive as batalhas das ideias na escola, no partido ou na imprensa.

Gramsci (1999, p. 314-315) situa as ações contra-hegemônicas como “instrumentos para criar uma nova forma ético-política”, cujo alicerce programático é o de denunciar e tentar reverter as condições de marginalização e exclusão impostas a amplos estratos sociais pelo modo de produção capitalista. A contra-hegemonia institui o contraditório e a tensão no que até então parecia uníssono e estável. Gramsci nos faz ver que a hegemonia não é uma construção monolítica, e sim o resultado das medições de forças entre blocos de classes em dado contexto histórico. Pode ser reelaborada, revertida e modificada, em um longo processo de lutas, contestações e vitórias cumulativas (MORAES, 2010, p. 73).

A contra-hegemonia também se manifesta nos aparelhos de hegemonia, sejam privados ou públicos, como os meios de comunicação, a escola, as religiões, os partidos políticos, os movimentos sociais. Esses dispositivos geralmente são coletivos e transparecem com uma forma de organização e difusão alternativa aos aparelhos hegemônicos.

Contudo, para aprofundar o combate contra-hegemônico, é necessário conhecer as ideias gerais da população, o senso comum. Para Gramsci (1985), o senso comum expressa claramente fragmentos da hegemonia, muitas vezes desorganizados, mas que se encaixam de maneira coesa na visão de mundo da classe dominante. Desta maneira, este não é algo rígido e

imutável, mas transforma-se sequencialmente, de acordo com os modos de vida e com a atualização da hegemonia. Isso significa dizer que o senso comum expressa de maneira simples e direta valores da classe burguesa que têm que ser levados em conta para a reprodução da vida da classe que vive do trabalho.

Trata-se de apresentar argumentações alternativas para vergar o senso comum, aprofundando e aperfeiçoando o conhecimento crítico da realidade para transformá-la, de maneira a efetivar o que o líder comunista italiano define como “a crítica real da racionalidade e historicidade dos modos de pensar” (GRAMSCI, 1999, p. 111). Significa reorientar as percepções sobre o mundo vivido e combater as racionalidades hegemônicas, vislumbrando o presente como passível de ser alterado por ações concatenadas e convincentes. Um dos desafios centrais para o pensamento contra-hegemônico consiste em alargar a visibilidade pública de enfoques ideológicos que contribuam para a reorganização de repertórios, princípios, e variáveis de identificação e coesão, com vistas à alteração gradual e permanente das relações sociais e de poder (MORAES, 2010, p.73).

Um exemplo de senso comum bastante difundido nas culturas ocidentais é o provérbio “o trabalho enobrece o homem”, compreendendo que o homem só se faz homem quando se submete ao trabalho. Mas esse preceito não abre espaço para o questionamento de que o trabalho é controlado por uma classe que não trabalha e das relações de exploração. Nada obstante, não podemos ignorar que, para ter acesso aos bens materiais para a vida, o sujeito da classe trabalhadora apenas detém sua força de trabalho para mercantilizar. Logo, se o homem não alienar a sua força de trabalho, dificilmente terá meios de comer, morar e viver. Em outras palavras, a força de trabalho enquanto mercadoria novamente aparece como fetiche, como possibilidade mágica de dar sentido à existência digna ao homem, como se não existisse uma organização social acima do trabalhador que determina quem, quando e no que se trabalha e que, para a produção do valor, o desemprego e a existência de um exército industrial de reserva são elementos cruciais das sociedades burguesas.

Cada camada social tem seu "senso comum" e seu "bom senso", que são, no fundo, a concepção da vida e do homem mais difundida. Cada corrente filosófica deixa uma sedimentação de "senso comum": é este o documento de sua efetividade histórica. O senso comum não é algo rígido e imóvel; ele se transforma continuamente, enriquecendo-se com noções científicas e com opiniões filosóficas que penetraram no costume. O "senso comum" é o folclore da filosofia, e ocupa sempre um lugar intermediário entre o folclore propriamente dito (isto é, tal como é entendido comumente) e a filosofia, a ciência, a economia dos cientistas. O senso comum cria o futuro folclore, isto é, uma fase relativamente enrijecida dos conhecimentos populares de uma certa época e Lugar (GRAMSCI, 1985, p. 178).

É imprescindível que se desmistifiquem as relações sociais que são naturalizadas pelo senso comum levando em conta as maneiras que se afirmam na materialidade como conselhos

sábios aos homens e mulheres médios. O senso comum, muitas vezes, é proveniente de reflexões parciais de pessoas da própria classe dominada sobre a fatalidade dos modos de vida burguês e manifestada na cultura da classe: anedotas, metáforas, cordéis, poemas, alegorias e ditos populares. Ainda assim, para o agir dos aparelhos de hegemonia é necessário recrutar intelectuais, sejam eles da classe dirigente ou dirigida, que sejam integrados a uma divisão social do trabalho para cumprir essa determinada função na produção (MARTINS, 2015).

Para esclarecer o papel dos intelectuais na sociedade, afinal “todos os homens são intelectuais, mas poder-se-ia dizer então, entretanto, que nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 1985, p.7). Desta maneira fica nítida a existência de uma categoria de profissionais intelectuais que dominam as concepções e técnicas de reprodução cultural dos aparelhos de hegemonia.

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc., etc. Deve-se anotar o fato de que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual): ele deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas ainda em outras esferas, pelo menos nas mais próximas da produção econômica (deve ser um organizador de massa de homens: deve ser um organizador da "confiança" dos que investem em sua fábrica, dos compradores de sua mercadoria, etc.). (GRAMSCI, 1985.p.3)

O intelectual será responsável pelas funções não militares, pela organização das ideias e da cultura, disputada pelas vias jurídica, política, moral, ética ou espiritual, cumprindo um papel importante de divulgação e formulação da visão de mundo de sua classe social e disputando o papel dirigente na sociedade de classes. Os aparelhos privados servirão primariamente para formar os intelectuais da classe dirigente, a partir de sua cultura ou perspectiva. Os intelectuais serão aqueles com a tarefa da luta política pelo consenso, pelo aumento da complexidade das análises das contradições ou resistências ao sistema capitalista.

Dado que estas várias categorias de intelectuais tradicionais sentem com "espírito de grupo" sua ininterrupta continuidade histórica e sua "qualificação", eles consideram a si mesmos como sendo autônomos e independentes do grupo social dominante. Esta autocolocação não deixa de ter consequências de grande importância no campo ideológico e político: toda a filosofia idealista pode ser facilmente relacionada com esta posição assumida pelo complexo social dos intelectuais e pode ser definida como a expressão desta utopia social segundo a qual os intelectuais acreditam ser "independentes", autônomos, revestidos de características próprias, etc. (GRAMSCI, 1985,p.6)

A organicidade dos intelectuais nos aparelhos de hegemonia é fundamental para a possibilidade de difusão de suas avaliações de mundo dentro da classe à qual pertencem. As estruturas a que os intelectuais se vinculam para a disputa da hegemonia produzem uma ampliação de sentido sobre seus objetivos. O intelectual, para ser visto ou ouvido, precisa ter uma vinculação orgânica à cultura e aos modos de vida da classe dominada afirmando uma contra-hegemonia.

O problema da criação de uma nova camada intelectual, portanto, consiste em elaborar criticamente a atividade intelectual que existe em cada um em determinado grau de desenvolvimento, modificando sua relação com o esforço muscular-nervoso no sentido de um novo equilíbrio e conseguindo-se que o próprio esforço muscular-nervoso, enquanto elemento de uma atividade prática geral, que inova continuamente o mundo físico e social, torne-se o fundamento de uma nova e integral concepção do mundo sem tipo tradicional e vulgarizado do intelectual é fornecido pelo literato, pelo filósofo, pelo artista. Por isso, os jornalistas — que crêem ser literatos, filósofos, artistas — crêem também ser os "verdadeiros" intelectuais. No mundo moderno, a educação técnica, estreitamente ligada ao trabalho industrial, mesmo ao mais primitivo e desqualificado, deve constituir a base do novo tipo de intelectual (GRAMSCI, 1985, p.8).

Está posto assim o desafio. A contra-hegemonia precisa subverter a lógica dominante e hegemônica do intelectual que fundamenta e reproduz a forma do capital. Por isso mesmo, é primordial entender qual o papel que os intelectuais cumprem na mediação ou não frente à reestruturação e reprodução do capital.

1. 2. OUTRA MEDIAÇÃO É POSSÍVEL

Tratar do tema da mediação nas ciências sociais e, mais especificamente, no campo da comunicação social é mergulhar em disputas epistemológicas sobre qual é o objeto da comunicação.

O autor mais lembrado pelo mainstream acadêmico latino-americano e brasileiro sobre o tema, sem dúvida é Jesus Martin-Barbero, na sua obra “Meios às mediações (1987)”, esse intelectual cita o papel dos mediadores como fundamental. Para Barbero, era necessário romper com as teorias da dependência cultural que colocam os meios de comunicação como espaço de reprodução simbólica, fechando inicialmente a perspectiva também de espaço de criação simbólica para as massas (BOLAÑO, 2015).

Romper com os paradigmas comunicacionais hegemônicos, representados pelas teorias funcionalistas norte-americanas e outras de dependência cultural fundamentadas em

um tipo de marxismo estruturalista, era o grande desafio desse pensador latino-americano. Para o autor, foi necessário mudar o local de onde se formulam as perguntas, bem como deslocar o objeto comunicacional dos meios, para as mediações. Tratava-se de aproximar os estudos de comunicação da antropologia social. As inquietações epistemológicas eram legítimas e existia um movimento contra-hegemônico forte entre as massas populares, fortalecido por uma esquerda nacional que se investia do diálogo com a cultura popular, estabelecendo aí a possibilidade de resistências aos processos de exploração econômica e cultural. No Brasil, temos como expressão dessa forma de diálogo o Centros Populares de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE) (BOLAÑO, 2015).

Notas sobre a reestruturação produtiva e a indústria cultural.

A reestruturação do capital teve relação direta com as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), como a microeletrônica. O processo de desregulamentação, privatização e reposicionamento do Estado ocorreu a partir de um movimento mais amplo da economia mundial de reestruturação capitalista, que, por fim, alcançou a globalização – na linguagem de Chesnais (1996), trata-se da mundialização do capital. Esse processo representa categorias diferenciadas mais interdependentes: a mundialização do capital, o neoliberalismo e a reestruturação produtiva.

O processo de mundialização é o resultado de três movimentos interligados, porém distintos. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, pelos dos governos Thatcher e Reagan. O terceiro ocorreu também graças às mudanças na esfera produtiva com o surgimento, principalmente, da microeletrônica, motivando, dentre outros fatores, a mundialização do capital financeiro (CHESNAIS, 1996).

A comunicação social deve ser encarada dentro da compreensão da reestruturação capitalista. Os meios de comunicação de massas, quando atuam sob o viés hegemônico, são megacorporações que tratam a informação e a cultura como mercadorias. (BOLAÑO, 2000).

Para compreender a fundo essa questão, é preciso resgatar o papel histórico que a informação tem no sistema social e econômico. Para isso, Bolaño (2000) introduz o conceito de acumulação primitiva do conhecimento, explicitando que a informação sempre foi necessária nas relações de troca e na efetivação da garantia da mais valia para obtenção de

mais capital. O exemplo é a simples relação de compra e venda, em que o comprador e o vendedor necessitam de informações básicas para estabelecer um valor de troca pelo produto. Ampliando para o modo de produção, a própria evolução do capitalismo teve que também se valer da apropriação do conhecimento dos artesãos, potencializado com as inovações da indústria manufatureira. Quando a informação contempla os objetivos da acumulação de capitais, torna-se centralizada, hierarquizada, verticalizada, podendo ser mercantilizada, transforma-se em informação de classe (BOLAÑO, 2000).

Na conjuntura de apropriação da cultura popular, em uma ordenação da informação e da cultura de forma industrializada, que garante acumulação do capital e o papel ideológico da ordem burguesa, nasce a indústria cultural, como afirmam Adorno e Horkheimer (1986). A indústria cultural avança para a mercantilização das esferas particulares dos indivíduos em um panorama de legitimação do Estado, mas, acima de tudo, essa esfera pública faz a *mediação* entre o Estado e o público.

Habermas percebe bem a função geral dos meios de comunicação de massa para promover a integração de um corpo social desagregado, sob a égide da publicidade que funciona, assim, como o elemento que dá coerência à nova configuração da esfera pública, a esfera dos consumidores de cultura. Mas é preciso acrescentar que essa unidade, ao contrário da que poderia ser promovida por algum tipo de ideologia totalizadora, nos termos do autor, é uma unidade não pensada, que só se define enquanto tal em função da constituição de um modo de vida e de um modo de consumo que subjazem a todas as margens publicitárias, cuja forma é importada também pela propaganda e pela própria criação estética no capitalismo avançado. Mas a ação dos publicitários dirige-se justamente para a individualização, para a segmentação, a especificação do público consumidor, posto que é determinada pelos imperativos do capital individual que disputa com os demais capitais individuais faixas de mercado (BOLAÑO, 2000, p. 91-92).

A indústria cultural poderá transformar a informação em publicidade e propaganda. A publicidade é a forma fiel às finanças, à lógica estrutural da produção capitalista, e estimula maior velocidade na circulação das mercadorias aumentando o montante de capitais.

Assim, ao contribuir para o aumento do número de rotações da totalidade do capital industrial, a publicidade contribui para o aumento da mais-valia, do montante de lucros e, *ceteris paribus*, da taxa de lucro. A publicidade é elemento indispensável ao capitalismo na sua fase monopolista (BOLANO, 2000, p. 158).

A propaganda assume o caráter da manutenção da hegemonia na informação e se mostra como única organização possível do Estado na esfera burguesa, apropriando-se das diferentes singularidades, com o objetivo de estabelecer uma coesão sistêmica. Ao naturalizar o modo de produção capitalista, a propaganda reutiliza o senso comum e dá respostas vagas às inquietações da classe que vive do trabalho, dentro das subjetividades deslocadas do processo de valor, o que reafirma o fetiche da mercadoria.

A Indústria Cultural representa, assim, a vitória mais estrondosa de capital e sua realização mais magnífica: a constituição não apenas de um sistema econômico, mas de toda uma cultura (no sentido antropológico do termo) universal, caracterizada pela solidariedade entre os modos de vida e os comportamentos individuais de populações inteiras e as imposições do movimento histórico concreto da acumulação do capital (e não apenas da reprodução social em geral). Claro que a Indústria Cultural é apenas uma parte disso. Mas uma parte de importância crucial, pois se trata do próprio capital tornado cultura, o intermediário entre a esfera divina da produção e do poder e o mundo da vida dos homens e das mulheres. Mas aqui não há mistério. Tudo pode ser perfeitamente explicado se entendermos o caráter de mediação da Indústria Cultural (BOLAÑO, 2000, p. 228).

Os estudos da Economia Política da Comunicação (EPC) rompem com a visão reducionista que compreende os meios de comunicação apenas como instrumentos perpetuadores da hegemonia. Bolaño (1999) inverte essa lógica, a partir de um pensamento cartesiano incomum. Assim, compreendem-se, através do conceito de *indústrias culturais*, as movimentações dos capitais privados e do Estado, atentando-se ao panorama econômico, político e institucional, sem romper com a conceituação clássica de *indústria cultural* formulada por Adorno.

Nesse sentido, é também importante entender a função da informação, da comunicação e da cultura no panorama produtivo do capital. Para Bolaño (2000), existe duplo caráter da mercadoria na questão do trabalho, na relação entre os *programas* (reportagens, filmes, documentários) e audiência. Ou seja, não é apenas o produto em si que gera valor de troca, mas a relação desses produtos com os níveis de audiência que eles possam oferecer. Para isso, a concentração dos meios de comunicação em oligopólio é fundamental para que as empresas transformem os bens simbólicos nesta mercadoria de dupla face.

O trabalho do artista, do técnico ou do jornalista é um trabalho concreto que produz uma mercadoria concreta para preencher uma necessidade social concreta (necessidade que pode ser, como no caso de qualquer mercadoria, “imposta” de qualquer forma). Mas para criar essa mercadoria (o programa, o jornal, o filme), esses profissionais gastam energia, músculos, imaginação, em uma palavra, despendem trabalho humano abstrato. A subordinação dos trabalhos concretos às necessidades de valorização do capital os transforma em trabalho abstrato. Mas o

trabalho cultural é diferente porque ele cria não uma, mas duas mercadorias (BOLAÑO, 2000, p. 224-225).

São exatamente os compradores da audiência, os empresários, políticos e governos que necessitam se comunicar com o público. A função do programa só é atingida quando é usufruída pelas pessoas que compõem a audiência. Esses produtos também procuram referendar modos de vida, o Estado, seus representantes e as políticas de gestão construídas.

Não é o indivíduo concreto, com uma consciência e seus desejos, que ela [a propaganda] vende aos anunciantes, mas uma quantidade, determinada em medidas de audiência, de homem e mulheres, de consumidores potenciais cujas características individuais só podem ser definidas em médias. É a um indivíduo médio, a um ser humano abstrato, que todas as medidas de audiência se referem. E, no entanto, é o ser humano concreto, sua consciência e seus desejos, que a publicidade e a propaganda procuram atingir. É a ele que se dirigem todos os esforços de comunicação dos anunciantes, do governo, dos políticos (BOLAÑO, 2000, p. 225).

Isto demonstra que o capital ultrapassa as esferas do campo de trabalho e alcança outros horizontes, controlando os meios de produção cultural e industrializando a cultura. A própria produção cultural se torna mercadoria. Segundo Bolano (2015) “a cultura de massa é uma forma abstrata que encobre a existência das culturas de classe, é uma abstração real, que opera através da indústria cultural”. Tanto a cultura erudita quanto as culturas populares precisam estabelecer relações com a indústria cultural, sejam de apropriação ou de resistências.

A Indústria Cultural é a instância de mediação característica do capitalismo monopolista, a forma especificamente capitalista de produção e difusão dos bens culturais, que se estrutura a partir da apropriação pelo capital cultural (no sentido de Marx, não de Bourdieu), da cultura popular, através do trabalho cultural que ela emprega. Sua origem é a cultura popular tradicional, como bem explicita Barbero, ou Morin, seja aquela cultura popular estudada por E. P. Thompson, que o autor cita, seja, como me praz recordar, a cultura popular operária que Hobsbawm (1987) estuda, tratando das origens do futebol ou da gastronomia popular inglesa do fish and chips da porta da fábrica.”(BOLAÑO, 2015, p.100)

A concepção dos estudos culturais latino-americanos muitas vezes traduz complicações ao conceito de hegemonia e contra-hegemonia, uma vez que a integração da cultura popular nos aparelhos privados, de forma subordinada às lógicas da mercadoria, poderia ser compreendida como um espaço democrático. Não é porque necessariamente é oriunda das culturas populares, que a manifestação cultural ou política apresenta ideias contra-hegemônicas. O senso comum das classes oprimidas, geralmente, são indagações produzidas à luz da exploração e opressão de classe, portanto, passa a ser algo comum,

natural.

Para Bolaño (2000), a apropriação por parte do capital dos elementos da cultura popular, a partir dos quais será construída a cultura industrializada, passa por um momento genético de *acumulação primitiva do conhecimento*. Para o autor, a *acumulação primitiva do conhecimento* acontece quando, no período da manufatura, o capitalista se apropria do conhecimento dos processos de trabalho do artesão. As máquinas, então, com a revolução industrial passaria a concentrar o conjunto dos conhecimentos que apenas um artesão englobava. Então, para constituir a indústria cultural, é necessária uma classe trabalhadora com particularidades. Segunda essa mesma perspectiva,

Em contraponto à abordagem culturalista, a perspectiva marxista da chamada Economia Política da Comunicação e da Cultura, na vertente aqui adotada, mostra que, no caso do capitalismo monopolista, são os diversos trabalhadores culturais que cumprem a função do intelectual orgânico, estabelecendo a mediação entre as culturas populares e a organização cultural impulsionada pela classe dirigente, favorecendo o diálogo e a identificação das populações com o aparato sistêmico do capitalismo (MARTINS, 2015, p.27).

Para Bolaño (2015) o trabalhador cultural tem uma função de mediação simbólica entre as instâncias de poder e o público porque é oriundo da cultura popular o que lhe confere a capacidade de comunicar se com o povo, e criar um efeito de empatia sem a qual a mediação não se daria. Desta forma, a subsunção do trabalho cultural é elemento essencial para a construção da *mediação* a serviço da hegemonia.

A subsunção do trabalho cultural é que garante o diálogo permanente da indústria cultural com as culturas das classes populares e com isso, alimentar a reprodução da hegemonia. (MARTINS, 2015)

É através da subsunção do trabalho que o popular determina o massivo e é de forma dialética que o capital na cultura exerce sua hegemonia sobre o popular. A tecnologia serve para subsumir aquele trabalho em particular, que dispõe de conhecimento tácito, derivado, na origem de sua extração popular (BOLANO, 2015, p. 101).

É o trabalhador cultural subsumido na indústria cultural capitalista que realiza materialmente o processo de mediação, mas na forma social do capital monopolista sob o comando da Indústria Cultural.

Capital-trabalho e economia-cultura são os termos da equação que é preciso resolver se quisermos entender o problema da mediação social em toda a sua complexidade. Barbero não enxerga isso, preocupado que estava, e com toda razão, em questionar e dar uma alternativa ao determinismo do estruturalismo marxista dos anos 1960. O problema é que, ao relegar a um segundo plano o problema da ordem econômica que

suporta a cultura de massa, jamais leva em consideração o fato, absolutamente essencial, de que a mediação é ela própria realizada, no caso geral, por capitais individuais em concorrência, que mobilizam um tipo particular de trabalho (cultural ou criativo, se se preferir), que é precisamente o elemento subjetivo que garante efetivamente a colonização da *Lebenswelt*, nos termos de Habermas. (BOLANO, 2015, p.101)

Os *modos de vida* da classe dominada são disputados por essa atualização da hegemonia, papel da indústria cultural e seus trabalhadores intelectuais/culturais reconfigurando a cultura da classe trabalhadora, para reafirmação das relações do capital.

A função intelectual dos trabalhadores culturais se torna fundamental para a manutenção das distinções de classe, não só do ponto de vista da reprodução do consenso, mas também da acumulação do capital e a hegemonia passa a ser construída pela mediação de uma massa de trabalhadores intelectuais a serviço do grande capital cultural (BOLANO, 2012, p. 169).

Os estudos da Economia Política da Comunicação e da cultura, na visão do autor terão um papel crucial porque a eles cabe desmascarar as relações sociais que naturalizam a subsunção do trabalho cultural na Indústria Cultural, e consequentemente o caráter hegemônico de dominação que a *mediação* da Indústria Cultural em relação às culturas populares, realiza a serviço dos processos de acumulação de capital e de construção da hegemonia no capitalismo monopolista.

A Comunicação terá um papel central nesse sentido, uma vez que, para além da função negativa de mascaramento das relações essenciais, própria de toda ciência social na sua configuração inicial, a serviço do capitalismo, tem por missão (função positiva), a formação dos recursos humanos para o campo da comunicação social, num momento avançado do desenvolvimento do capitalismo, que exige a subsunção da mediação, com o duplo objetivo de publicidade e de propaganda, que caracteriza a Indústria Cultural, forma especificamente capitalista de produção cultural, característica do capitalismo monopolista. É precisamente nesse sentido que se deve repropor o conceito de mediação, entendendo-o na perspectiva da contradição entre controle e câmbio, dominação e apropriação social, subsunção e resistência, manipulação e práxis social liberadora. (BOLANO, 2015, p. 71)

Se existe dominação, existe resistência. Se existe manipulação, pode existir uma praxys libertadora, por isso é fundamental verificar na pesquisa se outra mediação é possível. Onde existe um esforço teórico em compreender todos os processos em que a hegemonia, em seus elementos de força e consenso, é naturalizada também nas culturas da classe dominada. E com estas ferramentas, mergulhar nas possibilidades da classe que vive do trabalho, apropriar-se socialmente dos aparelhos de hegemonia, como os meios de comunicação, para a construção de uma comunicação popular como contra-hegemonia e realizar outra mediação.

1.3 COMUNICAÇÃO POPULAR

Em suas manifestações históricas de construção da contra-hegemonia, os trabalhadores se organizam para a batalha das ideias, no interior dos aparelhos de hegemonia, sejam eles privados ou públicos. Entre esses aparelhos, os meios de comunicação são, indubitavelmente, instrumentos com grande capacidade de influência na construção de uma contra-hegemonia.

Historicamente, a disputa de narrativas sobre a realidade denota uma posição que é exercida em relação à hegemonia, inicialmente através da história. Como ratifica um provérbio africano: “Enquanto os leões não tiverem seu historiador, as descrições da caça sempre irão glorificar o caçador”⁵. Esta disputa avança para a luta de classes, na construção de narrativa do cotidiano como a principal função do jornal.

Jornais para quê? Para informar? Claro, informar sobre navios que chegavam e partiam dos portos da Europa para o mundo. Informar sobre as descobertas, os novos produtos e também noticiar os que na França se chamavam *faits divers*, sim, fofocas ou amenidades. Mas isso era só o que aparecia. O objetivo que um burguês dono de uma ou mais fábricas, ou de um grupo deles, tinha ao fundar um jornal, era bem outro além de informar. Era formar. Formar as cabeças, moldá-las. Como se diria hoje, ganhar ‘*corações e mentes*’ do povo, dos seus compadres, da massa, dos exércitos, ou da burocracia estatal. Enfim da base da sociedade, que os donos dos jornais que estavam nascendo queriam que a aceitasse como natural, boa, justa, sobretudo imutável. O século XIX, século do capitalismo industrial, precisava se legitimar, ter o apoio da sociedade. Precisava do ‘*consenso*’, como Gramsci teorizará no século XX (GIANNOTTI, 2014, p.12)

Após a revolução industrial e a formação dos primeiros jornais, os trabalhadores constroem seus meios de comunicação e sua visão sobre si mesmos, sobre sua história, sobre suas lutas através dos seus instrumentos iniciais de organização: o partido e os sindicatos.

Na Inglaterra, o país do capitalismo, logo após a revogação da proibição de qualquer associação de trabalhadores, o tal “*Combination Act*”, de 1824-25, se organizam sindicatos. As uniões, como eram chamados lá. Logo que foi permitido existir sindicato, nasce em Manchester a União dos Tecelões e Algodão. Nasce um sindicato, e logo em seguida, o jornal sindical *A Voz do Povo* que, já em 1830, alcançava a tiragem de 30 mil exemplares. Na industrializada Alemanha, na passagem do século XIX para o século XX, em cada cidade com mais de cem mil habitantes existia um jornal local do Partido Social Democrata Alemão (SPD), o maior partido socialista do mundo. Só para se ter uma ideia, o SPD, em 1914, possuía 203 jornais com um total de 1,5 milhão de assinaturas. Ao ouvir o nome do comunista italiano Antonio Gramsci, os que o conhecem, logo o associam com o jornal que ele fundou e dirigia, *L’Ordine Nuovo*, e depois com *L’Unità*, órgão do partido que ele ajudou a fundar no distante 1921. Ainda hoje, em 2014, o jornal *L’Unità*, órgão do partido que sucedeu à auto-extinção do antigo Partido Comunista

5 Provérbio africano. Disponível em: <<http://unisite.com.br/Geral/14711/Ditado-africano:-enquanto-os-leoes....xhtml>>. Acesso: 07 ago. 2017.

Italiano, o chamado Partido Democrático, se referencia em Gramsci. Ostenta no seu logotipo os dizeres, ‘*L’Unità – Um jornal fundado por Gramsci*’. Este era o peso de um jornal de esquerda, no caso, comunista, no começo do século XX. (GIANNOTTI, 2014, p.13)

No Brasil, processos semelhantes seguem a mesma tônica e “em 1919, mesmo com uma classe operária pequena, menos de 200 mil trabalhadores, existiram dois jornais diários: A Plebe, em São Paulo e A Hora Social, em Recife” (GIANNOTTI, 2014, p.13), além de jornais populares, nas capitais e cidades menores. Os jornais eram os grandes meios de comunicação para o convencimento que existiam na época, para disputar a hegemonia.

Na década de 70, com a proibição das organizações dos trabalhadores pela ditadura civil-militar no Brasil e na América Latina, surgem movimentos populares que constroem seus próprios meios de comunicação e daí surge a *comunicação popular*.

A comunicação popular foi também denominada de alternativa, participativa, horizontal, comunitária e dialógica, dependendo do lugar social e do tipo de prática em questão. Porém, o sentido político é o mesmo, ou seja, o fato de tratar-se de uma forma de expressão de segmentos excluídos (socialmente) da população, mas em processo de mobilização visando atingir seus interesses e suprir necessidades de sobrevivência e de participação política. No entanto, desde o final do século passado passou-se a empregar mais sistematicamente, no Brasil, a expressão *comunicação comunitária* para designar este mesmo tipo de comunicação e também outras expressões similares. (PERUZZO, 2006, p.2)

Essa comunicação tem um objetivo claramente coletivo e mobilizador, que perpassa pelos sentidos das organizações populares para chegar a seus meios. O termo “popular”, historicamente, traduz o sentido de uma comunicação do povo para o povo, que procura métodos de inclusão na participação da análise das condições inapropriadas de vida.

Entre os vários estudiosos destaca-se Mário Kaplún, que, ao referir-se ao fenômeno da comunicação popular e alternativa, afirma tratar-se de “uma comunicação libertadora, transformadora, que tem o povo como gerador e protagonista”. Ressaltando os aspectos educativos desse tipo de processo de comunicação, o autor esclarece que as mensagens são produzidas “para que o povo tome consciência de sua realidade” ou “para suscitar uma reflexão”, ou ainda “para gerar uma discussão”. Os meios de comunicação, nessa perspectiva, são concebidos, pois, como “instrumentos para uma educação popular, como alimentadores de um processo educativo transformador” (PERUZZO, 2006, p.3).

Para Cicilia Peruzzo (2006) é necessário avaliar o conceito na dinâmica social em que a concepção de comunicação popular foi criada, logo disputada pelas teorias sociais do campo da comunicação e pelo senso-comum. Exemplo disso é a utilização do termo comunitário pelos meios de comunicação hegemônicos privados, que, por abordar temas de um bairro ou comunidade, denominam de comunicação comunitária. O cerne da comunicação comunitária

era a participação de agentes da comunidade em todo o processo de construção da informação e o seu sentido de mobilização. As empresas de comunicação desconsideram essa característica, bem como seus métodos, que tinham como promotores as pastorais sociais, associações e movimentos populares. Essa taxonomia é disputada pelas indústrias culturais.

Levando em consideração como as empresas e grandes conglomerados de comunicação fragilizaram as categorias, Peruzzo (2006) reorganiza as discussões sobre a comunicação dos oprimidos, em duas grandes taxonomias: a *imprensa alternativa* e a *comunicação popular, alternativa e comunitária*.

A imprensa alternativa alude aos veículos de comunicação, nascidos na década de 60, geralmente jornais, que se opunham a imprensa comercial em sua linha editorial. “A imprensa alternativa, representada pelos pequenos jornais, em geral com formato tablóide, ousava analisar criticamente a realidade e contestar um tipo de desenvolvimento.” (PERUZZO, 2006, p.7). Eram jornais dirigidos ou ligados a jornalistas de esquerda que tinham a função de informar a história das lutas dos trabalhadores. “São exemplos, o PIF-PAF, lançado em 1964; Pasquim (1969); Posição (1969); Opinião (1972); Movimento (1975); Coojornal (1975); Versus (1974); De Fato (1975); Extra (1984), entre outros” (PERUZZO, 2006, p.7).

Eram jornais que se apresentavam como alternativa de leitura aos grandes jornais então existentes. Tratavam de temas comumente tratados pela imprensa e circulavam no mesmo circuito: eram vendidos em bancas ou por assinaturas e em locais de fluxo flutuante (universidades, centros de convenções etc.). Então, o que caracteriza o jornal como alternativo é o fato de representar uma opção enquanto fonte de informação, pelo conteúdo que oferece e pelo tipo de abordagem. Mas, como já ressaltado, também os pequenos jornais, boletins informativos e outras formas de comunicação (como o teatro popular, literatura de cordel, alto-falantes, folhetos, cartilhas, vídeos, slides, carro de som etc. – do circuito dos movimentos populares) eram chamados de alternativos mais pela força do sentido do seu conteúdo e sem dispensar a leitura de jornais convencionais. (PERUZZO, 2006, p.7)

A comunicação popular-alternativa é aquela que compreende o povo enquanto unidade coletiva despossuída dos meios de produção da vida de uma nação, ou os pobres ou empobrecidos. “Situa-se no universo dos movimentos sociais populares, num processo dinâmico de lutas por seus direitos” (PERUZZO, 2006, p.9).

Desta maneira pode-se eleger o popular, sua cultura e formas de comunicação, como o lugar da democracia, pondo-se ao não povo, ao massivo, e até mesmo à arte culta, agora fossilizada e sua generalização sendo o meio de acesso às formas racionais e transparentes de sociabilidade. Para tanto era necessário, não só desmascarar os elementos da fetichização e alienação próprios da dominação capitalista, bem como se saborear dos seus dispositivos tecnológicos, dando-lhes novas destinações” (LOPES, 2008, p.77)

O popular é um conceito sempre em disputa, pela forma usurpadora que é reproduzida pelas indústrias culturais, ou como o senso-comum reduz permitindo uma aparência de uma consciência amorfa, facilmente colonizável. Importante retomar que a disputa da taxonomia comunitária com as indústrias culturais não pode ser deslocada desse conceito de popular. Isso porque representa uma comunicação não apenas de recepção de conteúdo, mas de modificação de relação com a audiência, de acúmulos metodológicos, para propiciar a superação do espectador para a participação no processo comunicativo. É a compreensão do direito à comunicação como princípio metodológico de busca na realização do ato de comunicar. É insistir no diálogo, não apenas no monólogo. É acima de tudo a desmercantilização das notícias, da informação, do conhecimento, da comunicação.

Os processos de comunicação popular e comunitária têm maior visibilidade especialmente em duas situações: quando os desafios estão, por exemplo, na apropriação de instrumentos de comunicação dirigida, tais como pequenos jornais, panfletos, cartazes, faixas, troças carnavalescas, peças de teatro, slides, alto-falantes etc. Oportuno lembrar que os meios artesanais foram os que se mostraram viáveis no período inicial da ação dos movimentos populares. Já no segundo momento, há o empoderamento social das tecnologias mais avançadas de comunicação, que passa pelo videocassete, alto-falante, rádio em frequência modulada, televisão comunitária no sistema cabo e internet. Empoderamento, de empowerment, em inglês, quer dizer participação popular ativa com poder de controle e de decisão nos processos sociais (políticas públicas relacionadas à educação, saúde, transporte, questões de gênero, geração de renda), e como tal, também, dos meios de comunicação. O desafio atual é justamente avançar no empoderamento qualitativo e amplo das novas tecnologias de comunicação. (PERUZZO, 2006, p.10)

As tecnologias da informação e da comunicação (TIC) têm sido reivindicadas por grande parte dos movimentos populares como potencialidades de democratização da comunicação e da informação. Mas para a EPC, as TIC se articulam na reestruturação produtiva do capital, “na mobilização do capital financeiro e na desterritorialização produtiva (LOPES, 2008, p.78).

Essas abordagens das teorias da comunicação que enxergam um caráter “natural” democratizante das TIC, por ser “capaz de diminuir as assimetrias do sistema” (LOPES, 2008, p.82), têm uma visão parcial de todo o papel que as mesmas cumprem. Acreditar que a tecnologia ou a técnica é libertadora por concepção é abrir mão da crítica e ignorar como esses instrumentos são estratégicos na obtenção de acumulação de capital e na disputa da hegemonia caindo em um determinismo tecnológico

Muito pelo contrário. É graças ao cruzamento de temporalidades e lógicas reprodutivas díspares no interior do sistema econômico-social, isto é, devido às necessidades de subordinar áreas- como cultura, a informação e o conhecimento-

pouco aceitas à racionalidade do mundo dos negócios, que o circuito de valorização se encontra repleto de *mismatching* (incoerências). Ao explicar tais incoerências, como por exemplo, aquela advinda da necessidade de se apropriar privadamente de um bem coletivo e próximo ao conceito de um bem patrimonial como conhecimento, o que só será possível através de barreiras artificiais como “os direitos de propriedade intelectual”, os “segredos de empresa”, as “tecnologias opacas” etc, a EPC permite não só que não nos afastemos das teorias, como a do neoliberalismo econômico ou a de Castells, que apostam em uma autorregulação, racionalidade, ou numa completude que, efetivamente, o sistema e os agentes econômicos não possuem como abre todo um campo de possibilidades – das incoerências e incompletudes – passíveis de exploração e experimentação políticas. (LOPES, 2008, p. 84)

As possibilidades de novas experiências da comunicação popular, através das possibilidades abertas pelas TIC's propiciam uma abertura para atuação dos movimentos sociais na disputa da hegemonia.

Notas sobre os novos movimentos sociais (NMS)

Para Carlos Montaña (2011), os novos movimentos sociais (NMS) são os movimentos tratados como alternativos ou complementares ao movimento sindical, protagonizados e expandidos a partir do maio de 1968. Estão inseridos nessa compreensão os movimentos identitários, como o das mulheres, o LGBT, o negro, os estudantis, os urbanos, os ecológicos, os pela democratização da comunicação e outros.

Existem tensões sociais de disputa epistemológica em torno da concepção dos novos movimentos sociais. Montaña (2011) organiza essa literatura em três grandes eixos: os acionalistas, os pós modernos e os marxistas. Em todas elas, há pluralidade de autores e algumas disputas de categorias, mas oriundas de uma mesma escola, uma mesma forma de pensar.

Os “acionalistas” têm como expositores teóricos Touraine (1988) e Evers (1984) e compreendem que os novos movimentos sociais se deslocam da contradição capital-trabalho, e são operados nas contradições da “distribuição do mercado”, antagonizando com a luta de classes. Tem suas pautas e necessidades atreladas a possibilidades de resoluções pontuais, de melhorias dos valores burgueses e capitalistas. Para os pós-modernos, existem dois conceitos que são primordiais para a compreensão da caracterização dessa forma de pensar o mundo. A primeira questão é a defesa da crise da razão moderna, e a segunda é o fim de qualquer projeto societário que parta para a emancipação do trabalho e que se oponha ao capitalismo.

Na compreensão marxista, os novos movimentos sociais são novas e diversas maneiras da contradição capital/trabalho. Isso significa dizer que as relações sociais

potencializadas pelo avanço da mercantilização dos direitos levam a luta de classes para as mais variadas dimensões. Assim, para os autores, esses desdobramentos são confluentes e condizentes com as lutas de classes. Não necessitando reivindicar o uso da terminologia “novos”, mas sim da própria expressão movimentos sociais, em vez do clássico movimento sindical, que está na esfera direta do capital/trabalho.

1.4 APROPRIAÇÃO SOCIAL E A COMUNICAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Para Cicilia Peruzzo (2013, p.166) “a comunicação faz parte dos processos de mobilização dos movimentos sociais populares em toda a história e em conformidade com a capacidade de organização e com os recursos disponíveis em cada época”. Tem um sentido informativo, mas também de mobilização.

É necessariamente uma expressão orgânica do movimento social para falarem com seus públicos específicos e também devido à concentração das indústrias culturais, que geralmente invisibiliza ou criminaliza os movimentos (PERUZZO, 2013)

No entanto, no contexto de contradições estruturais, de desigualdades econômicas, sociais, culturais e políticas advindas do modelo em questão, mas que obtinham o alinhamento da mídia oficial, pública e privada, nacional e regional, surgem a proposta e as práticas de uma comunicação horizontal, ou seja, comunitária, participativa e democrática e realizada por meio do envolvimento ativo das pessoas como emissoras e receptoras de mensagens nas organizações de base popular, ou associativas e sem fins lucrativos. Desde então, verificam-se sinais da demanda social por uma outra perspectiva do direito à comunicação, que não apenas o acesso à informação. Porém, não se trata apenas de meio de comunicação, mas de processos de organização e mobilização comunitários que incluem meios (PERUZZO, 2013, p 167.)

No Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) organiza um jornal semanário, o “Brasil de Fato”, um site e diversas outras formas de comunicação. Mas, dentro do contexto urbano, existem diversos movimentos sociais, como o Movimento Passe Livre (MPL), que luta para que o transporte seja desmercantilizado. Ambos conseguem manter canais de comunicação com seu público e com toda a sociedade para disputar a hegemonia, através de seus sites de redes sociais na internet.

O desenvolvimento capitalista do nosso século levou à internet e dela já não se pode prescindir. Não se trata de uma nova sociedade, de uma sociedade da informação, mas do velho capitalismo reorganizado, que exige o aperfeiçoamento constante dos mecanismos de produção, armazenamento e circulação de informação, tanto para acelerar a rotação do capital e com isso, facilitar o processo de acumulação, como para garantir as condições de legitimidade da dominação que exerce sobre uma massa cada vez maior da população mundial. Assim, informação e comunicação na

sua forma capitalista, continuam servindo ao capital, mas agora de forma renovada adequada às exigências da modernização conservadora do final do séc XX e abrindo portas para a sua eventual expansão no século XXI” (Bolaño, 2013, p.44).

As diferentes formas de controle são reoxigenadas no contexto em que a interatividade é um elemento importante para a função publicidade, na qual o capital não pode abrir mão dentro da lógica de financiamento de grandes empresas como o Google, o Facebook e diversos outros sites de redes sociais (BOLAÑO; VIEIRA, 2015). É através da sensação de liberdade de expressão e de gostos, que esses novos instrumentos mapeiam os principais interesses e vendem publicidade direcionada, segmentada, imprimindo um modelo de regulação econômica que convive com uma pluralidade, a partir da lógica de consumo. (FIGUEREDO, 2016).

Os debates sobre a regulação da Internet, que certamente se intensificarão após o impacto do Wikileaks e do caso Snowden, fazem parte de uma tomada de consciência em relação a essa problemática mais ampla. Acima de tudo, é preciso reconhecer o fato elementar, mas nem sempre tomado na devida conta, de que o desenvolvimento das forças produtivas, ao mesmo tempo em que abre possibilidades liberadoras sempre renovadas, cria crescentes constrangimentos para sua efetivação. Assim, um sistema dialógico e horizontalizado de comunicação, como a Internet, que facilita a organização dos novos movimentos sociais, serve também, e principalmente, pois é essa a linha hegemônica do desenvolvimento capitalista, para a implantação de um sistema de controle social sem precedentes. É no interior dessa contradição que se deve entender a problemática da comunicação e da cultura relacionada aos novos movimentos sociais do início do século XXI. (BOLAÑO; CABRAL, 2014, p.15).

A internet e suas formas de regulação e controle nacional estão no centro dos debates sobre as possibilidades de democratização da informação e do conhecimento. As possibilidades dos movimentos sociais de construir relações além das fronteiras dos espaços materiais que estão inseridos podem possibilitar o crescimento de suas bases sociais ou uma articulação unificada internacional.

A mobilização pela compreensão de como as organizações sociais dos oprimidos vêm assimilando as tecnologias da informação e comunicação (TIC) para, através e com elas, realizarem uma disputa da hegemonia tem sido denominada por Neuman (2008) de *apropriação social*.

A *apropriação social* parte da compreensão inicial do rompimento do colonialismo epistemológico por autores e conceitos eurocêntricos, que são essenciais para o entendimento das dinâmicas particulares das classes oprimidas latino-americanas. O conceito antropológico de “alteridade”, que relativiza o outro, é um exemplo desta colonização, muitas vezes não questionada. Para compreender esse pensamento, é necessário que façamos um rompimento

com a ideia de modernidade como única possibilidade de avanço para os povos historicamente oprimidos, porque este conceito de moderno nos encastela a pensar nossos modos de vida sempre com o olhar do opressor. A autora tenta suggestionar uma reflexão sobre o pensar a contra-hegemonia, a partir de conceitos e determinações dos próprios capitalistas, muitas vezes irrompendo em um círculo vicioso de opressão.

O termo apropriação social não se coloca automaticamente em qualquer forma de utilização das TIC pelas comunidades. Para Neuman (2008), é necessário entender a apropriação social como possibilidade de uma nova relação social, de um novo sentido comunitário, de uma relação intencionalmente não alienada com a tecnologia e suas técnicas.

Como Bolaño (2000) aponta, o capital em sua fase manufatureira realizou a “acumulação primitiva do conhecimento”. Dessa maneira, foram os capitalistas que se apropriaram do conhecimento tácito dos artesãos e o codificaram em máquinas e tecnologias. Quando essas tecnologias voltam para as mãos dos trabalhadores e realizam uma batalha pela hegemonia, os movimentos sociais estabelecem a reapropriação desses instrumentos, em consonância com a categoria apropriação social.

Reapropriação, desapropriação ou apropriação não reduzem a riqueza da categoria ao endossar o interesse de compreender a comunicação dos movimentos sociais em uma resistência profunda a todo o capital monopolista e suas relações sociais mercantilizadas. Da mesma forma que o capital se apropria, os trabalhadores também encontram formas criativas de manter a sobrevivência de sua cultura de classe. E dessas resistências, podem semear espaços para alimentar a contra-hegemonia.

La pregunta abierta sobre la economía política de Internet acerca de quiénes son los mediadores en los procesos de apropiación social de la tecnología ofrece la pauta común que facilita la mediación entre los sub-campos de la Comunicación considerados y otras áreas de diálogo, diluyendo fronteras epistémicas y contribuyendo para entender el proceso de difusión del capitalismo y la construcción de las estrategias de resistencia que son la base para consolidar un proyecto contra-hegemónico capaz de revertir la realidad marginal y excluyente a que históricamente han sido sometidas las comunidades latinoamericanas. (BOLAÑO, PAES, HERRERA, 2016)

A utilização da internet, através de site ou das redes sociais, possibilita uma mobilização e potencialização das informações que fortalecem a contra-hegemonia? Ocupar esses espaços de forma orgânica tem permitido a exteriorização de projeções de novas relações sociais não mercadológicas? E compreendendo o controle que os grandes conglomerados da internet possuem, será que a ocupação desses espaços não pode se tornar um modo de mapeamento e futura criminalização dos movimentos sociais? O que a ocupação

desses espaços virtuais como resistência contra-hegemônica poderia contribuir na articulação da luta de classes para a emancipação dos trabalhadores e oprimidos?

Estas perguntas podem ser respondidas a partir da vivência junto ao MTST. Sem negar a hegemonia nos meios de comunicação a apropriação que o MTST faz do espaço urbano – como será visto posteriormente – implica na potencialização da apropriação dessas TIC de maneira contra-hegemônica e, assim, possibilita a realização de outra mediação.

A apropriação social é uma tática fundamental do MTST, em sua estratégia de comunicação popular com os trabalhadores, para realizar a sua principal ação: a ocupação do espaço urbano. Para realizar as ocupações, o movimento precisa ter uma leitura crítica do espaço urbano. Essa leitura é realizada, a partir do objetivo de recuperar a cidade como direito, do direito à cidade que será trabalhada no próximo capítulo.

2. DIREITO À CIDADE

O horizonte de construção de outras lógicas de modos de vida no MTST se dá pela ocupação da cidade. Por isso considera-se importante compreender sobre o direito à cidade e os conceitos que se antepõem a essa discussão como renda diferencial da terra urbana e urbanização na lógica da reprodução do capital. E nessa lógica do capital trata-se também neste capítulo sobre a alienação espacial, a favelização dentro do contexto da urbanização brasileira.

Conforme explica Magnani (2002), são as categorias que articulam o particular com o universal. Através das categorias podemos identificar nas experiências coletivas concretas elementos teóricos e dar consonância a conceitos que ajudem a explicar aquela e outras realidades. São as categorias, os conceitos que traduzem uma experiência particular de uma ocupação em possibilidade de criar conhecimento para a humanidade. Isto também evita que entremos no caos de tentar abranger o todo, sem um foco específico.

Este é, pois, um procedimento que permite encarar o problema do "caos semiológico", aquela impressão que se tem cada vez que se isola um determinado indivíduo confrontando-o diretamente com a cidade; nessas condições, é inevitável a sensação de anonimato, fragmentação, desordem. Essa impressão, como já foi dito, é o efeito de um olhar de longe e de fora; ajustando-se devidamente o foco da análise, contudo, é possível perceber os diferentes circuitos que o usuário reconhece e percorre ao estabelecer seus próprios trajetos, seja nos planos profissional, do lazer, do consumo, das práticas devocionais, das estratégias de sobrevivência e participação e muitos outros (MAGNANI, 2002, p.26).

As categorias que o MTST mobiliza estão no plano da discussão sobre a cidade e são fundamentais para aprofundar as análises sobre suas ações e, através delas, verificar como se dá a ocupação urbana nas periferias, como o movimento social dialoga com o bairro, com a cidade e com os trabalhadores.

A cidade é vista pelo senso comum como o espaço onde acontecem os modos de vida, comparado a um cenário de peça teatral que permanece estático durante toda a narrativa e com poucas alterações nas dimensões do roteiro. Paralelamente, este mesmo senso comum reconhece que a cidade apresenta problemas que são lidos hegemonicamente como características comuns do desenvolvimento, geralmente atribuídos à grande aglomeração de pessoas ou à omissão do Estado. A cidade, de forma metafórica, é concebida como cenário. Alguns autores visualizarão que o espaço urbano é fundamental na concretização para a circulação e consumo das mercadorias. Nesse caso, os problemas de ordem urbana são vistos

como reflexo direto das relações sociais de exploração e opressão no interior das relações trabalhistas. De toda forma, a metáfora da cidade apenas como cenário se repete.

Para compreender os movimentos sociais urbanos é necessário entender o espaço em que as mobilizações acontecem e pelo quê se luta. Seja pela moradia, seja por transporte, a explosão de movimentos sociais urbanos, tem um sujeito a ser questionado. Esse sujeito aparece como uma forma e conteúdo naturalizados nas determinações sobre onde estamos, do que e por que aqui estamos. Esse sujeito é a cidade.

2.1 A RENDA DIFERENCIAL DA TERRA URBANA

“Debaixo do paralelepípedo tem a terra, tem a areia, tem a praia”⁶, afirmou Jean-Nicolas Arthur Rimbaud (1854-1891) em maio de 1968 na França. É absurdo que uma parte do planeta tenha dono e possa ser mercantilizada, já que a terra compara-se com o ar, a água e tem valor de uso imprescindível para a vida humana. Não são frutos do trabalho humano, por isso não têm valor. A classe burguesa herda a propriedade privada da terra oriunda do modo de produção feudal. É no campo do direito e do Estado que a força da propriedade privada da terra se afirma e, com a mercantilização da força de trabalho, a terra também irá se transformar em mercadoria, permitindo que o capitalista estabeleça preço sobre ela, que é diferente de valor.

A exploração do capitalismo não se encerra na obtenção da mais valia apenas nas relações diretas no campo da produção: a classe dominante, detentora dos meios de produção, organiza outras formas para se apropriar dos frutos do trabalho excedente. São exemplos a renda fundiária e a renda de monopólio. Adriana Botelho (2005) lembra que, para Marx,

Toda a renda fundiária capitalista é mais-valia, produto de trabalho excedente não pago a quem produziu, e não uma propriedade inerente ao solo. Ou seja, a renda fundiária é uma parcela do excedente global produzido pela classe trabalhadora e que é apropriado pela classe dos proprietários fundiários, devido ao monopólio que exercem sobre a propriedade da terra (BOTELHO, 2005, p.26).

Ou seja, a renda da terra é parte integrante da mais valia, somente sendo possível num sistema de exploração capitalista. No caso do urbano, dá-se algo semelhante. A renda

⁶ Lembranças do Teatro Oficina nas agitações de maio. José Celso Martinez Corrêa. Disponível em: <<http://www.unesp.br/aci/jornal/233/supled.php>>. Acesso: 7 ago. 2017.

diferencial I seria a partir da localização do terreno⁷. Considera-se a proximidade a bens naturais considerados histórica e socialmente, como praias ou rios, por exemplo. Soma-se a isso a apropriação do capital fixo incorporado na cidade. Esse capital fixo é representado pelo investimento social, geralmente através do Estado, localizado no tecido urbano, e refere-se aos equipamentos públicos, como o acesso à mobilidade urbana através de rodovias ou transporte público, o saneamento básico, os postos de saúde, etc. Assim, o capital fixo gera a subsunção dos valores de uso para a apropriação privada dos proprietários.

A renda diferencial I aparece para os trabalhadores incorporados nos preços dos móveis e na determinação dos aluguéis. Ela perde sua forma concreta sobre a agricultura (renda em trabalho) e assume uma forma abstrata, como os juros sobre um capital investido. A relação da localidade com os centros de consumo, de empregos, de informações e decisões influenciam diretamente na determinação dos preços dos imóveis.

[...] Parte da sociedade exige da outra um tributo pelo direito de habitar a Terra, assim como, de modo geral, está implícito na propriedade fundiária o direito dos proprietários de explorar o corpo terrestre, as entranhas da Terra, a atmosfera e, com isso, a manutenção e o desenvolvimento da vida. Não só o aumento populacional, e, por conseguinte a crescente necessidade de moradias, mas também o desenvolvimento do capital fixo – o qual se incorpora à terra ou nela cria raízes, nela repousa, como todos os edifícios industriais, ferrovias, casas comerciais, estabelecimentos fabris, docas etc. - necessariamente aumenta a renda imobiliária (MARX, 1986, p.238).

Quem realmente usufrui economicamente dos benefícios dos aparelhos públicos são os proprietários da terra urbana que a transformam em renda e cobram dos mesmos trabalhadores, geralmente em forma de aluguel ou prestações, dividindo a cidade entre bairros ricos e bairros pobres gerando segregação espacial.

As leis coercitivas da competição também forçam a contínua implementação de novas tecnologias e formas organizacionais, pois estas habilitam os capitalistas a excluírem da competição os métodos inferiores em uso. As inovações definem novas carências e necessidades, reduzem o tempo de retorno do capital e diminuem a fricção da distância, que limita a extensão geográfica no interior da qual os

7 Marx analisa o problema da renda da terra no volume do Livro Terceiro do Capital, distinguindo três categorias: renda diferencial I e II e renda de monopólio. A renda diferencial I corresponde às diferenças de fertilidade entre diferentes solos, garantindo um preço social médio pelos terrenos menos férteis. Entram nessa definição o acesso a todos os bens com valor de uso imprescindível como água, clima, e outros que não são frutos do trabalho humano. Na renda diferencial II, o critério é a intensificação das técnicas e inovações tecnológicas que barateiam o custo unitário da mercadoria. Quanto menos tempo médio de trabalho, maior a renda diferencial. É importante salientar que essa renda é temporária porque é fruto de um investimento que será transfigurado em padrão de produção para a concorrência entre os capitais individuais. Isso significa dizer que o capitalista que não se adaptar tecnologicamente, como regra, acabará sendo excluído desse mercado. A terceira categoria é a renda de monopólio, herança feudal que garante ao proprietário, pelo simples fato de ser proprietário, a cobrança por uso do solo (no limite, até mesmo pela passagem por sua propriedade).

capitalistas podem procurar por fornecimento ampliado de trabalho, matéria prima etc. (HARVEY, 2012, p.74)

A renda diferencial II trataria da exploração das técnicas e tecnologias de construção urbana na redução do tempo médio para as construções – casas ou edifícios corporativos – reduzindo seu custo unitário. Exemplificada na verticalização, através da construção de prédios, onde com a mesma extensão de terra é possível construir mais.

Trata-se, também, das possibilidades de estender os direitos públicos em uma mesma construção, como os condomínios privados das elites, que mesmo em localizações distantes, oferecem serviços por fora do Estado, como segurança particular, grandes muros, escolas, mercadinhos, etc.

A renda diferencial III, ou renda de monopólio, relaciona-se no urbano diretamente com o Estado, seja pela permissividade da legislação ambiental ou urbanística, seja pela concessão direta ou indireta de exploração sobre determinados espaços. Exemplos concretos são as áreas de proteção ambiental, os zoneamentos no Estatuto da Cidade ou no Plano Diretor, como o limite de verticalização ou obrigação de investimentos sociais no espaço urbano. Manifesta-se também na isenção fiscal para grandes empresas através da concessão de terrenos ou edificações.

A cidade tem a sua privatização sequencial validada como a grande novidade da mercadoria urbana. O fetiche dos capitalistas imobiliários não é a cidade em que a classe trabalhadora possa tê-la como direito, mas sim uma urbanização para a acumulação capitalista.

Isso tudo explica a segregação da classe trabalhadora para as diversas periferias e a impossibilidade de aceder à moradia e à cidade. Também permite compreender a reivindicação de ter direitos de aceder à moradia e à cidade. A luta é pela não segregação, pela justiça, pelo acesso aos direitos e, principalmente, ao direito a reproduzir a vida de maneira não mercantilizada.

2.2 URBANIZAÇÃO E ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

O processo de urbanização articula-se com a acumulação do capital. A ideia hegemônica do urbano como evolução societária tem ligação com a produção de excedente pelo capital, o que gera expansão e mercantilização de outras esferas da vida. Esse excedente é apropriado pela classe burguesa que constrói, destrói e reconstrói o espaço urbano a serviço da acumulação. É nesse mesmo movimento que se intensifica a expansão dessa urbanização

do capital a todos os espaços, em um jogo articulado por todas as fronteiras no planeta, modificando as escalas geográficas e como peça fundamental da mundialização do capital.

Desde o início, as cidades emergiram da concentração social e geográfica do produto excedente. Portanto, a urbanização sempre foi um fenômeno de classe, já que o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle sobre sua distribuição repousa em umas poucas mãos. Esta situação geral persiste sob o capitalismo, claro, mas como a urbanização depende da mobilização de excedente, emerge uma conexão estreita entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização. Os capitalistas têm de produzir excedente para obter mais-valia; esta, por sua vez, deve ser reinvestida a fim de ampliar a mais-valia. O resultado do reinvestimento contínuo é a expansão da produção de excedente a uma taxa composta – daí a curva lógica (dinheiro, produto e população) ligada à história da acumulação de capital, paralela à do crescimento da urbanização sob o capitalismo. (HARVEY, 2012, p.74)

Para os despossuídos da terra urbana pelo processo de acumulação, a urbanização constitui-se em remoções forçadas diretamente pelo direito público acima do direito privado ou pela impossibilidade econômica de residir nesses mesmos lugares com o crescimento do custo de vida

A absorção de excedente através da transformação urbana tem um aspecto obscuro. Ela tem acarretado repetidas contendas sobre a reestruturação urbana pela “destruição criativa”, que quase sempre tem uma dimensão de classe já que é o pobre, o desprivilegiado e o marginalizado do poder político que primeiro sofrem com este processo. A violência é necessária para construir o novo mundo urbano sobre os escombros do velho. Haussmann rasgou os velhos bairros parisienses usando o poder de expropriação em nome do melhoramento e da renovação cívicos. Deliberadamente, ele planejou a remoção de grande parte da classe trabalhadora e outros elementos rebeldes do centro da cidade, onde constituíam uma ameaça à ordem pública e ao poder político (HARVEY, 2012, p.82).

Por outro lado, uma característica do setor imobiliário é a lenta obsolescência dos seus produtos, dificultando a rotação do capital e o aumento da demanda do seu mercado. Esse problema é enfrentado pelos capitalistas com a “destruição criativa” e com constante movimento de realocação no e do espaço. Na cidade, manifesta-se com a destruição de antigos bairros e a construção de novos com a intencionalidade de mudança na lógica de valorização do metro quadrado urbano. Desta maneira, a segregação socioespacial é sintoma de que a cidade está a serviço da acumulação do capital.

A aliança com o capital financeiro através de títulos de investimento ou hipotecas permite uma aceleração do deslocamento que, somada à possibilidade de grandes empréstimos e cobranças de juros, permite aos capitais individuais do setor acumular verdadeiros “bancos de terras” somando a renda de monopólio no setor às outras rendas diferenciais como a localização e a técnica de construção. Assim, o capital imobiliário

financeirizado desloca-se pela cidade se apropriando das casas de trabalhadores que não possam pagar as prestações ou hipotecas, desvalorizando a zona em um primeiro movimento, e posteriormente comprando outros terrenos no entorno, para construir grandes empreendimentos que possam valorizar o espaço do qual agora são donos.

Dessa forma, o espaço, consumido produtivamente nas estratégias de acumulação capitalista, é transformado, tem suas qualidades alteradas pelo consumo; porém, possui a capacidade de, ao ser transformado, também transformar e produzir o novo; como nos lembra Lefebvre, o consumo do espaço é duplamente produtivo, na medida em que produz tanto mais-valia como outro espaço (BOTELHO, 2007, p.19)

O objetivo vai mais longe que a simples venda, pedaço por pedaço, do espaço. Ela não só faz o espaço entrar na produção da mais-valia, ela visa um reordenamento da produção subordinada aos centros de informação e decisão. Quando o conhecimento e a informação são mercadorias e uma classe detém os meios de produção sobre a outra, as técnicas e tecnologias transformam-se em instrumentos a serviço do lucro e não na construção de uma cidade igualitária. Isso provoca, além de desigualdade, segregação, injustiça e alienação.

2.3 A ALIENAÇÃO ESPACIAL

A velocidade com que o espaço urbano modifica-se aos olhos dos trabalhadores é explicada hegemonicamente como fruto do desenvolvimento. A cidade é vendida como o habitat humano, construído para a efetivação da potência da humanidade moderna em oposição à natureza (que também sofre com a intervenção do capital). A alienação espacial se expressa na relação com o urbano em fragmentos, na naturalização da segregação socioespacial, na privatização dos direitos, na extensão totalitária da mercadoria e na vitória do valor de troca sobre o valor de uso na produção capitalista do espaço (CARLOS, VOLOCHUKO, PINTO, 2015).

O avanço da mercantilização desenvolve novas formas, entre elas, o espaço. O valor de troca da mercadoria espaço hierarquiza os indivíduos na cidade do capital, subsumindo o valor de uso e naturalizando a segregação espacial. A mercantilização do espaço explode em uma hegemonia urbana da cidade negócio ou cidade mercadoria e há pressão do político-econômico sobre o trabalho, o cultural e os modos de organização da vida. Desta forma, o cidadão vivencia cotidianamente uma pequena parcela da cidade, do lugar onde reside ao local de trabalho, reproduzindo preconceitos estabelecidos aos interesses da valorização dos capitalistas do espaço

Como em todas as fases precedentes, esta expansão mais recente do processo urbano trouxe com ela incríveis transformações no estilo de vida. A qualidade de vida urbana tornou-se uma mercadoria, assim como a própria cidade, num mundo onde o consumismo, o turismo e a indústria da cultura e do conhecimento se tornaram os principais aspectos da economia política urbana. A tendência pós-moderna de encorajar a formação de nichos de mercado – tanto hábitos de consumo quanto formas culturais – envolve a experiência urbana contemporânea com uma aura de liberdade de escolha, desde que se tenha dinheiro. (HARVEY, 2012, p.81)

Entretanto, para a classe trabalhadora, o seu valor de uso é a possibilidade de realizar a sua vida. O espaço mercadoria transgride a esfera pública e a esfera privada conforme o projeto do capital. É na moradia que os sujeitos efetivam sua ideia de privado, “é onde se localiza perante outros lugares (espaço-tempos da concretização da vida) e com uma comunidade pelas múltiplas apropriações espaço-temporais” (CARLOS, VOLOCHUKO, PINTO, 2015, p.50).

O público torna-se espaço estranho, frequentemente “dominado pelo Estado (através de múltiplos processos de intervenção e vigilância) no qual prepondera a norma que rege os usos possíveis” (CARLOS, VOLOCHUKO, PINTO, 2015, p.50) orientando o urbano em fragmentos e atualizando a alienação moderna. Desta forma fica naturalizada uma rotina de bairros ou espaços frequentados na cidade, em contraposição à invisibilidade ou marginalização de outros, frutos dessa hierarquia socioespacial.

Onde quer que forças naturais sejam monopolizáveis e assegurem um sobrelucro ao industrial que as explora, seja uma queda d'água, uma mina rica, um pesqueiro abundante ou um terreno para construção bem localizado, aquele cujo título sobre uma parcela do globo terrestre o torna proprietário desses objetos da Natureza subtrai esse sobrelucro, na forma de renda, ao capital em funcionamento (MARX, 1986, p.237).

É importante destacar que a produção do urbano no capital nega a natureza que acaba sendo sacrificada e tornando-se rara. Na condição de raridade, transforma-se em uma nova mercadoria, transferindo-se do papel de recurso natural, explorada pelo mercado imobiliário e turístico. A construção de resorts e condomínios privados em áreas que deveriam ser preservações de ecossistemas é demonstração de que até mesmo na destruição ambiental desenfreada, os capitais privados encontram formas de crescer sua renda diferencial sobre a terra urbana.

Assim, se a crise ecológica é produto da acumulação capitalista da separação entre o tempo do processo de produção continuada do capital e do tempo dos processos de reprodução da natureza, o capital encontrou uma tática de efetivar lucros a partir dessa situação (CARLOS, VOLOCHUKO, PINTO, 2015, p.51).

O Estado e seus ordenamentos são peças *sine qua non* para a garantia da valorização da indústria dos setores imobiliários, também financeirizado, legitimando e remodelando a legalidade para garantia dos “direitos do capital”, impedindo o zoneamento de áreas de interesse de preservação ambiental. O mesmo exemplo se aplica aos tombamentos por importância artística, histórica, cultural ou patrimonial, em que o valor de uso se sobreporia ao valor de troca, possíveis legalmente pelo Estatuto da Cidade ou Plano Diretor de diversos municípios no Brasil, mas frequentemente não respeitado pelos capitais individuais.

Desta forma, até mesmo o acesso à água encanada, mesmo fazendo parte de uma mesma rede estatal, são distribuídos de maneira desigual priorizando os bairros nobres e as grandes indústrias. O problema do abastecimento de água, só transforma-se em crise quando atinge bairros que reside a classe dominante.

A alienação espacial é sentida pelos trabalhadores com o sentimento da perda da cidade. O Estado e o planejamento urbano passa alheio às necessidades mais básicas do grande conjunto da sociedade privatizando ou burocratizando direitos básicos. As contradições produzidas pela reprodução capitalista do *espaço-mercadoria* têm desempenhado um papel crucial no desenvolvimento do modo de produção do capital.

Compreendido o contexto do que é o direito à cidade e a alienação espacial em decorrência da mercantilização pelo capital explica-se a seguir como isso é identificado no processo de urbanização brasileira.

2.4 NOTAS SOBRE A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA

O processo de urbanização no Brasil tem que ser analisado a partir da falta de políticas de distribuição das terras no início da colonização da América Latina. Em países como o Brasil, onde nunca houve reforma agrária, fica claro que a terra sempre foi encarada como valor de troca. Mas com o avanço do capital, faz-se necessário concentrar a produção dando mais impulso à urbanização. De forma mais abrangente, a produção e o consumo do espaço, assim como a urbanização, estão inseridos no amplo processo de reprodução das relações sociais.

No Brasil a população urbana saltou de 18,8 milhões (26,3% do total) em 1940 para 138 milhões (81,2% do total) em 2000, um aumento de 135 milhões na carga de

habitantes urbanos em 60 anos; apenas na última década do século XX a população urbana brasileira cresceu em 22.718.968 habitantes – mais da metade da população do Canadá ou um terço da população da França (MARICATO, 2000).

Nas últimas décadas o Brasil passou de ser eminentemente rural para ser urbano, já que atualmente a maioria da população brasileira encontra-se na cidade. Sendo as capitais dos estados mais atraentes para esses setores que saíam do campo à procura de emprego e de novas condições de vida – devido também à revolução verde –, gera-se uma grande ampliação espacial das cidades com essas características. A cidade vai crescendo, mas pelas suas características históricas locais - à instalação de empresas em determinados lugares devido à isenção fiscal desde a década de 1970, havia uma tendência à concentração dos postos de trabalho em algumas regiões ou bairros. Com o avanço e o surgimento de novas empresas, e muitas vezes graças à própria especulação imobiliária, os preços dos imóveis nessas localidades ou próximos a elas tornam-se mais caros, então, impossibilitados os trabalhadores são condicionados a morarem nas zonas mais longínquas do centro da cidade.

Concentrando muitos trabalhadores formais e informais, muitos sem casa e alguns poucos com moradias insalubres, o Estado brasileiro começa a planejar uma política de urbanização e habitação popular. Segundo Maricato (2001), durante o governo militar (1964-1985) foram criados o Banco Nacional de Habitação (BNH) e diversas Companhias de Habitação iniciaram um processo de urbanização e construção de moradias populares nas cidades. Mas esse processo fortalecia às grandes construtoras e a especulação imobiliária. O projeto desenvolvimentista não alterava o centro da questão sobre a cidade. Em 1986, o banco foi extinto e sua atribuição foi transferida à Caixa Econômica Federal.

O fim dos projetos de habitações na década de 90 compreende o processo de reestruturação produtiva que leva a privatizações e a terceirizações profundas nos países da América Latina, cresce o trabalho informal com reduzidos salários somado à retirada de direitos. Mesmo através dos investimentos estrangeiros diretos, o que as grandes corporações fazem é movimentar-se entre os Estados, pagando menores impostos e contratando trabalhadores informais. Segundo os pesquisadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento, a economia informal emprega atualmente 57% da força de trabalho latino-americana e oferece quatro de cada cinco novos empregos.

Em outras palavras, a tendência macroeconômica real do trabalho informal é a reprodução da pobreza absoluta. Mas, se o proletariado informal não é a menorzinha das pequenas burguesias, também não é um “exército de reserva de mão-de-obra” nem um “lumpemproletariado”, em nenhum dos sentidos obsoletos do século XIX. Parte dele, é verdade, é uma força de trabalho invisível da economia formal, e

numerosos estudos já mostraram como as redes de terceirização da Wal-Mart e de outras megaempresas penetram profundamente na miséria das colônias e chawls. Mas no fim das contas a maior parte dos favelados urbanos, radical e verdadeiramente, não encontra lar na economia internacional contemporânea (DAVIS, 2011, p. 211).

Com menor arrecadação, o Estado brasileiro paralisa por décadas a priorização de políticas de construção de moradias urbanas. Depois de treze anos de movimentações de urbanistas, arquitetos, intelectuais, ONGs – também criadas nesse contexto de redução dos direitos sociais – e movimentos sociais, a política de urbanização, que era centralizada na esfera federal foi transferida para a esfera municipal. O Ministério das Cidades e o arcabouço legal do Estatuto da Cidade (2001) surgem como direção de um novo processo institucional de urbanização a partir de uma perspectiva que abre margem para contestação dos projetos de cidade (MARICATO, 2013).

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2007; 2007-2011) – com Dilma Rousseff na Casa Civil – lança em 2007 o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), como a grande plataforma de desenvolvimento do país. Em um cenário de crise econômica mundial, o PAC 1 (2007-2011) minimiza os efeitos da crise financeira e apresenta-se como uma política conjunta ao projeto de habitação popular “Minha casa, minha vida” (MCMV) iniciado em 2009. Com a inserção do Brasil em uma agenda mundial de megaeventos, como a Copa do Mundo (2014) e as Olimpíadas (2016), os capitais da construção civil orientaram-se na captação dos recursos públicos interessados no lucro da construção das habitações populares. Em 2005, o crédito imobiliário para construção e aquisição no país era de 4,8 bilhões, no ano de 2014, passou para 102 bilhões de reais. Paradoxalmente, o problema da habitação popular, mesmo com a construção de dois milhões de casas pelo programa, o déficit habitacional passou de 6,8 milhões de famílias, para apenas 6,2 milhões⁸. Ou seja, a construção de mais casas não necessariamente resolve o problema da habitação, mas no caso do programa MCMV, enriqueceu mais ainda os capitais da cidade e reordenou a malha urbana para jogar os pobres para cada vez mais distantes dos centros.

A formação urbana capitalista é uma fábrica de sem-teto. Esse processo de segregação limita a possibilidade do trabalhador adquirir sua casa no centro, obrigando com o que o mesmo ocupe terrenos na periferia e construa as favelas.

⁸ Cidades Rebeldes- Ganhar e perder a vida na periferia da periferia do capital"
<https://www.youtube.com/watch?v=pSLXCSO1XP8>

2.5 A FAVELIZAÇÃO DO MUNDO

O capital reestruturado e seus fluxos no processo de urbanização tem uma paisagem real para a grande maioria dos trabalhadores urbanos: a favela. Os trabalhadores não precisam mais deslocar-se do campo para as grandes cidades, a urbanização capitalista migra até as cidades do interior. Em seu livro *Planeta Favela*, Davis (2006) realiza um estudo do relatório *The Challenge of Slums* (O desafio das favelas) publicado pelo Programa de Assentamentos Humanos (UN-Habitat) da Organização das Nações Unidas (ONU). O estudo foi publicado em outubro de 2003, fruto da colaboração de mais de 100 pesquisadores ao redor do mundo construindo um banco de dados comparativo de mais de 237 cidades e incorporando de maneira inédita, dados domiciliares da China, da Rússia e de países do antigo bloco soviético.

O termo favela⁹ popularmente retratado no Brasil como espaços de habitação precária com falta de aparelhos públicos urbanos em morros ou encostas, tem uma compreensão oficial: “excesso de população, habitações pobres ou informais, acesso inadequado à água potável e a condições sanitárias e insegurança da posse de moradia” (DAVIS, 2006, p.33)

Ademais, essa tendência ao latifúndio urbano baseia-se de modo perverso na crise e no declínio da economia produtiva. Presumivelmente houve uma época em que o valor da terra urbana estava sincronizado com o crescimento econômico e o investimento industrial. Entretanto desde o final da década de 1970, quando os imóveis urbanos tornaram-se cada vez mais enorme sorvedouro da população nacional.[...] Por sua vez os Planos de ajuste estrutural canalizaram a poupança nacional da indústria nacional e do bem estar social para a especulação imobiliária (DAVIS, 2006, p.92)

Desde a mesma década de 1970, endossado pelo projeto de mundialização desse urbanismo do capital, se tornou lugar comum para os governos do mundo todo justificar remoções com a desculpa do combate ao crime, assumindo e considerando as favelas como “invisíveis para a vigilância do Estado” (DAVIS, 2006, p.117). Esse mesmo argumento norteia o mercado imobiliário para uma tendência de empreendimento de condomínios fechados para a grande elite ao estilo de Hollywood *american way of life*, onde constroem

9 Mesmo com essa definição desconsiderando elementos importantes, porém mais difíceis de medir, a pesquisa da ONU qualifica 1 bilhão de favelados no mundo em 2005, quase a mesma população do mundo quando Engels escreveu seu texto sobre habitação em 1844. “Os favelados são apenas 6% da população urbana dos países desenvolvidos, constituem em média 78,2% dos habitantes urbanos dos países menos desenvolvidos, correspondente a um terço da humanidade (3,2 bilhões pela mesma pesquisa)”. (DAVIS, 2006, p.34).

uma verdadeira cidade particular completa com serviços e segurança armada particular, a total privatização e a segregação do direito à cidade nas áreas mais afastadas dos centros (DAVIS, 2006, p.123).

A criminalização das favelas e a sua visualização como problema social ganha propaganda e ação nos governos civis-militares da América Latina. Somente nos morros do Rio de Janeiro, durante a ditadura civil-militar houve a remoção compulsória de favelas que chegou ao número de 140 mil habitantes. Com o apoio financeiro de instituições do capital estadunidense muitas favelas foram demolidas para:

(...) Embelezar as fronteiras das áreas de renda mais alta (a destruição criativa definida por Harvey) em seu projeto de acabar com todas as favelas do Rio em uma década, com a desculpa da segurança pública e perseguição dos “terroristas brasileiros” que não eram mais que minúsculos focos guerrilheiros urbanos antiditadura (DAVIS, 2006, p.115).

A maioria dos pobres urbanos não mora mais em bairros pobres do centro da cidade. Desde 1970, essa população foi absorvida pelas periferias. É importante sinalizar que, conforme alertado anteriormente, o fluxo do capital imobiliário que se move por dentro dos espaços urbanos torna importante entender a “periferia” com uma compreensão mais relacional dentro de um espaço-tempo e da conjuntura de desenvolvimento daquele processo de urbanização e acumulação do capital, do que automaticamente com a distância absoluta dos centros hegemônicos de poder.

2.6 UMA CONCEPÇÃO DE PERIFERIA

No senso comum, a periferia é encarada a partir de sua distância espacial relativa do centro e, de forma simultânea, como um espaço onde reside a classe trabalhadora urbana mais desfavorecida de recursos econômicos. Nesta medida, é importante pontuar que a pobreza está espalhada em todos os cantos da cidade, mas é na periferia que a concentração é maior e a falta de aparelhos públicos se faz mais presente.

Para Rolnik e Bounduki (1982) periferias são as “parcelas do território da cidade que tem baixa renda diferencial”. A renda diferencial tem correlação com as diferenças de localização (em relação aos centros comerciais, praias), condições dos terrenos

(permeabilidade e uso do solo) e equipamentos públicos (como praças, transporte, segurança, escolas, postos de saúde, etc).

A renda diferencial é o componente da renda fundiária que se baseia nas diferenças entre as condições físicas e localizações dos terrenos e dos diferenciais de investimento sobre isso ou no seu entorno aplicados. Estes componentes se somam a uma renda absoluta que é propriamente a remuneração paga pela existência da propriedade privada (ROLNIK E BONDUKI, 1982).

Exemplo categórico são os condomínios de luxo, que ficam em locais distantes, mas não é da periferia, apenas o reflexo das cidades segregadoras. Nesse sentido, trabalharemos com a ideia de que *é baixa renda diferencial é o que define periferia*, estando o terreno onde estiver.

2.7 DIREITO À MORADIA

Sem teto ou sem casa geralmente são as nomenclaturas empregadas para definir as pessoas que não têm onde morar. Mas é preciso partir dos dados oficiais do déficit habitacional calcular também o número de pessoas que vivem de aluguel em habitações precárias ou sem o título legalizado da moradia. O problema habitacional é por causa da alienação espacial relacionado ao problema dos baixos salários e à falta de políticas sociais de Estado.

Na realidade, a burguesia tem apenas um método para resolver o problema habitacional à sua maneira – isto é, resolve de tal modo que a solução reproduz continuamente a questão. Este é o denominado método “Haussmann”. Por «Haussmann» entendo não apenas a maneira especificamente bonapartista do Haussmann parisiense de abrir ruas compridas, direitas e largas pelo meio dos apertados bairros operários e de guarnecê-las de ambos os lados com grandes edifícios de luxo, com o que se pretendia não só atingir a finalidade estratégica de dificultar a luta nas barricadas mas também formar um proletariado da construção civil especificamente bonapartista e dependente do governo e transformar a cidade numa pura cidade de luxo. Por «Haussmann» entendo também a prática generalizada de abrir brechas nos bairros operários, especialmente nos de localização central nas nossas grandes cidades, quer essa prática seja seguida por considerações de saúde pública e de embelezamento ou devido à procura de grandes áreas comerciais centralmente localizadas ou por necessidades do trânsito, tais como vias-férreas, ruas, etc. O resultado é em toda a parte o mesmo, por mais diverso que seja o pretexto: as vielas e becos mais escandalosos desaparecem ante grande autoglorificação da burguesia por esse êxito imediato mas... ressuscitam logo de novo em qualquer lugar e frequentemente na vizinhança imediata. (ENGELS, 1887, p. 41).

Georges-Eugène Haussmann era secretário de governo de Napoleão III em 1853, responsável pelas obras públicas de Paris. Foi o responsável pela reestruturação espacial da

capital francesa, logo após a crise econômica de 1848, apostando no processo de urbanização como uma forma de resolver o problema do excedente de capital ocioso. Apostou em gigantes obras públicas de escalas inimagináveis pelos grandes arquitetos e criando instituições financeiras e novos instrumentos de crédito à custa de destruição e remoção dos pobres dos espaços que serviriam diretamente para acumulação de capital para áreas mais longínquas dos locais de trabalho, forçando uma modificação nos modos de vida da classe trabalhadora francesa.

O método Haussmann transformou Paris mundialmente na “cidade luz”, usufruindo dos espaços da criação de grandes centros de consumo e prazer e turismo. Mas quinze anos depois, o sistema financeiro e de crédito quebrou, em 1868. Napoleão III acabou se lançando em guerra contra a Alemanha de Bismark e, derrotado, abriu as possibilidades conjunturais para a revolta urbana histórica da classe trabalhadora que foi a Comuna de Paris

A casa, assim como qualquer outra mercadoria, tem uma obsolescência, tem um tempo determinado para uso, antes de depreciar-se e mudar sua qualidade: um amontoado de materiais em lugar de uma casa habitável. É exatamente aqui onde reside a crítica de Engels ao autor proudhoniano: é um grande engano acreditar que a questão da habitação se resolve com a propriedade da terra conferida ao trabalhador, onde o pagamento das “prestações” da casa seria mais útil e menos dispendioso ao trabalhador que o pagamento do aluguel. Mesmo porque o aluguel, que poderia cobrir “cinco ou dez vezes mais o custo da produção da casa”, na verdade está cobrindo, ao largo de um grande período de existência da casa, o aumento da renda do solo e os custos com a própria manutenção da casa. Tanto que, ao final do processo, nem o inquilino e nem o proprietário possuem mais a casa, o que resta é o terreno e os materiais que compunham a casa (SILVA, 2009, p.98).

Não é no valor da construção da casa que está a essência do problema habitacional na urbanização do capital, mas em sua localização no contexto urbano. Essa localização influencia no valor do metro quadrado do imóvel porque está articulada ao processo de produção e reprodução do urbano. Exemplos concretos para a burguesia afirmam-se de tempos em tempos na *destruição criativa* de grandes zonas de interesse do capital para a construção de novos empreendimentos urbanísticos à luz da atualização do seu projeto burguês de cidade. O problema da moradia é apenas transposto à distância dos olhares do capital imobiliário.

Enquanto a propriedade privada da moradia permanecer, articulada à acumulação capitalista no e do espaço, os déficits habitacionais nunca serão plenamente resolvidos ou zerados, pois enquanto se aloja algumas centenas de famílias, geralmente por políticas

públicas ou compensatórias pelo Estado, a própria lógica e lei do sistema desaloja outras dezenas de milhares.

A propriedade privada da terra, paralela à renda fundiária e todos os seus desdobramentos no espaço urbano e rural, é a mais pura expressão das instituições contidas na “fórmula trinitária” proposta por Marx, nos termos da sua analogia com a instituição cristã da Santíssima Trindade e de sua inabalável sacralidade. Os termos da cisão, da separação, da alienação, postos no mundo contemporâneo, conhecem sua raiz e sua principal força a partir dessa unidade na tríade marxiana. É neste momento que urge a elaboração de uma crítica que realmente dê conta de todo esse perverso processo para a grande maioria da humanidade (SILVA, 2009, p.101).

O método Haussmam de política de habitação cria a necessidade permanente de terrenos para a construção, aumentando o valor de troca da terra, somando-se simultaneamente a renda diferencial I e II e de monopólio.

O direito à moradia também não pode ser resumido à simples condição de se ter um teto físico. É necessário levar em conta a qualidade da moradia (seja em sublocações ou locações precárias conhecidas como favelas ou cortiços). A negação efetiva deste direito constitui-se um dos maiores problemas sociais do mundo e do Brasil (MARICATO, 2000).

Segundo pesquisa do IBGE de 2012, o déficit de moradia no Brasil alcança o número de 5,2 milhões de domicílios, com uma expectativa de crescimento para 20 milhões de unidades familiares no ano de 2024, em dados ratificados por estudos da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Segundo dados do IBGE de 2010, existiam 6,07 milhões de domicílios vagos no Brasil, em que se apresentava, na mesma pesquisa deste ano, um déficit de famílias com moradias de 5,8 milhões, mostrando que o real problema da moradia no Brasil não está apenas na construção de casas potencializando o mercado imobiliário, como defendem os gestores públicos populistas alicerçados em pseudossoluções para a classe trabalhadora.

Apesar de haver sido criada uma política de habitação como o Programa Minha Casa, Minha Vida, a mesma mostrou-se deficitária em seu alcance e reprodutora do capital enriquecendo as empreiteiras e não considerando o direito à moradia, mas a capitalização da segregação social.

2.8 DIREITO À CIDADE

A negação direta dos processos de acumulação no e do espaço se realiza através da bandeira do direito à cidade. Essa bandeira procura dar visibilidade a esta nefasta articulação do capital, que coloniza o espaço sobre a hegemonia do projeto burguês, que pela reestruturação produtiva não encontra fronteiras espaciais para sua efetivação, tratando-se de

um dos problemas chave na luta pela superação do capital. Mas como pensar esse direito à cidade no que concerne ao combate ao capital reestruturado?

A resposta para esta questão é simples, em princípio: maior controle democrático sobre a produção e utilização do excedente. Como o processo urbano é o principal canal de utilização do excedente, estabelecer uma administração democrática sobre sua organização constitui o direito à cidade. Em toda a história capitalista, parte do excedente foi taxada e, na fase social-democrática, a proporção à disposição do Estado se elevou significativamente. O projeto neoliberal, nos últimos trinta anos, foi orientado para a privatização daquele controle. Os dados para todos os países da OCDE mostram, entretanto, que a parte do Estado no resultado bruto tem sido constante desde os anos 70. A principal realização da ofensiva neoliberal foi impedir o compartilhamento público das receitas, como nos anos 60. O neoliberalismo criou, também, um novo sistema de governança que integra o Estado e os interesses corporativos e, através do poder monetário, ele assegurou que a disposição do excedente através do aparato estatal favorecesse o capital corporativo e as classes superiores na moldagem do processo urbano. Elevar a proporção do excedente apropriado pelo Estado terá um impacto positivo apenas se o próprio Estado for submetido a controle democrático. (HARVEY, 2012, p.86)

O direito à cidade, enquanto categoria econômica tem o objetivo de desvendar a conexão entre a urbanização e a utilização do capital excedente. A democratização desse direito é um imperativo no projeto dos despossuídos da terra. Não se trata apenas de uma distribuição espacial mais justa, mas da retomada da decisão coletiva sobre os rumos do excedente da riqueza social produzida pela classe que vive do trabalho e apropriada pela classe dominante ainda possuidora dos meios de produção e reprodução da vida. É permitir ao conjunto da classe trabalhadora a determinação no planejamento do espaço da cidade para que relações sociais desmercantilizadas sejam a função da cidade.

A questão de que tipo de cidade queremos não pode ser divorciada do tipo de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos que desejamos. O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos (HARVEY, 2012, p.74).

Harvey (2012) coloca alguns elementos fundamentais para desmercantilizar a cidade e a vida. Diante do exposto acerca da urbanização brasileira aliada à segregação espacial, mas já com pistas sobre o que é o direito à moradia, à cidade e à reprodução da vida para além da mercantilização; abordam-se as estratégias do MTST de ocupar a cidade, o urbano e construir outras lógicas sociais coletivas, espaciais, não mercantis e de comunicação.

3. O MTST E A OCUPAÇÃO URBANA QUE COMUNICA.

“MTST, a luta é pra valer” é uma palavra de ordem gritada pelos milhares de ocupantes e militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, em suas passeatas, reuniões e assembleias. Uma agitação empreendida tanto para a animação interna dos participantes quanto para a apresentação firme de como o movimento quer que o cidadão comum o enxergue, e simultaneamente anunciar aos gestores públicos que o MTST chegou e a luta coletiva é seu principal combustível. Esse grito coletivo simboliza a forma como a organização acredita na potencialidade da luta política. O “valer” esclarece que o movimento sabe que a luta é difícil, mas que ao mesmo tempo, é a luta persistente que garante as massas trabalhadoras suas conquistas e transformações na realidade.

O conhecimento do movimento não poderia ser atingido apenas pelas leituras de textos sobre o mesmo ou da própria organização, mas também pela experiência etnográfica urbana no Estado de São Paulo. Onde foi fundado e onde o número de ocupações, de militantes e de importância política é mais significativo.

Para construção deste capítulo, torna-se necessário explicar o método de organização do MTST, que apresenta semelhanças com outros movimentos sociais, mas que também apresenta particularidades a serem consideradas. O movimento determina que suas formas de constituição sejam princípios, logo universalizados em todas as ocupações e Estados. Em cada Estado o MTST poderá ter ajustes ou não dependendo de se conseguir dar conta de toda a fórmula organizativa.

Sua principal ação é a ocupação de latifúndios urbanos. E todos os seus princípios têm como lugar-comum, principalmente, as ocupações nas periferias. O movimento tem a opção declarada por realizar ocupações nos bairros em que vivem os mais pobres nos centros urbanos. A organização não realiza ocupação de prédios públicos ou privados vazios nas regiões centrais ou de luxo na cidade, preferem grandes terrenos vazios onde os trabalhadores mais precarizados residem: nas periferias.

3.1. HISTÓRIA E CONCEPÇÃO

Na metade da década de 90 do século XX, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) decidiu organizar a luta dos trabalhadores urbanos pela moradia e mobilizou militantes para operacionalizar essa tarefa. Posteriormente, o MST avaliou que seria demasiado complicado pensar a organização na cidade e decidiu encerrar essa experiência. No ano de 1996 quatro pessoas desse grupo de militantes que realizou a

experiência de organização urbana em São Paulo decidiram romper com o MST e fundar o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) realizando a primeira ocupação na cidade de Campinas, estado de São Paulo.

O núcleo fundador do MTST, ao estudar o grande crescimento de uma massa de trabalhadores urbanos, com clara migração do campo avaliou que era necessário organizar os trabalhadores na cidade. A demanda da luta pela terra rural encontrava semelhanças na urgência pela moradia que não era resolvida nas construções dos grandes centros urbanos no Brasil. Além disso, avaliavam que o movimento sindical se encontrava em refluxo, sem dar conta de aglutinar a grande maioria dos trabalhadores urbanos com o processo de reestruturação produtiva.

Na questão organizativa, o objetivo da fundação do MTST é ser um movimento social de massas, que promova uma organização identitária por território (ou espaço). A referência era baseada nas experiências de luta do MST na década de 90, que ao ocupar os latifúndios rurais tinham como ganho material a conquista da terra e como ganho organizativo, a inserção de novas pessoas ao movimento para que pudessem ampliar e massificar o MST.

A primeira ocupação urbana do MTST ocorreu no mesmo ano em que foi fundado. Chamava-se Ocupação Oziel por conta de um trabalhador rural assassinado no massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará (GOULART, 2011).

O MTST é um movimento que organiza trabalhadores urbanos a partir do local em que vivem: os bairros periféricos. Não é nem nunca foi uma escolha dos trabalhadores morarem nas periferias; ao contrário, o modelo de cidade capitalista é que joga os mais pobres em regiões cada vez mais distantes. Mas isso criou as condições para que os trabalhadores se organizem nos territórios periféricos por uma série de reivindicações comuns. Criou identidades coletivas dos trabalhadores em torno destas reivindicações e de suas lutas. Ao mesmo tempo, a organização sindical, no espaço de trabalho, tem tido enormes dificuldades em organizar um segmento crescente de trabalhadores (desempregados, temporários, terceirizados, trabalhadores por conta própria, etc.), a partir de transformações ocorridas no próprio processo produtivo, que tornaram as relações trabalhistas mais complexas e diversificadas. Assim, o espaço em que milhões de trabalhadores no Brasil e em outros países tem se organizado e lutado é o território. É aí que o MTST se localiza: Somos um movimento territorial dos trabalhadores (MTST, 2017).

O território que a organização identifica como central para seu modo de atuação é a periferia. Isso significa dizer que é onde a maior parte dos problemas das cidades se manifesta para os trabalhadores, seja por falta de aparelhos públicos, seja pela deficiência ou ausência de qualidade dos direitos sociais que deveriam ser garantidos pelo Estado. Ao localizar-se estrategicamente nesses espaços como demonstra a citação acima, o MTST tem a análise que o processo de reestruturação do capital dificulta a formação da identidade de classe, e com o

estágio da urbanização brasileira, a possibilidade de organização desses trabalhadores precarizados é nas periferias (GOULART, 2011).

Com base no argumento de não ser um movimento de moradia, mas um movimento que se organiza a partir da moradia e através da análise sobre o processo de reestruturação produtiva do capital, o MTST reivindica o território como espaço de organização não substituindo o setor de trabalho, mas partindo de uma crítica dos limites das estruturas sindicais nesta atual fase do capitalismo. A organização reivindica a periferia como espaço potencial de formação de identidade de classe e de unificação da luta política dos trabalhadores urbanos.

A periferia sempre foi um espaço de resistência onde o sistema capitalista age para segregar espacialmente os mais pobres, mas também onde os mais pobres conseguem estabelecer relações comunitárias, que trazem a possibilidade da solidariedade entre os sujeitos que compartilham o mesmo espaço, por mais que tenham sua vida material e subjetiva extremamente pautada pela lógica do valor de troca da mercadoria. São nas periferias urbanas do Brasil que também acontecem ações de extermínio da juventude pobre, negra ou indígena, promovido em grande parte pela exclusão social e racismo institucional por parte do Estado Brasileiro e seu braço armado, a instituição polícia militar. (Relato de entrevista com Guilherme Boulos, direção nacional do MTST, 2017)

O movimento não teve pressa em expandir-se para outros Estados e tinha o cuidado de não repetir o mesmo erro que muitos movimentos sociais cometem, de abrir mão dos princípios para poder aglutinar lideranças com outros interesses de classe.

Essas organizações estabelecem uma relação de trocas comercial com os ocupantes, geralmente exigindo uma mensalidade, e funcionando como uma empresa mediadora de conflitos com o Estado, por isso somos bastante criteriosos para a fundação do MTST em outros Estados (relato de entrevista, José Afonso coordenador nacional, 2017)

A nacionalização do movimento ocorreu oficialmente em setembro de 2009, com o I Encontro Nacional do MTST que reuniu representantes de sete estados: Pará, Roraima, Amazonas, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Distrito Federal. Antes disso, diversas ações unificadas e tentativas de diálogo com outros movimentos tinham sido realizadas até a unificação e construção da ferramenta MTST, a partir de uma carta de princípios (GOULART, 2011).

O MTST tem como seu maior objetivo a luta contra o capital e o Estado que representa os interesses capitalistas. Sabemos que na atual forma de organização social não há espaço para a realização dos interesses da maioria, os trabalhadores. Tudo é transformado em mercadoria, inclusive os nossos direitos. Apenas uma

minoria tem acesso a condições dignas de vida. E o Estado atende exatamente a esta minoria. Por isso nossa luta é muito mais ampla do que a conquista de um pedaço de terra. Mas é preciso um intenso e longo acúmulo de forças para atingirmos nossos objetivos principais. Todas nossas ações devem estar voltadas para fortalecer nosso caminho rumo a estes objetivos. Isso significa ampliar nossa referência nas periferias urbanas, nosso número de militantes, nossas conquistas, nossa capacidade de mobilização, dentre muitos outros fatores (MTST, 2017).

Para além da moradia, do direito à cidade o MTST cria e executa outras formas de sociabilidade que possam promover condições dignas de vida.

3.2 AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013 E O CRESCIMENTO DO MTST

No dia 11 de junho de 2013, os jovens que se manifestavam contra o aumento das passagens de ônibus na cidade de São Paulo foram duramente reprimidos pela polícia militar (PM). As imagens e vídeos circularam pelas redes sociais em todo o país. Além dos jovens, jornalistas e fotógrafos foram agredidos e presos sem nenhum preceito jurídico-legal, mas por estarem realizando seu trabalho.

O país do futebol, que sediava neste momento a Copa das Confederações — copa de futebol que precede um ano à Copa do Mundo —, seria inesperadamente inundado por uma série de mobilizações em todas as capitais, inicialmente alegando solidariedade aos manifestantes, questionando o transporte público e a repressão policial. Os argumentos foram reforçados pela enorme quantia de dinheiro gasto em obras para esses megaeventos em detrimento dos investimentos nos direitos sociais. Em junho, o país do futebol inesperadamente virava o país das manifestações sobre o holofote da grande mídia hegemônica internacional.

As manifestações que iniciaram esse processo questionavam o transporte público e principalmente suas tarifas. O transporte público é um dos maiores gastos na vida do trabalhador urbano; às vezes, esse gasto é passado de maneira invisível no orçamento do cidadão por ser contabilizado como gastos em outros direitos, como a educação e saúde. Nas grandes cidades, esse é o direito que liga a outros direitos, porque dá o acesso pessoal dos indivíduos a seus lugares de chegada. Ou seja, para o indivíduo ter acesso à escola, ao posto de saúde, ele precisa chegar lá e é o transporte “público” que permite esse acesso.

O encarecimento do transporte e a precarização dos outros direitos em paralelo às obras para os megaeventos modificaram o cenário das principais capitais do país. O sentimento comum de indignação escancarava a perda da cidade.

Quem acompanha de perto a realidade das cidades brasileiras não estranhou as manifestações que impactaram o país em meados de junho de 2013. Talvez a condição de jovens, predominantemente de classe média, que compunha a maioria dos manifestantes exija uma explicação um pouco mais elaborada, já que foi antecedida dos movimentos fortemente apoiados nas redes sociais. Mas no Brasil é impossível dissociar as principais razões, objetivas e subjetivas desses protestos, da condição das cidades. Essa mesma cidade que é ignorada por uma esquerda que não consegue ver ali a luta de classes e por uma direita que aposta tudo na especulação imobiliária e no assalto ao orçamento público. (MARICATO, 2013, p. 17)

A hegemonia ficou abalada. Os governantes não conseguiam dar respostas rápidas devido ao seu envolvimento com o capital imobiliário transnacional. Um setor da classe dominante percebeu que deveriam disputar os sujeitos da jornada, em uma campanha da mídia hegemônica para legitimar as manifestações desde que as organizações dos trabalhadores não participassem. Gritos de “sem partido” tomavam as vozes na tela, quase na mesma intensidade que se repetia o hino nacional. No meio das passeatas começou a crescer uma rejeição pelas organizações partidárias de esquerda, chegando a ter casos de agressão física por uma pessoa portar camisa, bandeira ou até a cor de algum movimento social ou partido de esquerda. Com o argumento que a manifestação era dos “brasileiros” e tendo a camisa da seleção brasileira de futebol como uniforme, diversas pessoas reivindicavam melhoria nos direitos e a expulsão dessas organizações das passeatas. O argumento desse tipo de *senso comum* construído era que esses movimentos “aproveitavam-se” das demandas autênticas da população para usar as pessoas de massa de manobra para seus interesses escusos.

A forma da explosão é compreensível. O caminho escolhido pelo ciclo do PT {Partido dos Trabalhadores} e sua estratégia desarmou a classe trabalhadora e sacrificou sua independência pela escolha de uma governabilidade de cúpula na qual a ação política organizada da classe jamais foi convocada. O resultado do governo de coalizão de classes promovido pelos governos petistas não foi o esperado, isto é, um acúmulo de forças que diante da impossibilidade de uma alternativa socialista, deveria gerar uma democratização que prepararia terreno para futuros avanços. O acordo com a burguesia na cúpula produziu na base social uma reversão na consciência de classe e uma inflexão conservadora no senso comum (IASI, 2013, p. 43)

Esse caráter de rejeição aos movimentos sociais é uma questão a ser compreendida dentro das características dos trabalhadores urbanos nas jornadas de junho. A falta de referencial histórico e de projeto leva a uma desconfiança com os partidos políticos. Mas no Brasil, esse processo tem um denominador que se intensifica em 2013: fazia dez anos à presidência do maior partido, dito de esquerda, das lutas democráticas e populares construído pelos trabalhadores contra a ditadura militar e após ela, o Partido dos Trabalhadores (PT).

O Partido dos Trabalhadores foi fundado em meio a uma ascensão dos trabalhadores e da juventude pela abertura democrática. Construído no chão de fábrica, financiado diretamente pelos próprios trabalhadores, defendia a democratização da comunicação e um Estado que financiasse prioritariamente a saúde, a moradia, a educação e a reforma agrária. Com sua bandeira vermelha e carregando uma estrela branca, tem como sua principal liderança o operário Luiz Inácio Lula da Silva. Foi o primeiro presidente operário da história do Brasil, eleito em 2002, vocalizando expectativas históricas que não foram realizadas no seu primeiro mandato, negadas na reeleição e esquecidas pela sua sucessora Dilma Rousseff.

A opção do Governo Federal era apostar nos megaprojetos, por exemplo, o famoso Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para preparar o país para os megaeventos, que eram a Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas. Em meio a uma crise econômica, bilhões de reais foram gastos na construção, reforma e adaptação de obras para esses eventos, reformulando a paisagem da cidade enquanto cortes foram intensificados na saúde, na educação e em outros direitos sociais.

Quando as contradições explodiram na fusão propiciada pelo rompimento do campo prático inerte, elas se expressaram numa multifacetada manifestação de elementos de bom senso contra a ordem ao lado de reações de conteúdos conservadores e mesmo preocupantes do senso comum – como o nacionalismo exacerbado, o antipartidarismo, a retomada da extrema direita. É essa expressão que permite que o “partido da pena” (da tela, para atualizar a expressão de Marx), ao lado dos meios de comunicação, tente pautar o movimento e dirigi-lo de volta aos limites da ordem, tais como o combate à corrupção e outros. (IASI, 2013, p.43-44)

Essas questões, que são extremamente recentes do caráter contraditório dos governos do PT, construídas nos anos 80 em mobilizações, levaram ao imaginário dessa geração de juventude politicamente participativa que os partidos políticos tendem a “aproveitar-se” dos movimentos. A relação partido e movimento já vinham sendo debate constante do MTST desde a posse do Partido dos Trabalhadores a partir da qual, diversos movimentos que lutavam na pauta urbana ou outras demandas por direitos tinham voltado suas forças para a adesão acrítica ao governo.

O coração da agenda da reforma urbana, a reforma fundiária/imobiliária, foi esquecido. Os movimentos sociais ligados à causa se acomodaram no espaço institucional onde muitas das lideranças foram alocadas. Sem tradição de controle sobre o uso do solo, as prefeituras viram a multiplicação de torres e veículos privados como progresso e desenvolvimento (MARICATO, 2013, p.21)

“Se o gigante acordou, a periferia nunca dormiu”¹⁰, com esses dizeres nas faixas e cartazes, diversos periféricos chamavam atenção nos atos dos centros urbanos e denunciavam o extermínio da juventude negra e pobre pelo Estado brasileiro através da instituição Polícia Militar, além das remoções forçadas de populações faveladas e ocupações urbanas sem respeito aos direitos humanos e ao seu direito à moradia. Por mais que essas pautas fossem elencadas dentro das manifestações no centro da cidade, era difícil encontrar ressonância. A mídia hegemônica só mostrava o discurso da manifestação que não fosse ameaça à ordem. Os gestores públicos recusavam-se a receber os movimentos para negociar e apostavam na sua divisão. As ruas dos centros da cidade, que eram o principal palco da união dos ativistas para as concentrações das passeatas, começaram a mostrar a divisão entre as diferentes concepções de mobilizações. Neste momento histórico, o MTST decidiu transferir a chamada das manifestações para os lugares nos quais ele tinha trabalho histórico: a periferia.

Imagem 1- Passe Livre, sem-teto e movimentos da periferia farão atos na zona sul de São Paulo¹¹



Fonte: Acervo MTST, 2013.

O MTST, que tem como princípio sua autonomia frente ao Estado, continuava mobilizando por direitos na periferia até este momento sem tanta visibilidade e percebeu que, frente às contradições e ataques que os megaeventos apresentavam e à falta de condições de vida dos trabalhadores, era necessário manifestar-se pelas demandas concretas. Mesmo após

10 Domínio Público da Paebiru Realizações Cultivadas que trata das remoções pela Copa, das Jornadas de Junho até o sequestro e extermínio do pedreiro Amarildo pela Polícia Militar. Documentário, Rio de Janeiro, 2014. 98'13". Disponível: <<https://www.youtube.com/watch?v=dKVjbopUTRs>> Acesso: 08 ago. 2016.

11 <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/06/passe-livre-sem-teto-e-movimentos-da-periferia-farao-atos-na-zona-sul-de-sao-paulo-3681.html>

as jornadas de junho, o MTST continuou organizando mobilizações que denunciavam o caráter de exclusão do modelo de cidade que as grandes obras para a Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas vinham impondo ao povo trabalhador. Em 2014, durante a Copa do Mundo de Futebol, o movimento realizou a ocupação de um grande terreno intitulado “Ocupação Copa do Povo”¹² e realizou diversas passeatas e manifestações com a palavra de ordem: “Copa sem povo, estou na rua de novo”. Depois de muita pressão e mobilização, o MTST conseguiu um projeto de casas populares para duas mil famílias, a formação de comissão interministerial para tratar de remoções forçadas e mudanças na política federal do projeto habitacional para a modalidade de entidades populares.¹³

O movimento cresceu muito depois de Junho de 2013. Com as jornadas de junho popocando no país e extrapolou para as pautas além da redução da tarifa do transporte público e da repressão policial. Quando os atos na avenida paulista chamado pelo Movimento Passe Livre (MPL) começaram a aparecer os 'coxinhas' (gíria paulista para ilustrar pessoas de direita, que defendem o capitalismo, naturalizam as desigualdades sociais e que são agressivos a esquerda e os movimentos sociais) decidimos puxar as manifestações para a periferia. Foi a partir dessas decisões que cresceu a nossa referência que nos permitiu ampliar um trabalho de base e agendas de luta por direitos sociais (informação verbal)¹⁴.

Antes desse *boom*, o movimento passou 11 anos organizando trabalhadores nas periferias urbanas sem conseguir ganhar concretamente uma casa ou terreno. Houve momentos de refluxo, mas mantinha uma atuação constante com os que permaneciam na luta e convencia novas pessoas a compor o movimento, com isso estimulavam lutas nos bairros através das pautas que os próprios moradores elencavam, como uma nova linha de ônibus ou mais vagas na creche municipal.

3.3 O MODO DE ORGANIZAÇÃO

O MTST compreende que o seu projeto político estratégico de transformação social precisa estar ligado a uma concepção de organização que estimule a participação política dos trabalhadores e mostre na prática que eles podem debater, decidir e mobilizar-se por uma vida melhor, como ressalta o coordenador estadual Michel Navarro: “É a nucleação que cria o militante. O MTST não exige dinheiro, como em outros movimentos, mas exigimos

12 *Ocupação Copa do Povo*: "Estamos aqui pelo nosso direito à cidade". Disponível em: <<http://portal.aprendiz.uol.com.br/2014/06/12/ocupacao-copa-do-povo-estamos-aqui-pelo-nosso-direito-a-cidade/>> Acesso em: 05 mar. 2017.

13 MTST conquista vitória: governo é como feijão, só funciona na pressão. Disponível: <<http://www.revistaforum.com.br/rodrigovianna/plenos-poderes/mtst-conquista-vitoria-governo-e-como-feijao-so-funciona-na-pressao/>> Acesso em: 05 mar. 2017.

14 JOSÉ AFONSO. Entrevista 1. [jan. 2017]. Vinícius Oliveira. Taboão da Serra (SP), 2017.

participação e luta” (informação verbal)¹⁵. Mas essa participação somente é compreendida como tal desde que os indivíduos cumpram as decisões coletivas e assumam responsabilidades. Cada militante precisa estar envolvido diretamente em algum setor ou instância do movimento ou das ocupações.

O primeiro princípio organizativo do MTST é a unidade na ação e a liberdade na discussão. Todos podem e são estimulados a opinar e debater em seus coletivos propostas para o avanço da causa, mas ao serem decididos os encaminhamentos pelo coletivo, todo militante tem o dever de atuar com a posição coletiva de forma unitária (REGIMENTO INTERNO DO MTST, 2015).

Decisão coletiva e responsabilidade individual é o segundo princípio organizativo. Todas as decisões são deliberadas coletivamente por consenso ou votação, as tarefas são divididas entre os indivíduos e quem assumir a tarefa tem a responsabilidade de executá-la e pode ser avaliado pelo coletivo caso haja negligência ou descumprimento da mesma (REGIMENTO INTERNO DO MTST, 2015).

O terceiro princípio é que só decide quem atua. Todo militante deve estar em algum coletivo interno do MTST e assumir tarefas. Disciplina militante e valores socialistas são o quarto princípio. Os militantes devem ser coerentes com o que defendem e ser exemplo agregador para os demais, não permitindo nenhuma espécie de discriminação machista, racista, homofóbica, transfóbica, xenofóbica ou práticas autoritárias e individualistas (REGIMENTO INTERNO DO MTST, 2015).

Transparência nas relações é o quinto e penúltimo princípio organizativo. O militante tem que ser transparente com o conjunto sobre as negociações feitas, sobre a linha política e até mesmo sobre as divergências. Desta maneira, deve evitar o divisionismo e as desconfianças tão frequentes nas organizações políticas (REGIMENTO INTERNO DO MTST, 2015).

O último princípio é a “construção do poder popular”. O MTST reivindica autonomia perante o Estado e outras organizações políticas para a possibilidade de construção de uma força autenticamente popular na busca pela transformação social. Por isso, a formação política é indissociável a este princípio, pois consiste em preparar cada vez mais trabalhadores para terem capacidade de análise histórica da realidade objetivando sua transformação. (REGIMENTO INTERNO DO MTST, 2015).

15 MICHEL NAVARRO. Entrevista 2. [jan. 2017]. Entrevistador: Vinícius Oliveira. Taboão da Serra (SP), 2017.

Através dos princípios organizativos, uma série de regras de condutas é formalizada para que o movimento possa lutar para alcançar seus objetivos e filtrar as práticas políticas que sejam desagregadoras ou autoritárias. Para o MTST, a transformação não virá apenas do discurso falado ou escrito, mas da combinação desse discurso com ações. Como ressalta o coordenador estadual Michel Navarro,

Se a palavra mobiliza, o exemplo arrasta. E nós somos muito atentos às práticas das pessoas. Como ela ajuda o próximo a fazer seu barraco, o quanto se empenha pra estar nas manifestações de rua do movimento e não apenas nas assembleias além de sua forma de trato com as companheiras e companheiros (informação verbal)¹⁶.

O movimento é formado de pessoas que foram criadas sob a hegemonia de valores capitalistas e por isso não estão imunes às contradições ou erros. Além de que os ocupantes ficam sobre constantes tensões com o Estado, na luta diária para que o acampamento se mantenha. Desta maneira, o tratamento e a relação com os princípios não são avaliadas de maneira rígida e fria, como o rigor do ordenamento jurídico com os mais pobres, mas a partir de um debate de convencimento, avaliação e autocritica pelos integrantes com outros militantes mais experientes e em coletivo.

A lógica de punição só é exercida em casos graves, como agressões. O movimento tem como critérios para a entrada na militância: (a) a participação em algum coletivo do movimento; (b) o cumprimento das definições coletivas; (c) a vinculação e responsabilidade por tarefas; (d) a garantia da unidade interna; (e) o respeito pelas linhas políticas e organizativas; (f) a fidelidade com o MTST e suas decisões coletivas; (g) e a disposição em ser avaliado respeitosamente pelo coletivo (REGIMENTO INTERNO DO MTST, 2015).

Pensar a organização para que não seja autoritária e centralizada é um desafio que o movimento encara no seu dia-a-dia. Por isso, diversos coletivos dentro do MTST são fundados de acordo com as necessidades e possibilidades concretas do movimento, com o claro objetivo de aglutinar mais pessoas e dividir a responsabilidade com os integrantes, de acordo com suas capacidades individuais.

O MTST é uma organização coletiva. A forma de organizar o movimento e suas lutas tem como alicerce diferentes tipos de coletivo. No geral, devemos buscar construir 3 tipos de coletivos, cada qual com sua função: – Coletivos Políticos (Coordenações Estaduais e Coordenação Nacional) – tem a função de tomar as decisões políticas gerais do movimento, no estado ou no país. – Coletivos Organizativos (Setores) – tem a função de tomar decisões e executar tarefas em

16 MICHEL NAVARRO. Entrevista 2. [jan. 2017]. Entrevistador: Vinícius Oliveira. Taboão da Serra (SP), 2017.

relação a diversas questões necessárias para a construção do MTST. – Coletivos Territoriais (Coordenações de Acampamento, de Núcleos e Coordenações Regionais) – tem a função de organizar o trabalho territorial do MTST, na relação com a base, decidindo e realizando as tarefas referentes ao seu espaço de atuação, seja a ocupação, o núcleo ou uma região mais ampla (MTST, 2017)¹⁷

Essas divisões levam em conta a divisão de responsabilidades, a autonomia de cada instância, a segurança do movimento e de sua base social, a disputa de referência na periferia e a massificação com critérios. Por exemplo, o coordenador nacional ou estadual não pode atropelar decisões dos coletivos territoriais sobre a expulsão de algum acampado, sobre a lista de prioridades para obtenção das casas ou, a forma de organização espacial da ocupação. Da mesma maneira que uma ocupação e seus coordenadores não podem decidir não participar de uma manifestação de rua que tenha pautas mais gerais e aprovadas nas instâncias do MTST.

Essa forma de organização leva em conta que a base do movimento é construída principalmente com os acampados ou ocupantes que estão em disputa sobre a concepção de sociedade e seus valores (com uma observação importante da possibilidade de agentes policiais infiltrados em sua base social). Cada ocupação aglutina centenas ou milhares de famílias, que são divididas em grupos. Esses grupos elegem seus coordenadores. Os coordenadores participam por um processo de formação política para compreender a raiz histórica da falta de moradia, os princípios e a forma de atuar do MTST.

Para nortear a participação política cobrada dos acampados, o MTST organiza listas de presença em suas atividades, como reuniões dos grupos, assembleias, mutirões de construção, novas ocupações, manifestações de rua, caravanas em Brasília etc. Através da lista uma pontuação é construída, determinando uma forma objetiva de escolher quem estará na ordem de prioridade, caso o movimento tenha alguma conquista material imediata, como um terreno ou conjunto habitacional. Essa lista é digitalizada pelo setor de organização e passada pelos coordenadores aos acampados, sobre a qual nenhuma outra instância, nem mesmo a coordenação nacional tem prerrogativa para interferir, e a qualquer momento o acampado tem o direito de saber como está sua pontuação.

Assim, a ação de organização e luta do movimento está alicerçada nos acampados ou ocupantes, sendo a ação direta de ocupação dos latifúndios urbanos por centenas ou milhares de trabalhadores, a principal forma de atuação do MTST.

17 *A organização do MTST. Nossa Forma de Organização.* MTST. Disponível: <<http://www.mtst.org/quem-somos/a-organizacao-do-mtst/>> Acesso: 05 mar. 2017.

3.4 A OCUPAÇÃO URBANA

A ocupação de latifúndios urbanos na periferia é a ação direta primordial do MTST. É a partir da ocupação ou acampamento que o MTST organiza e convoca os trabalhadores periféricos a lutar pelo direito à moradia.

A ocupação de terrenos urbanos é a principal forma de ação do MTST. Boa parte de nosso esforço militante está orientado para construir e sustentar as ocupações. Por isso, precisamos buscar fazer da ocupação muito mais que uma luta por moradia, mas sim uma ferramenta para o acúmulo de forças do MTST rumo a nossos objetivos (MTST, 2017)

A coordenação estadual do movimento faz um mapeamento dos grandes terrenos que têm dívidas com as instâncias da União, do Estado ou do Município. E quais são as condições do movimento em manter e massificar a ocupação naquela zona, avaliando as histórias de luta no bairro, outras movimentações e necessidades, a quantidade de conhecidos de outros ocupantes e informa a zona ocupada aos militantes de outras ocupações, sem especificar o terreno, para que a informação não seja alcançada pelo dono do terreno ou pelas forças policiais. No dia determinado, entram no terreno pela noite e já começam a construção do barracão central, do barraco do cadastro e de alguns novos barracos para os novos acampados. É importante salientar que esse momento é bastante tenso e que pode haver alguma repressão policial ou de seguranças contratados pelos donos dos terrenos.

A coordenação estadual faz uma avaliação de como estamos lidando quantitativamente e qualificadamente das ocupações em que já estamos inseridos, a partir disso, se avaliarmos que temos que crescer o movimento, começamos o mapeamento e a pesquisa de terrenos. Um critério básico é o não cumprimento da função social da terra urbana, de acordo com o estatuto da cidade. Geralmente são pessoas muito ricas que mantém o terreno vazio apenas pra especular. Quando tá tudo certo, articulamos uns ônibus das ocupações que já estamos que não sabe nem onde é o terreno, às vezes só divulgamos a região por questão de segurança. Aí, é a parada mais bonita, o setor de autodefesa dá show. A galera da autodefesa chega antes e prepara tudo, quando chegamos já tá o buraco no muro e umas motos ligadas dentro do terreno mapeando ele todo por dentro, iluminando e determinando aonde serão construídas a cozinha coletiva, e os primeiros barracos. Aí o povo entra e começa a subir a cavar e construir barracos, ninguém dorme. Cada acampado leva seu “kit sem teto”. O kit são copos, prato, comidinha pra madrugada, lona, lanterna, madeira, martelo, prego e escavadeira. Quem não tiver empresta ao outro, vamos compartilhando tudo. Dependendo de como esteja, ficamos cantando palavra de ordem e acendemos uma fogueira. Mas o setor de autodefesa faz ronda a cada quinze minutos, e uma parte ficam de prontidão garantindo a segurança e começo da ocupação. Isso quando não dá polícia depois, mas quando tamo dentro é difícil tirar. (informação verbal)¹⁸.

18 MICHEL NAVARRO. Entrevista 2. [jan. 2017]. Entrevistador: Vinícius Oliveira. Taboão da Serra (SP), 2017.

Os acampados fazem um cadastro no setor de organização do MTST, fornecem informações como: profissão, estado civil, renda familiar e outros dados necessários para os requisitos básicos das políticas habitacionais do Estado para famílias de baixa renda. O acampado sai cadastrado e com o número do seu barraco e do seu grupo. Cada acampado tem que participar das reuniões do seu grupo, das assembleias e mobilizações que o movimento decidir em seus fóruns.

Cada acampado do grupo elege diretamente seus coordenadores, que serão pessoas encarregadas da articulação com o setor de organização do MTST para estabelecer questões internas referentes ao acampamento. Os coordenadores podem ser substituídos a qualquer momento por decisão do seu grupo. Os coordenadores de cada grupo reúnem-se na ocupação com o setor de organização do MTST duas vezes por semana, coordenam as reuniões do seu grupo de acampados. Além disso, o movimento vem adotando a prática de que todos os coordenadores passem por um curso de formação política durante um final de semana, para entender a história da luta dos sem-teto no Brasil e tirar dúvidas sobre os objetivos, princípios e forma de organização do MTST.

Os acampados também são convocados a participar do setor de autodefesa, responsável pela manutenção e segurança da ocupação. Os componentes da autodefesa, todas as noites fazem as trilhas para evitar qualquer ataque ou violência interna, além de garantir a segurança nos percursos das manifestações de rua. Existe também o setor de infraestrutura que constrói a organização espacial e estrutural dos barracos coletivos. Nas ocupações do MTST cada instância deve ter um barraco próprio para reunião, além da cozinha coletiva e banheiros para cada grupo de acampados. Cada barraco pode ser do tamanho que comporte a reunião de cada setor e simboliza a organização e o cuidado que cada grupo de acampados tem com a ocupação, podendo ser personalizado, mas sempre sem estimular uma competitividade entre os grupos.

Outro setor incipiente ainda no movimento é o setor de comunicação. Essa tarefa fica principalmente com as coordenações e militantes mais experientes, podendo alguns acampados colaborar na produção, mas a moderação sempre é exclusividade das coordenações ou militantes do setor.

3.5 COMUNICAÇÃO

O desafio de organizar a comunicação de um movimento social é muito mais difícil quando não se apresenta uma estrutura financeira voltada para esta atividade, que é baseada nos objetivos do movimento e sem fins lucrativos. Contudo, mesmo sem profissionalização, o MTST apresenta um grande alcance com a utilização de seus instrumentos de comunicação para a mobilização tanto de sua base social, os trabalhadores sem teto, quanto de outros setores que defendem as bandeiras do movimento.

O MTST tem como deliberação interna que toda a comunicação tem que ser expressão coletiva das posições do movimento, não se limitando à pauta da moradia, mas estendendo-se às pautas que tenham a ver com os direitos da classe trabalhadora. Por falta de financiamento exclusivo para este setor, não existe um plano de comunicação formalmente construído, nem sequer um profissional da comunicação voltado exclusivamente para essa tarefa. Por essas questões materiais, o MTST tem uma comunicação popular constante apenas através das redes sociais executadas pela coordenação nacional.

O movimento possui uma página do *Facebook* “MTST- Movimento dos Trabalhadores Sem Teto” com 95.636 curtidas em março de 2017. Em Agosto de 2016, apresentava 76 mil curtidas. A página é utilizada para divulgar as ações do MTST, criar “eventos” para convocar as manifestações públicas e publicitar posições acerca dos ataques aos direitos da classe trabalhadora.

Nós ainda não conseguimos pensar a comunicação e executar as ações por falta de pernas e condições financeiras mesmo. Geralmente sou eu que alimento a página nacional e o site, isso, quando me sobra tempo entre as atividades ou quando algum parceiro como a Mídia Ninja ou o Leon, um militante do audiovisual, produz algo mais profissional. Mas sempre que sai algo do MTST na mídia da casa grande, nós também compartilhamos fazendo breves comentários sobre a notícia sem nenhuma espécie de constrangimento. (informação verbal)¹⁹

Cada ocupação cria sua página própria alimentada pelas informações, que os acampados passam aos militantes do MTST, procurando alimentar e divulgar as atividades de assembleia interna ou quando realiza outras atividades. Cada Estado onde existe o movimento tem uma página estadual – menos de São Paulo, já que a página já existia com o mesmo nome quando o movimento se nacionalizou.

A relação do MTST com as indústrias culturais do jornalismo se dá através dos jornalistas. O movimento estabelece uma relação direta com este. Procura saber qual a pauta

19 JOSÉ AFONSO. Entrevista 1. [jan. 2017]. Vinícius Oliveira. Taboão da Serra (SP), 2017.

que o jornalista busca cobrir mas dá total liberdade para que a reportagem seja feita. A coordenação do movimento avalia posteriormente as reportagens para saber quais os jornalistas que cumpriram o acordo e de que forma foi sua abordagem

Nós somos sinceros, papo reto! Nossa relação é com os jornalistas, tentamos furar o bloqueio da mídia hegemônica estabelecendo uma relação transparente com o trabalhador, diferenciando-o da empresa jornalística e entre os trabalhadores que seguem a linha do jornal e aqueles com mais sensibilidade social. Damos total liberdade para ele desde que respeite os acordos com o movimento, como por exemplo, não expor nenhum ocupante que não queira, porque sabemos que muitos veículos desrespeitam os direitos dos cidadãos, mas também existem bons jornalistas em diversas redações com as quais já temos uma relação histórica. Inclusive de vez em quando, nos bairros que estamos, como os jornais não garantem a proteção de seus trabalhadores, alguns ligam para algum de nós acompanhar eles nos bairros que estamos inseridos ou sugerir alguma fonte para outras pautas que não sejam diretamente o MTST (informação verbal)²⁰

Os impressos do movimento não seguem uma periodicidade por causa da questão financeira, sendo seus textos escritos pelos militantes ou por colaboradores. O movimento apresenta um jornal que atualmente chama-se “O formigueiro” distribuído para os acampados e moradores da periferia. Os textos são em uma linguagem simples e de fácil compreensão, mas não deixam de tocar nos pontos mais profundos da análise sobre como o movimento vê a realidade, as perspectivas para o ano, com apresenta críticas às políticas governamentais de moradia. Divulga as redes de resistência e as conquistas importantes, além de fazer um balanço sobre a atuação e organização do movimento.

Outra ferramenta de comunicação externa é a revista *Territórios Transversais*, endereçada principalmente ao público universitário. Tem mais de trinta páginas, todas coloridas, com uma tiragem de mil até dois mil exemplares e é produzida em conjunto com um grupo de intelectuais. A revista apresenta textos densos de análise de conjuntura internacional e nacional, abordando principalmente a questão da cidade e das principais agendas de debate da esquerda brasileira.

O movimento publicou ainda o livro “Por que ocupamos: uma introdução à luta dos sem-teto” (2015), do seu coordenador nacional e principal figura pública, o filósofo e psicanalista Guilherme Boulos, que também foi colunista semanal convidado pelo portal UOL e atualmente escreve para a revista Carta Capital. O livro divide-se em cinco capítulos, que abordam o problema da moradia no Brasil, que tipo de cidade segregada é formada pelos capitalistas, como as ocupações urbanas são um modo de resistência, quem são os sem-teto e

20 JOSÉ AFONSO. Entrevista 1. [jan. 2017]. Vinícius Oliveira. Taboão da Serra (SP), 2017.

a importância da organização coletiva e do poder popular na luta por uma vida sem desigualdades.

Na comunicação interna, além das reuniões ordinárias dos grupos, setores e instâncias de coordenação para informes e decisões, listas de e-mail para os militantes são criadas para compartilhar textos e informações sobre demandas específicas de cada grupo e circulares da coordenação com análise de conjuntura e informes importantes. No campo das redes sociais, como uma forma de comunicação mais instantânea para informes rápidos, os dirigentes do movimento utilizam o aplicativo *Telegram*, por acharem mais seguro diante da espionagem estatal.

Na relação entre os acampados, o movimento utiliza o aplicativo *Whatsapp*, já que é mais difundido e usualmente utilizado pelos trabalhadores periféricos. Todos os setores e grupos do movimento utilizam essa ferramenta comunicacional para passar informes. Nas ocupações cada grupo de acampados tem um grupo de *Whatsapp* onde há convocações que podem acontecer por este meio para reuniões, assembleias ou manifestações extraordinárias e urgentes.

3.6 OCUPAÇÃO URBANA E MEDIAÇÃO

O objetivo desta seção é mostrar como as ocupações urbanas realizadas pelo MTST podem promover outro tipo de *mediação*.

Situada no Capão Redondo, Zona Sul de São Paulo. Periferia. Bairro conhecido pelas histórias de escritores marginais que narram as dificuldades de sobrevivência de pessoas comuns que se veem cercadas, por um lado pela violência armada, seja estatal da Polícia Militar ou do crime organizado, por outro lado pela precarização e negação de direitos, desde a superexploração no trabalho até a deficiência do transporte público e das moradias. Nesse bairro, o MTST organizou a ocupação urbana de um grande terreno ao lado de diversos conjuntos de prédios para moradia popular, como podemos ver na imagem 2.



Imagem 2 - Ocupação Povo sem Medo do Capão. Pela entrada da ocupação, a esquerda, o palco, ao extremo, são os prédios de um projeto de moradia popular. No alto, a torre da fábrica falida, resquício predial do abandono. Fonte: acervo do autor.

No terreno da Imagem 2 há uma antiga fábrica abandonada e uma grande área verde com diferentes estratos. Parte de sua vegetação é de Mata Atlântica, protegida pelas leis ambientais e pelos próprios ocupantes, que não derrubam nenhuma árvore, pelo contrário: em algumas partes do terreno vemos pequenas plantações, e todas as construções dos barracos respeitam a natureza local. Os banheiros são “banheiros secos”, uma tecnologia da permacultura que economiza água.

A ocupação iniciou-se em novembro de 2016 com duas ações simultâneas em dois bairros diferentes da Zona Sul. Além da ocupação do Capão Redondo, foi realizada outra em Embu das Artes, ambas denominadas “Povo sem Medo”. Ambas começaram com algumas dezenas de famílias e em janeiro de 2017 já havia três mil famílias cadastradas em cada uma. A maior ocupação do MTST no Brasil foi a Ocupação Nova Palestina, que alcançou vinte mil famílias cadastradas.

Para entender como a ocupação do MTST crescia tanto em tão pouco tempo e se existia alguma comunicação com os arredores do bairro periférico em que elas se instalam foi realizada uma vivência etnográfica.

Nota de Campo, 7 de janeiro de 2017.

A ocupação é aberta de forma permanente.

Para chegar na ocupação, primeiro peguei o metrô Butantã e depois peguei uma carona de carro com um dos dirigentes estaduais do MTST, Michel Navarro. A estudante de doutorado em antropologia da UFRJ, Alana Moraes, também estava com a gente. Ao conversar com Michel, ele já tinha informação do Estado em que eu residia e meu objetivo como pesquisador, já que no dia anterior conversara com um coordenador nacional na sede do movimento. Michel é estudante, bolsista do doutorado em Filosofia da USP e mora na residência universitária. Ele comentou que tinha alguns anos no movimento e que tinha pouca produção acadêmica sobre o MTST.

Era um sábado, manhã do dia 7 de janeiro de 2017. O movimento tinha marcado um mutirão para estruturar melhor os barracos da ocupação e a ampliação dos espaços coletivos. No caminho, em um bairro próximo ao Capão Redondo, ele deu carona também a um casal de militantes, Deby e Laycon, que também são responsáveis pela organização da ocupação. Ao chegar na ocupação, o carro de Michel, um Celta simples branco, foi reconhecido e diversos acampados que estavam passando pelo local vieram nos receber. Na entrada oficial da ocupação fui apresentado como jornalista. Os ocupantes me trataram bem. Michel sugeriu que eu fosse dar uma volta para conhecer o terreno da ocupação e que ficasse à vontade. Nesse momento ele gritou: “pessoal, podem tratar o companheiro de Sergipe bem, como se ele fosse do MTST”. Foi quando apareceu um militante apelidado “Cabelo”, que disse ter família na Bahia e ia me apresentar a ocupação. Comecei a caminhar junto com Cabelo e Alana, observei muitas pessoas trabalhando no fortalecimento do seu barraco e outros sendo construídos. Percebi a primeira peculiaridade das ocupações do MTST: enquanto nelas houver espaço físico, ficam abertas a qualquer momento para um trabalhador fazer parte do acampamento.²¹

Pela vivência e experiência em outras ocupações urbanas em Sergipe e outras ocupações espontâneas, foi possível identificar que a organização cadastra as famílias que estão acampadas nos barracos e depois uma vez encerradas o cadastro é apresentado ao poder público, fechando-se ao bairro. No MTST, enquanto o acampamento estiver resistindo, a ocupação permanece aberta aos moradores do bairro e a outros trabalhadores que vivem de aluguel ou na casa de parente, para que possam se somar e solidarizar-se com a luta.

O MTST entende que os sem-teto não são apenas as pessoas que moram na rua e estão no limite da miséria, mas toda e qualquer pessoa que não tenha casa própria ou que more em casas precárias. No Brasil, existem cerca de 22 milhões de pessoas sem moradia e somam-se mais 48 milhões de pessoas que vivem sem condições básicas de infraestrutura e serviço público (BOULOS, 2015).

Assim, mais de um terço do povo brasileiro sofre diretamente com o problema da moradia. Por isso, reduzir os sem-teto somente àqueles que estão em situação de rua é um grande erro. E não só um erro: é criar um mito de que os sem-teto são uma exceção, um caso isolado e, desta maneira, deixar de reconhecer a gravidade do problema habitacional em nosso país. É esconder que uma parte importante dos

21 Nota de Campo 1. 7 jan. 2017. A ocupação é aberta de forma permanente.

trabalhadores brasileiros sofre com a situação precária de moradia nas cidades (BOULOS, 2015, p.89).

Outra peculiaridade importante das ocupações do MTST no entendimento do sujeito sem-teto, é que nem todas as pessoas que são cadastradas pelo movimento precisam morar no barraco. Ao compreender a dificuldade do cotidiano de morar em barracos de lona preta e somando-se à forte pressão da criminalização que o Estado promove para quem luta por direitos, a ligação com o movimento se dá pela ocupação. Mesmo não morando na ocupação, cada integrante precisa construir seu barraco e mantê-lo em pé, além de ajudar com doação para a construção das cozinhas e banheiros coletivos para aqueles que moram na ocupação e participar de um grupo ou setor da ocupação e das mobilizações do MTST.

Nas ocupações do MTST não precisa obrigatoriamente morar nos barracos. Tem ocupação nossa, inclusive, que recomendamos que não morem por questão de segurança. O setor de autodefesa garante a manutenção da segurança da ocupação somando-se as pessoas que precisam mesmo morar nos barracos. Coisa que vem crescendo cada vez mais. Se antes era uma pequena porcentagem, agora temos muitas famílias morando. E isso para o movimento sempre foi tranquilo. A ocupação é uma ação de contestação da desigualdade com o direito à moradia, e não é o Estado que vai determinar quem é digno de lutar ou quem necessita mais ou menos. Quem não tem casa própria, faz o cadastro, participa das reuniões do grupo ou dos setores, contribui com as lutas do movimento e de manutenção da ocupação, é tão sem-teto quanto os que moram. Tem tantas ocupações que as pessoas moram nelas e não movem uma palha na luta pela sua conquista. Nosso critério é a participação e luta (informação verbal)²².

Essa particularidade crucial potencializa uma superação da lógica do corporativismo que apresenta-se em outros movimentos populares de moradia e tem raiz na limitação de compreensão do sujeito sem-teto. Outros movimentos sociais ao exigirem moradia na ocupação ou o fato de fecharem o movimento ao bairro e à cidade faz que estes percam a possibilidade de dialogar com a grande maioria dos trabalhadores periféricos sobre suas necessidades e a precariedade do direito à moradia, e assim, perdem também a capacidade de massificar e fortificar as lutas. Ao contrário, na sua fórmula prática organizativa, o MTST agrega outras pessoas como possíveis companheiros porque elas também são sem-teto. Isso implica que há grande diversidade de pessoas que têm modos de viver diferentes, mas o clima de desconfiança que pode ser gerado e as confusões cotidianas entre acampados são encarados nas reuniões na perspectiva de superação.

O cadastro de famílias mantém o controle e as responsabilidades compartilhadas com os que participam da luta pela moradia. Ele é realizado em um barraco especificado pelo setor

22 MICHEL NAVARRO. Entrevista 2. [jan. 2017]. Entrevistador: Vinícius Oliveira. Taboão da Serra (SP), 2017.

de organização do MTST, depois que a família participa de uma assembleia. A assembleia acontece duas vezes por semana, com a finalidade de esclarecer os princípios do movimento, o modo de organização do acampamento e as responsabilidades individuais enquanto acampado. Então, é explicitada em qual grupo da ocupação a pessoa poderá construir seu barraco depois que o cadastro é preenchido. Se o barraco cair, ou a pessoa se ausentar por muito tempo ou desobedecer às normas da ocupação ela poderá ter seu cadastro excluído. Mas todo o diálogo é feito com o objetivo de que cada indivíduo seja bem-vindo para fortalecer a luta e qualquer dúvida seja esclarecida com os militantes do MTST ou ocupantes mais antigos.

O cadastro pede os dados básicos e necessários para a inscrição nas políticas de assistência social federal. É vetado o cadastro de pessoas que já tenham casa própria e o MTST orienta sobre a dificuldade de as pessoas com renda maior aos dois salários-mínimos terem acesso à política de moradia popular. Outra questão interessante é da representação do titular na luta: respeitando a dinâmica das famílias brasileiras, permite-se aos familiares representarem seus parentes desde que o parentesco seja comprovado por documento. Assim, mães ou pais representam seus filhos, que muitas vezes não podem comparecer na luta por causa de jornadas de trabalho exaustivas.

Para exemplificar a discussão do perfil de um sem-teto, mostra-se o exemplo da história de dois acampados do Povo sem Medo do Capão Redondo: Tom e Duda.

Tom é paulista, nascido em Taboão da Serra (município da região metropolitana de São Paulo). Ele se define como tímido, não gosta de ser fotografado e compõe o setor de infraestrutura da ocupação. Seu primeiro emprego foi ajudante de pedreiro, mas, com carteira assinada, foi de assistente de limpeza aos 18 anos de idade, só que durou menos de três meses. Antes da ocupação Povo sem Medo do Capão Redondo, morava em outra, denominada “Paulo Freire” e despejada pela Polícia Militar do Estado de São Paulo sob ordem judicial. O terreno que eles ocupavam anteriormente permanece vazio e sem função social. Quando o movimento convocou Tom para realizar outra ocupação, ele não teve dúvidas e novamente entrou para ocupar.

Maria Eduarda (Duda) já é ocupante. Ela adora, disse-me: “Melhor que férias, tio”. Os azulejos quebrados no chão viram quebra-cabeça. Todas as crianças viram coleguinhas e ela brinca de pipa, sem medo de se sujar. Ocupa junto com o pai – solteiro – Tom, que todas as manhãs amarra o cabelo dela e deixa ela caminhar livremente pela ocupação, sendo cuidada por todos. A mãe de Duda sofreu depressão pós-parto e voltou a sua terra natal para se tratar. Tom raramente tem notícias dela e cuida de Duda desde os primeiros meses de vida.

Eles dividem um barraco de 5 por 3 metros. Em cada extremidade tem uma cama, onde cada um dorme; mas quando chove forte, Duda vai para a cama do pai porque às vezes o barraco pode sofrer pequenos desabamentos que podem machucá-la. Tom passa o dia inteiro ajudando na reforma dos barracos e na cozinha. Ele adora cozinhar. Sempre se dispõe a cozinhar quando tem tempo.

Ele terminou o ensino médio e por isso trabalhava como vendedor no comércio, ganhando pouco mais de um salário-mínimo até ser demitido e não conseguir outro emprego. Viveu um ano somente de trabalhos temporários e quase ficou desesperado porque seria despejado da casa de aluguel em que vivia. Foi quando ouviu falar do MTST e resolveu fazer parte. Na ocupação, graças à organização coletiva não falta comida, água, banho e teto para pai e filha. Sempre que pode, Tom vai procurar serviço e espalhar currículos. Ele lamentava muito por não poder dar um brinquedo ou um casaco melhor para a filha, mas, quando ele menos espera, ela aparece com o brinquedo ou casaco novo que alguém da ocupação deu.

Tom diz que não vai desistir da luta e que vai ganhar sua casa. Quando isso ocorrer, diz que vai continuar no movimento para ajudar seus companheiros. Tom define o MTST como uma família e cada pessoa nova que chega pedindo informação devem ser acolhidas para poder somar-se a luta. Por isso Tom passa o dia inteiro instruindo e ajudando de forma não remunerada e voluntária às novas pessoas a construir seus barracos.

E a vida deles ilustra bem as histórias de vida de muitas das pessoas trabalhadoras que ocupam terrenos pelo direito à moradia, a uma vida digna. As formas de sociabilidade se definem pelo companheirismo e a ajuda mútua entre aqueles que vivenciam situações semelhantes e têm uma luta em comum. Incentivando este tipo de práticas busca-se desmercantilizar as relações sociais.

3.6.1 O combate ao fetiche da mercadoria

Nas ocupações do MTST, uma característica marcante é a presença constante de pessoas voluntárias, organizadas e dispostas para os diferentes tipos de trabalho não remunerado, desde a construção de barracos, das cozinhas e dos banheiros coletivos até o de coordenar o movimento. A organização não apresenta em seus quadros nenhum militante assalariado especificadamente para funções no movimento.

Trabalhar de graça no capitalismo é tido como coisa de otário, de quem está sendo enganado. Quando as pessoas se incorporam na lógica de uma ocupação, elas são parte daquilo que a luta vai gerar, elas estão trabalhando para elas. O que fazem as

peças atuarem nessa divisão do trabalho na ocupação é a percepção de que elas estão trabalhando para elas não apenas individualmente, mas coletivamente, e será o coletivo seu caminho na conquista pela moradia, como por outros direitos, e isso libera uma energia de trabalho que é fortíssima. Organizamos isso pelos setores. (informação verbal)²³

Com o objetivo de potencializar uma dimensão de vida comunitária, o MTST apresenta um princípio fundamental na convivência interna de suas ocupações: é proibida a venda individual de mercadorias. Nenhum trabalho gestado nas ocupações e no movimento recebe a dimensão do valor de troca. Isso começa pelo trabalho, mas também se expande aos objetos e instrumentos. É proibida a venda de barracos, de madeira, de ferramentas para construção, de bebidas e comida. Estimula-se, como regra de convivência, o compartilhamento, o empréstimo ou a doação. Toda a ocupação é sustentada por doações sistematizadas pelos coordenadores e responsáveis pelos setores que organizam uma divisão para que todo o coletivo seja atendido.

Imagem 2- Recuperação dos barracos lesados pela chuva na Ocupação Povo sem Medo do Capão.



Fonte: Acervo do autor.

23 GUILHERME BOULOS. Entrevista 3. [jan. 2017]. Entrevistador: Vinícius Oliveira. Taboão da Serra (SP), 2017.

Uma ocupação com três mil famílias consegue se manter quase que exclusivamente pelos próprios ocupantes e vizinhos. Enquanto o imaginário criado caracteriza os sem-teto como vagabundos que não querem trabalhar ou que não têm família e amigos para poderem ajudar, na realidade o que ocorre é o oposto. Trata-se de pessoas desempregadas, trabalhadores precarizados ou trabalhadores domésticos que são superexplorados e recebem pouquíssimo dinheiro pelos seus trabalhos. Essas pessoas fazem parte de redes familiares ou comunitárias fora da ocupação, mas sentem-se parte do movimento e da ocupação. A busca por doações através dessas redes de solidariedade cresce e se intensifica.

Essa busca pelo resgate de um modo de vida comunitário é uma estratégia fundante do MTST na organização de suas ocupações e é devido a essa opção que a periferia torna-se o local da cidade em que são realizados os acampamentos.

Nota de campo, 11 de janeiro de 2017.

O modo de vida comunitário.

Dormi no barraco da Tia Maria, responsável pelo cadastramento dos acampados. Dormi em um sofá bastante confortável e coberto por uma colcha de retalhos bem bonita e colorida. Nas paredes duas bandeiras: do MTST e do time paulista Corinthians. Bem cedo, batem na porta do barraco. Era 'Favela'.

Favela é um negro com um metro e noventa centímetros de altura e forte, canta *rap* e tem uma banda, um militante dos mais dispostos da ocupação, compõe o setor de infraestrutura, autodefesa e o que mais precisar. Está no MTST desde criança. Sua mãe, falecida, levou ele para o movimento. Ele disse que no início não entendia muito e durante a adolescência foi morar só, quase foi parar no crime organizado, quando sua mãe adoeceu e ele voltou para cuidar dela. A mãe conseguiu ganhar um apartamento que agora é dele. Ele aluga o apartamento e se mantém vivendo nas ocupações todos os dias, ajudando os outros na luta, mudando-se de ocupação em ocupação conforme a necessidade do movimento e sua disposição pessoal.

Favela me recepciona com um café da manhã de biscoito de sal, suco de caixa e margarina. Tomo banho no banheiro do Grupo 1, que tem até chuveiro quente. Depois me apresento para ajudar nas atividades no barracão central. Favela me chama junto com um jovem acampado para conhecer os arredores da ocupação no bairro Capão Redondo. Chegamos na casa do jovem que mora atrás de uma oficina em um quarto de cortiço com sua família. Não chegamos a entrar e ele traz lá de dentro quatro pequenos filhotes de cachorro. Era o presente de Favela. Favela escolhe o cão de pelos totalmente escuro e o levamos para a ocupação, enquanto ele me explica que ali nas redondezas ninguém mexe com o MTST. “Todo mundo nos respeita, da polícia ao crime, sabem que somos sérios e que somos uma família, se mexer com um sem-teto, mexeu com o movimento todo”. O rapaz continua comentando que levará doações para a cozinha mais tarde.

Quando chegamos na ocupação, Favela quer me mostrar o som que produz e vamos para a cozinha de um dos grupos para beber água gelada e descansar um pouco sob a sombra. Ele pede para eu esperar e volta com um verdadeiro banquete. Acho que tinha umas seis opções de alimentos e uns três tipos de sucos de fruta. Tinha um doce que eu não sabia o nome, nem ele. Ele passou por outras duas cozinhas de grupos e foram doando alimentos. Me conta que come muito porque ele não consegue ficar parado, está o dia inteiro correndo vendo se precisam de alguma coisa; diz que às vezes faz 5 refeições por dia. Conta que uma vez, ele precisou ir a algum lugar para pegar madeira com o caminhão de um acampado e, quando chegou, foi à cozinha e não tinha mais almoço para ele. Não demorou uns minutos e um dos acampados chegou com uma quentinha que tinha ido comprar no bairro com o próprio dinheiro e deu para Favela. Favela conclui: “esse tipo de presente não tem

valor. Quando recebi a quentinha meus olhos encheram de lágrimas. Aqui tenho tudo que preciso: comida, remédio, até roupa. Não preciso de um real. E esse tipo de recompensa não tem valor”.

Enquanto estávamos tendo essa conversa, Favela saiu e voltou três vezes para resolver questões ou receber novos integrantes. Fim do relato.²⁴

A proibição da venda individual para evitar a criação de um mercado interno é importante, mas o movimento precisa realizar procedimentos para lidar com a realidade. Por essa razão existem espaços de venda coletiva. Por exemplo, logo na entrada da ocupação existe um brechó no qual as roupas de adultos e infantis, bolsas, cintos são vendidos por preços que variam de cinquenta centavos a dois reais. O brechó é montado com doações dos acampados e da comunidade do bairro. Todo o dinheiro arrecadado vai para a autossustentação da ocupação. Além desse tipo de ação, o movimento realiza festas ou saraus em que o valor arrecadado com a venda de comida e bebida vai para o caixa coletivo da ocupação. Quando necessário, o MTST realiza rifas ou capta dinheiro em doações, usando seus meios de comunicação ou de organizações aliadas.

A perspectiva do movimento é encarar a moradia como valor de uso e não como valor de troca, que é esse momento decisivo da mercadoria. Evidente, no capitalismo, tudo se torna mercadoria. Ele mercantiliza a vida, as pessoas e também a moradia. O enfrentamento que o MTST faz é a essa lógica. Colocar nas ocupações a proibição de vendas, de lotes, de barracos e defender nos programas habitacionais, pelo menos um tempo mínimo para que se possa vender são formas de enfrentar. Hoje, no projeto federal “minha casa, minha vida” são 10 anos. Obviamente que não destrói dentro do capital, mas fazemos o combate, para fortalecer a moradia como direito. A nossa luta já tem essa natureza como princípio: quando se ocupa um terreno, você está negando aquele espaço como valor de troca (informação verbal)²⁵.

O objetivo de reconstruir um modo de vida comunitário é um dos pilares do MTST. Isto supera a lógica comercial, através de uma rede de solidariedade para que se permita lutar pela moradia e simultaneamente exigir coletivamente todos os direitos. Quando o movimento utiliza o termo “direito”, ele disputa o *senso comum* dos trabalhadores: endossa o valor de uso em detrimento do valor de troca, e trata de exercer esse princípio em todas as dimensões de sua comunicação.

Se as mercadorias pudessem falar, diriam: é possível que nosso valor de uso tenha algum interesse para os homens. A nós, como coisas, ele não nos diz respeito. O que nos diz respeito materialmente é nosso valor. Nossa própria circulação como coisas-mercadorias é a prova disso. Relacionamo-nos umas com as outras apenas como valores de troca (Marx, 2010, p. 104).

24 Nota de Campo 2. 11 jan. 2017. O modo de vida comunitário.

25 GUILHERME BOULOS. Entrevista 3. [jan. 2017]. Entrevistador: Vinícius Oliveira. Taboão da Serra (SP), 2017..

Nas ocupações, o uso das mercadorias torna-se coletivo. A relação entre os sujeitos e os objetos e entre os próprios sujeitos sem passar pela mercadoria têm um efeito prático na reflexão sobre a forma societária capitalista. A competitividade e o individualismo, como valores inerentes à sobrevivência na sociedade do capital pelos trabalhadores, começam a entrar em crise perante uma práxis que projeta a transformação das relações sociais. Enquanto lutam pela necessidade imediata de moradia, alguns sujeitos tornam-se conscientes de que precisam dos outros acampados e participantes do movimento, do apoio da comunidade e de outros trabalhadores. Aqueles que pensam apenas em si, na sua conquista, e não demonstram compromisso com a coletividade, não devem estar nos papéis de coordenadores do grupo ou de militantes do movimento.

Eu cheguei aqui através da minha irmã. Só pensava em mim. Queria minha casa e pronto. Trabalhava fora e vinha para ocupação olhar apenas meu barraco e ficava só calado observando as reuniões do meu grupo. Mas daí comecei a sugerir umas coisas e outras, aí o pessoal começou a gostar de mim, foi quando fui indicado para ser um dos seis coordenadores do meu “G”. Comecei a passar mais tempo na ocupação. Participava das reuniões com o setor de organização do MTST e aí pensávamos a ocupação como um todo e as lutas para conquista da casa. Fui pegando gosto (informação verbal)²⁶.

Essa regra, que parece simples, não é fácil de ser implementada, afinal, as pessoas necessitam de dinheiro para sobreviver e, mesmo com a conquista da moradia não estão imunes à lógica da mercadoria nas relações sociais. Ao propor essa regra como princípio do movimento, com possibilidade de avaliação em seus espaços de atuação, torna-se cotidiano todo um debate, de forma simples e direta, com o linguajar típico das periferias urbanas. Obviamente, problemas que infringem os princípios do movimento surgem diariamente no seio da ocupação e todos eles são resolvidos pelos coordenadores, militantes e acampados em suas reuniões de grupo ou de setor. “Mas a ocupação não é uma bolha e algumas vezes pessoas tentam se aproveitar ou ameaçar os princípios do movimento, mas elas não ganham espaço no MTST”, lembra Boulos (informação verbal)²⁷.

Ao exercer as práticas organizativas que defendem nos princípios, todos os integrantes estão simultaneamente em grupos com funções especializadas e gerais. O MTST observa além das falas, as ações dos acampados para que eles tenham a mesma perspectiva, em um exercício direto de uma democracia mais participativa e resolutiva. Trata-se da *organicidade*

26 JAMAICA. Entrevista 4. [jan. 2017]. Entrevistador: Vinícius Oliveira. Taboão da Serra (SP), 2017.

27 GUILHERME BOULOS. Entrevista 3. [jan. 2017]. Entrevistador: Vinícius Oliveira. Taboão da Serra (SP), 2017.

(Gramsci, 1985), ou seja, o envolvimento de cada acampado em um núcleo de discussão e decisão coletiva, que permite que o combate ao fetichismo da mercadoria seja cristalizado.

A participação não é deslocada de uma tentativa incessante de democratização dos espaços de decisão. Cada grupo debate e decide sobre o que fazer para a melhoria de vida da ocupação e da luta. Isso é interligado aos outros grupos de acampados pela reunião dos coordenadores realizada junto com a direção do MTST, formando uma unidade que reforça as ações do movimento. Essa organicidade permite que a ocupação seja um instrumento de ação direta viva do movimento e comunica ao bairro, aos trabalhadores periféricos e outros ativistas que ali se encontra um espaço de luta.

Desta maneira, identifica-se que a própria promoção de práticas não mercantis, de formas de sociabilidade outras é possível estabelecer novas formas de comunicação dentro e para além do terreno ocupado sobre o que é ser trabalhador, sobre a condição de sem-teto, sobre a necessidade de lutar por direitos e uma vida digna.

3.6.2 A ocupação como espaço de mediação contra-hegemônica

Um organismo vivo e aberto que se apresenta no espaço da cidade contestando diretamente a lógica da concentração da terra urbana tem diversos efeitos em um bairro de periferia. Um deles é a comunicação da ocupação com os trabalhadores periféricos. O MTST tem como linha de ação, a busca pelo diálogo com o bairro, já que serão os trabalhadores periféricos que poderão fazer parte dos grupos de ocupantes ou acampados.

Existe uma característica crucial das ocupações do MTST: elas são pensadas e articuladas pela direção estadual do movimento, mas a entrada no terreno é realizada com acampados das outras ocupações anteriores ou que estão no cadastro do movimento. Só depois da entrada — esse momento é crucial já que qualquer vazamento de informação para as autoridades policiais ou donos do terreno pode ser impeditivo —, é que começa a comunicação com as pessoas do entorno. Eles chamam esta característica de “processo de massificação”.

Nota de campo, 12 de janeiro de 2017.

O “carnaval”.

Eu tinha dormido na ocupação Povo sem Medo do Capão Redondo e passei o dia seguinte com Favela, Cabelo e Poeta, dentre outros militantes. Depois de um dia cheio de atividades, conversas e aprendizados Michel Navarro, coordenador estadual, chegou na ocupação no início da noite e informou-me que tinha uma surpresa boa, que eu ia gostar. Acompanhei mais uma reunião do setor de organização com os coordenadores de grupo, essa foi a reunião mais cheia daquelas

que participei. Michel apresentou a pauta “o carnaval”. Tratava-se de uma nova ocupação do MTST em alguma zona de São Paulo. A reação dos coordenadores foi impressionante: todos aplaudiram e ficaram eufóricos. Michel informou que sairiam dois ônibus com 90 vagas da ocupação à meia-noite de um determinado dia e que era tarefa dos coordenadores pegar os nomes e passar para um militante do setor de organização. As pessoas que fossem precisariam levar o “kit sem teto” (talheres, pratos, instrumentos de construção, lona, edredom etc.) e ficaria o final de semana inteiro na ocupação, preparados para qualquer tipo de enfrentamento. Quase todos os coordenadores se propuseram a ir e o primeiro ônibus quase lotou. Isso acabou desencadeando o adiamento do sarau da ocupação que seria realizado naquele dia. O “carnaval” era a pauta mais discutida durante a semana até esse momento. Quando começou a assembleia, havia mais de duas mil pessoas e Michel começou retomando a importância dos princípios do MTST e a cobrança da participação nas reuniões e nas lutas. No segundo momento, Michel explicou que o MTST ia realizar outra ocupação na cidade, em outra zona e informou sobre dois ônibus e que contaria as presenças, mas que acima de tudo: “onde quer que a gente faça a luta, a gente fortalece a luta nossa também, quanto mais forte a gente tá em toda São Paulo, quanto mais forte a gente estiver no Brasil, já estamos em 11 Estados, mais forte fica a nossa luta para conquistar a moradia”. A agitação dos acampados foi enorme. Foi quando Michel complementou encerrando a assembleia: “É uma experiência muito linda porque vamos ajudar outras pessoas, e quando a gente ajuda outras pessoas, nós nos sentimos muito bem. E é dessa forma que crescemos a família MTST”. Fim do relato²⁸.

A entrada no terreno é digna de um planejamento tático minucioso. O movimento vem acumulando métodos que são guardados como segredo. Ao entrar no terreno, as primeiras famílias precisam resistir a toda a pressão do dono do terreno e também dos órgãos policiais. As primeiras horas da ocupação são determinantes para se ter uma noção do tempo de permanência. Nesse momento, as famílias de diversas ocupações encontram-se novamente sob a mesma bandeira de enfrentamento.

Depois que a ocupação é firmada e a bandeira do movimento é erguida, os boatos começam a surgir no bairro, já que muitas pessoas passam na frente da ocupação. Neste momento, o movimento inicia seu processo de massificação ou comunicação, realizando ações de panfletagem em vários locais de concentração de pessoas, como feiras e pontos de ônibus. A partir dessas ações e da necessidade real das pessoas, o acampamento começa a ser visitado e todo um diálogo é construído.

Os modos de vida da população, por mais diversos que pareçam, estão dentro da lógica da mercadoria e segmentados e articulados pelo tipo de consumo. Ao construir um espaço em que esse tipo de relação é combatido, o que não significa inexistente, esse modo de proceder é enfraquecido. O sujeito que reproduz essa lógica ao gosto do capital pode ser banido da ocupação e, mais que isso, o movimento reforça a ação que produz uma nova relação com o espaço através de metodologias que afirmam modos de vidas coletivos e comunitários. Toda a ocupação é interligada pelas instâncias do movimento e grupos que

28 Nota de Campo 3. 12 jan. 2017. O “carnaval”.

exigem participação nas decisões e responsabilidades individuais. Todas as ocupações são interligadas pelo movimento e seus princípios anticapitalistas e, a partir daí, o modo de vida contra-hegemônico desse sujeito coletivo, intitulado MTST, aparece com força para disputar a hegemonia.

Assim, os militantes do movimento exercem o papel de “professores da escola da revolução”²⁹, pois é justamente na ocupação que acontece e se permite realizar a mediação contra-hegemônica. A ocupação realiza o papel de mediação entre a massa que mora no acampamento e a que está interligada na rede de solidariedade por uma necessidade comum, em um contato direto com os militantes, na fala e também na ação.

Entrei no dia 28 de maio de 2007, na ocupação João Cândido. Fiquei sabendo que tinha uma invasão [sic] e fui lá e deu tudo certo. Estou até hoje, junto com o movimento. Passei a ser coordenador de disciplina [hoje autodefesa], depois coordenador geral da brigada. Reuniões, informações, cursos, crescendo junto com o pessoal. Bastante luta e o movimento foi crescendo. Passei a ser do setor geral de autodefesa do MTST. Muitas ocupações que tiveram nós estávamos juntos. Sofremos muito para chegar onde estamos hoje em dia. Para quem não tem moradia, tem que lutar de verdade. Foi quando a mídia apelidou a gente de vagabundo, acusou de vandalismo já que não tínhamos mídia a nosso favor. Foram muitas marchas, passeatas. Sempre que ocupamos, deu certo, nenhuma até hoje deu errado. Porque o movimento luta pelo certo. Sobre a moradia, não é só sobre moradia, é também escola, creche, saúde, tudo. Já pensou se a gente só lutar por moradia, como vai criar os filhos? (informação verbal)³⁰

O senhor Edvaldo Vieira, vulgo “São Paulino” é exemplo da opção do MTST em construir as ocupações urbanas nas periferias e trazer para a população periférica e sem teto a luta pela superação da hegemonia do capital. Isso não significa dizer que todos os acampados ou participantes da rede de solidariedade estão convictos contra a lógica da mercadoria. Como alerta Gramsci (1985), um pensamento completamente coeso ou coerente não é uma característica comum dos trabalhadores médios e de seu senso comum. Mas, a ocupação é uma possibilidade para abrir uma margem no plano da vida prática das pessoas, para que elas tenham a possibilidade de refletir sobre o espaço e os modos de organização sociais alternativos àqueles que os oprimem. Logo, a luta pela moradia como um direito, abre todo um diálogo no interior do movimento sobre a exclusão social e a segregação espacial.

Esse diálogo é estabelecido a todo o momento na ocupação, desde a chegada ao acampamento, na explicação dos princípios do movimento, no cadastramento, nos mutirões

29 Cf. Texto “A escola da revolução”, de Ana Paula, professora de sociologia, da coordenação nacional do MTST e Natália Szermeta, da coordenação estadual do MTST/SP. Revista Territórios Transversais (p. 12).

30 EDVALDO VIEIRA. Entrevista 5. [jan. 2017]. Entrevistador: Vinícius Oliveira. Taboão da Serra (SP), 2017.

de construção e demais atividades coletivas. O relato produzido no trabalho de campo sobre o que Nívea e Antônio contaram-me exemplifica como se dá essa mediação,

Relato de Campo, sete de janeiro de 2017.

Nívea.

Era sábado de sol forte em São Paulo. A ocupação Povo sem Medo do Capão Redondo tinha marcado um mutirão. Mutirão é o nome da ação focada na construção e manutenção dos barracos e infraestruturas coletivas. Percebi que diversos barracos estavam sendo levantados nesse dia, mesmo após dois meses de ocupação. Sondei o que aparentava ser uma família: um moço, uma moça, uma idosa e uma criança levantando um barraco. A moça era Nívea.

Nívea tinha 40 anos de idade e trabalhava de doceira. Ela morava em uma casa de um cômodo com seu filho de 10 anos de idade, pagando seiscentos e cinquenta reais de aluguel por mês. Ganhava um salário-mínimo e meio e só tinha uma folga por semana. Disse que estava ali com um certo medo. Já tinha ouvido falar “desses movimentos na TV” e tinha uma impressão que eram violentos, que “não era certo invadir as coisas dos outros”.

Ela soube da ocupação através do seu filho. Disse que a escola dele era vizinha. O garoto tinha amigos cujas mães tinham se incorporado ao acampamento. Ficou subentendido que o filho tinha sugerido a Nívea fazer parte do acampamento. Ela passou uma vez pela frente, reconheceu algumas pessoas do bairro, e conversou com elas sobre como a ocupação estava sendo organizada, mas teve medo de entrar. Depois resolveu participar de uma assembleia. Gostou do que ouviu. Conversou com sua mãe e resolveram entrar na ocupação e revezar na participação. Sua mãe morava perto dela e pagava quinhentos reais em uma casinha alugada. Fizeram o cadastro no dia anterior à nossa conversa e estavam tentando construir seu barraco.

Foi quando seu Antônio, que tinha umas semanas a mais na ocupação, viu que elas estavam com dificuldade em usar a escavadeira e resolveu ajudar. Seu Antônio era ajudante de pedreiro desempregado, morava de favor na casa de um amigo, mas percebeu que estava incomodando e resolveu mudar para ocupação. Soube desta porque passou pela frente e resolveu perguntar. Foi muito bem recebido, participou da assembleia e imediatamente começou a construir seu barraco com os restos de madeira que outros ocupantes haviam doado. Seu Antônio acabou construindo praticamente todo o barraco com a madeira doada e ajudava os outros no que podia. Para ajudar, Nívea dividiu a comida que tinha trazido e fez uma doação das madeiras e lona que sobraram da construção de seu barraco para seu Antônio.³¹

Nívea e Antônio em seus relatos mostram como se dão as relações de sociabilidade. A noção do coletivo e da solidariedade que tende a intensificar-se na ocupação. As pessoas que já estão há mais tempo na ocupação auxiliam àquelas recém-chegadas seja trabalhando junto, doando materiais ou explicando as normas da ocupação. E assim como se constroem novas sociabilidades, outras formas de comunicação também se (re)cria o espaço da luta.

3.6.3 O espaço e a mediação

A ocupação é um espaço de luta permanente a cada dia de resistência. Uma ação direta por um direito negado à grande maioria da população pelo Estado e pelos capitalistas, donos

31 Relato de Campo 4. 7 jan. 2017. Nívea.

de terras urbanas, bancos e especuladores imobiliários. Através da ocupação urbana, o povo começa a perder o medo dos muros, das vidraças ou das catracas que são símbolos da segregação urbana. Nenhum muro, grade, vidraça ou catraca é obra da natureza. A ação coletiva coordenada tem a capacidade de transpor essas barreiras.

Os conflitos no local de vida são meros reflexos de tensões subjacentes entre o capital e o trabalho. Os apropriadores da renda e a facção da construção civil mediam as formas de conflito; eles se erguem entre o capital e o trabalho e por isso escondem de nossas vistas a verdadeira fonte de tensão. A aparência superficial dos conflitos em torno do ambiente construído — as lutas contra o proprietário da terra ou contra a renovação urbana — disfarça uma essência oculta que é nada mais nada menos que a luta entre o capital e o trabalho (CARLOS *apud* HARVEY, 2008, p. 184).

As ocupações, ao demonstrar que o valor de uso dos terrenos urbanos deve ser prioritariamente voltado para aquilo que o movimento propõe, a moradia, são de um potencial de comunicação contra-hegemônico prático. Por falta de moradia, o sujeito mora em um lugar que o Estado, comprometido com o capital, nega, mesmo sendo direito garantido na Constituição Federal. Quando a necessidade individual se transpõe para a luta social, perguntas surgem. Por que a lei só não garante os direitos nos bairros de periferia e das pessoas mais empobrecidas, mas aos patrões das mansões, as casas de praia ou de campo têm sua qualidade de vida garantida pelo Estado? Quem escreve essas leis e a que interesses estas atendem, aos da vida ou da propriedade? Onde posso me informar sobre estas perguntas? Em que espaços no trajeto do cotidiano periférico posso encontrar respostas a elas?

A apropriação coletiva do espaço urbano consiste, principalmente, na ocupação de espaços utilizados para a especulação imobiliária, expressão da apropriação privada da cidade. A ocupação dos “latifúndios urbanos” é primordial para a construção de uma “dimensão comunitária do espaço contra sua situação de objeto da especulação financeira” onde é possível desenvolver formas de poder popular para resistir ao caráter privatista da cidade capitalista. As ocupações, portanto, cumprem um duplo papel na estrutura organizativa e na proposta política do movimento: construção não só de resistência territorializada, mas também de espaços de exercício de coletivização e poder popular, por isso têm papel central na organização do MTST, embora haja uma intensa rede de relações fora dele, como é o caso dos núcleos. Mas é nas áreas ocupadas que há formação política mais intensa, decisões sobre as ações coletivas, representação para as outras instâncias do movimento em níveis estadual e nacional. A ocupação centraliza as atenções e expande a potencialidade de luta, na medida em que congrega todo o conjunto de relações sociais que emergem desta forma de luta pela moradia (GOULART, 2011, p. 75).

O movimento, através da sua *prática espacial*, constrói dentro da ocupação, grandes barracões, banheiros e cozinhas coletivas, que correspondem a sua finalidade comunitária. Segundo Lefebvre (2006), “uma *prática espacial* deve possuir uma certa coesão, o que não

quer dizer uma coerência (intelectualmente elaborada: concebida e lógica)” (LEFEBVRE, 2006, p. 65), que reivindica transformações no espaço segregador da cidade e executa uma “associação surpreendente, pois ela inclui [pressupõe] em si a separação exacerbada entre esses lugares que ela religa” (LEFEBVRE, 2006, p. 65). O acampamento mostra diferenças através da organização de espaços comunitários que estimulam e têm a possibilidade de efetivar o modo de organização conjunta e interligada.

Toda a infraestrutura da ocupação tem sua gênese a partir da prática espacial. As cozinhas coletivas, por exemplo, agregam a concepção de que alimentação é um problema de todos os participantes do acampamento; os barracões de reuniões existem porque as pessoas precisam de espaços maiores que atendam aquele grupo ou setor; é obrigatória a construção de palcos externos para que os militantes possam ser vistos quando estão falando nas assembleias; as bandeiras nos pontos mais altos e em todos os espaços coletivos internos existem para que seja exposto que o poder ali exercido é o da organização social, o MTST.

Imagem 3 – Barracão central. Reunião dos coordenadores da Ocupação Povo sem Medo do Capão.



Fonte: Acervo do autor

Cada novo acampado recebe uma cartilha com os princípios do MTST. A partir, do momento em que a pessoa realiza seu cadastro, deve construir seu barraco e participar das instâncias da ocupação e assumir o modo de vida comunitário e coletivo impulsionado pelo movimento social nesse espaço urbano.

Ao acessar às indústrias culturais que tornam invisíveis ou criminalizam as ocupações, realiza-se um choque no papel de mediação que essa indústria exerce aos acampados, como visto no caso de Nívea e de Edvaldo. As informações que vendiam um modo de vida conformado ao sistema hegemônico começam a ser encaradas de maneira crítica. Não apenas porque esses ocupantes se informam por outras fontes, mas também pela participação na prática espacial. Essa prática gera a possibilidade de vivenciar um espaço em que os valores comunitários são materializados em aparelhos coletivos. A sobrevivência de cada sujeito depende da resistência do espaço de todos. Destoando do que é mostrado pelos meios de comunicação hegemônicos, o movimento não é encarado como coletivo que fala, mas uma organização que faz e ao fazer, repensa-se sobre a mídia.

A potência da ação espacial vai além das ocupações e vira práticas em protestos. Um exemplo, é o “OcupaPaulista”³² que o MTST realizou no início de 2017, em frente ao escritório da Presidência da República em São Paulo. O presidente interino Michel Temer tinha acabado com os programas de habitação do projeto “Minha casa, minha vida”, que atendiam aos trabalhadores com menores rendas e as entidades populares. Através da ocupação das calçadas e da rua por 22 dias, e com muita resistência e mobilização, realizando passeatas, debates e saraus, o movimento conseguiu uma negociação com o Governo Federal para que este voltasse atrás conquistando uma vitória importante para todos os sem-teto do Brasil, independentemente de estarem ou não na organização.

Outra grande característica da ocupação do MTST é a abertura permanente ao bairro com o objetivo de “massificação”. Trata-se de uma ação que constrói uma mediação contra-hegemônica.

A ocupação é um importante meio de comunicação, não só na massificação no seu momento inicial. A massificação mostra que a ocupação está aberta ao bairro. Que não é alienígena, que chegou um monte de gente em um ônibus, montou barracos e tem sua seita ou grupo fechado. Quando massifica, se abre para o bairro, vai panfletar e nossa ocupação é aberta para quem quiser entrar, para quem precisa de moradia. Se você tá morando de aluguel, se tá morando de favor, tem espaço aqui para você e aqui não paga nada. Quando o movimento faz isso, ele tá dialogando com uma demanda geral, comunitária e periférica (informação verbal)³³.

O MTST, um movimento contra-hegemônico, no espaço da ocupação urbana exerce uma contra-hegemonia, construindo um outro tipo de consenso e de força. Por este motivo não divide ocupações urbanas com outras organizações.

O MTST não divide ocupações, fazemos atos conjuntos, construímos frentes amplas por reforma urbana ou por direitos sociais, mas uma ocupação do MTST é do MTST. Porque nós temos todo um método de organização nas ocupações que não faz sentido ocupar sem ele (informação verbal)³⁴.

Quando a indústria cultural e outros instrumentos de mediação hegemônicos disputa informação ou interpretação da realidade sobre e para os acampados ou trabalhadores moradores da periferia envolvidos na rede comunitária, ocorre uma contradição. A notícia sobre a ocupação, a história que a professora conta sobre os sem-teto, a opinião do patrão ou

32 Após 22 dias de resistência sob sol e chuva #OcupaPaulista, publicado em 12 de mar de 2017 pela Midia Ninja: <https://www.youtube.com/watch?v=pugqNsFsNE8>

33 GUILHERME BOULOS. Entrevista 3. [jan. 2017]. Entrevistador: Vinícius Oliveira. Taboão da Serra (SP), 2017.

34 MICHEL NAVARRO. Entrevista 2. [jan. 2017]. Entrevistador: Vinícius Oliveira. Taboão da Serra (SP), 2017.

do policial sobre os movimentos sociais acabam sendo colocadas em choque direto com o próprio modo de existir das ocupações do MTST.

A industrial cultural é diferente das outras indústrias não simplesmente por causa da especificidade da mercadoria, mas fundamentalmente porque ela é um elemento de mediação entre as instâncias de poder e as massas. Isso explica porque o trabalho cultural não é completamente subsumível. A necessidade de mediação exige um tipo de trabalho que promova uma determinada forma de empatia com o público, mais do que o elemento da “unicidade da obra de arte” (BOLANO, 2013, p. 33).

A empatia é estabelecida a partir do momento em que os exemplos da sociedade a serem seguidos são os mesmos que comunicam modelos de modos de vida à humanidade que trazem sucesso individual. O MTST é quem negocia as demandas de cada ocupação com o poder público, mediando o conflito de classe para a conquista material de cada ocupante. E no decorrer do processo, apresentam métodos de lidar com as dificuldades da ordem do capital e assumem o papel de orientar os procedimentos contra-hegemônicos para o combate a essa ordem. Assim, seus militantes viram referências de informação e conhecimento, tornam-se intelectuais orgânicos.

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como é o caso nos grupos sociais fundamentais, mas é “mediatizada”, em diversos graus, por todo o contexto social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os “funcionários”. Poder-se-ia medir a “organicidade” dos diversos estratos intelectuais, sua mais ou menos estreita conexão com um grupo social fundamental, fixando uma gradação das funções e das superestruturas de baixo para cima (da base estrutural para cima). Por enquanto, pode-se fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é; o conjunto de organismos chamados comumente de “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, que correspondem à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico”. Estas funções são precisamente organizativas e conectivas. Os intelectuais são os “comissários” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo (GRAMSCI, 1985, p. 10).

A mediação contra-hegemônica é realizada pelos militantes do MTST, que exercem o papel de intelectuais de uma estrutura contra-hegemônica. Esta estrutura é o movimento social no seu espaço de atuação orgânica, ou seja, na ocupação ou no acampamento. Seja na comunicação externa através de ações como a panfletagem seja na comunicação interna, nas

instâncias coletivas decisórias, sempre estarão unificados pelo objetivo de serem uma organização de massas com princípios anticapitalistas e análises de conjuntura comuns através do espaço periférico.

É na ocupação e apenas na ocupação, enquanto ela resiste ao Estado, que a força do movimento se evidencia às massas em relação às quais ele disputa a hegemonia. Nesse espaço, a desobediência às deliberações que disciplinam a atuação pode sofrer sanções à luz da legalidade própria do movimento, dos seus regimentos ou de avaliações no interior dos grupos e outras instâncias internas.

A elaboração nacional unitária de uma consciência coletiva homogênea requer múltiplas condições e iniciativas. A difusão, por um centro homogêneo, de um modo de pensar e de agir homogêneo é a condição principal, mas não deve e não pode ser a única. Um erro muito difundido consiste em pensar que toda camada social elabora sua consciência e sua cultura do mesmo modo, com os mesmos métodos, isto é, com os métodos dos intelectuais profissionais. O intelectual é um “profissional” (*skilled*) que conhece o funcionamento de “máquinas” próprias especializadas; tem o seu “tirocínio” e o seu “sistema Taylor” próprios. Pueril e ilusório atribuir a todos os homens esta capacidade adquirida e não inata, do mesmo modo como seria pueril supor que todo operário manual possa desempenhar a função do maquinista ferroviário. Pueril pensar que um “conceito claro”, oportunamente divulgado, se insira nas diversas consciências com os mesmos efeitos “organizadores” de clareza divulgada: este é um erro “iluminista”. A capacidade do intelectual profissional de combinar habilmente indução e dedução, de generalizar sem cair no formalismo vazio, de transferir certos critérios de discriminação de uma esfera a outra do julgamento, adaptando-os às novas condições, etc., esta capacidade é uma “especialidade”, uma “qualificação”, não um dado do senso comum vulgar, por isso, pois, que não basta a premissa da “difusão orgânica, por um centro homogêneo, de um modo de pensar e de agir homogêneo”. O mesmo raio luminoso, passando por prismas diversos, dá refrações de luz diversas: se se pretende obter a mesma refração, é necessário toda uma série de retificações nos prismas singulares (GRAMSCI, 1985, p. 173-174).

A atuação combinada do MTST possibilita combinar indução e dedução, generalizando as práticas que reforçam o avanço da luta e a disputa dos valores contra-hegemônicos. Assim, a organização da ocupação atende a todas as demandas da vida: o setor de auto-sustentação cuida do abastecimento da comida e da água; o setor de autodefesa garante a segurança e também a disciplina; o setor de infraestrutura ajuda na construção dos barracos e espaços coletivos; o setor de organização e a coordenação do movimento dialogam com as demandas necessárias para a conquista da luta pelo direito à moradia, com análise tática de como executarem mobilizações que possibilitem a vitória concreta de acesso às políticas habitacionais.

Todas essas funções estão conectadas pelo movimento social no espaço da ocupação, fazendo com que a função de intelectual não seja apenas a de quem elabora teorias sobre a

realidade do país e em relação ao conjunto das lutas da classe trabalhadora, como acontecem em organizações partidárias de esquerda, no qual caem no erro iluminista, como alerta Gramsci (1985). Mas, também, propõem e organizam o modo de vida comunitário e coletivo na ocupação, que reconstróem novos tipos de senso comum.

O senso comum contra-hegemônico aparece em todas as ações e falas dos militantes, os quais demonstram que os princípios e objetivos do movimento não são externos, mas fazem parte de uma sabedoria popular para lidar com os problemas do cotidiano e não perdem de vista a manutenção desse modo de vida contra-hegemônico. Um exemplo de como esse senso comum é reinventado é a história de Laycon narrada a seguir.

Laycon, de sem-teto a liderança no MTST.

Laycon Santana dos Santos tem 25 anos e é casado. Tem a profissão de açougueiro, mas atualmente trabalha como pintor e mora no Taboão da Serra, cidade localizada na Grande São Paulo. Conheceu o movimento em 2005 quando tinha apenas 12 anos. Na época, seu tio ficou sabendo da ocupação Chico Mendes 1 e chamou sua mãe. Após conhecer, observar a organização e a “transparência” do movimento com os acampados, logo sua mãe resolveu aderir. Perceberam que as pessoas ali eram diferentes. “Ninguém tinha nada, mas todo mundo ajudava todo mundo, foi aonde conheci e aprendi o sentido da palavra companheiro”, diz Laycon.

Apesar da união de todos, foi uma época muito difícil, pois naquele tempo o movimento era pequeno, e era obrigatório morar na ocupação. Então a mãe dele largou a pequena casa em que moravam de aluguel e, se mudou definitivamente para o acampamento junto com ele e seus dois irmãos. Lembra que era tempo de muito frio e quando garoava a lona do barraco, que era preta, ficava toda branca com o gelo e ele e os irmãos brincavam que estavam no polo norte. Apesar da inocência da brincadeira, sabiam bem o que estavam fazendo ali: “lutando contra um sistema que massacrava e não se importava com nossa pouca idade” afirma Laycon.

Sofreram todas as dificuldades de morar em uma ocupação, mas com a repressão da polícia o sofrimento era bem maior. Laycon lembra que a polícia militar quase não conversava, só agredia, e nas manifestações quase sempre alguém saía machucado, pois não havia nenhuma espécie de órgão de proteção. Laycon relembra um dia em que o Zezito, militante antigo do movimento, saiu gritando na ocupação para que todos fizessem um cordão humano na porta de entrada porque a polícia queria entrar e, quando saíu para ver o que estava acontecendo, o companheiro Gabriel, que também é militante do movimento, estava com a cabeça sangrando e o policial agredindo-o em plena luz do dia.

Seus tios já conquistaram um apartamento. Isto serviu como motivação para continuar na luta. A mãe está aguardando a segunda etapa de um dos condomínios conquistados pela luta do MTST. Em 2015, Laycon resolveu fazer sua própria luta, “pois filho cresce e precisa voar sozinho”, raciocina. Então ele entrou como acampado na ocupação Paulo Freire no bairro Embu das Artes. Entrou para a coordenação do movimento, onde conheceu sua esposa Débora, que era militante há mais tempo no MTST. “E lá estava ela ajudando na organização, começamos a namorar e em 2016 fomos morar juntos. Foi aí quando me envolvi mais ainda no movimento e comecei a acompanhar minha esposa em outras ocupações” fala Laycon.

Atualmente, Débora está no setor de organização da ocupação Povo sem Medo do Capão Redondo. Laycon entrou novamente como acampado e como coordenador de setor para ajudar a orientar os novos companheiros no processo de construção do movimento. “Me vejo como um Bombril no movimento, não tenho uma tarefa específica, mas faço de tudo para ajudar e assim vou seguindo, levando para as pessoas um pouco de esperança, de fé na luta e companheirismo”, conclui

Laycon.(informação verbal)³⁵.

O valor do individualismo, peça fundamental do modo de vida capitalista e propagado pelas indústrias culturais, é entendido criticamente pelos militantes do MTST como práticas desagregadoras do valor do companheirismo. Esse senso comum contra-hegemônico entra na vida dos acampados e faz com que esses valores dessas práticas reelaboradas afirmem um modo de vida alternativo, ao qual o movimento chama de “valores socialistas”. Mas na garantia formal, pelo método de organização do MTST que isolam os indivíduos com práticas dissonantes é que se permite filtro comunitário dessas práticas. Esse filtro comunitário, essência da coletividade, quando compreendido torna-se fio condutor para a construção de um modo de vida contra-hegemônico.

A coletividade deve ser entendida como produto de uma elaboração de vontade e pensamentos coletivos, obtidos através do esforço individual concreto, e não como resultado de um processo fatal estranho aos indivíduos singulares: daí, portanto, a obrigação da disciplina interior, e não apenas da disciplina externa e mecânica (GRAMSCI, 1985, p. 168).

A assimilação das ideias e princípios do movimento é testada no cotidiano da ocupação. Que através da sua organização espacial para a coletividade, permite que os indivíduos singulares internalizem esse modo de vida. E destacam-se os sujeitos que se tornam referência concreta naquilo que propõe em discurso, sendo tarefa dos militantes do MTST percebê-los e incorporá-los à organização.

As ações de panfletagem, os saraus e as assembleias que acontecem na ocupação ou no entorno, mesmo com seus objetivos específicos, têm o objetivo geral claro, no seu senso comum de “massificação”: trazer os trabalhadores urbanos para ocuparem junto com o movimento, tornando-os acampados, adquirindo novo modo de vida. Faz-se, assim, a mediação entre o movimento e a vida fora da ocupação. Por isso não é incomum que o movimento, mesmo referindo-se a sem-teto no nome, se mobilize por mais vagas nas creches ou faça oposição política ao Presidente da República.

A panfletagem com sua ação de comunicação, os saraus enquanto ação cultural e as assembleias abertas enquanto ações políticas organizativas realizadas pela ocupação são exemplos de ações externas que comunicam com o bairro, mas que só podem acontecer e só têm sentido pela existência da ocupação urbana como espaço de mediação contra-hegemônica. Por isso, cada ocupação tem nome próprio (Povo sem Medo do Capão Redond,

35 LAYCON. Entrevista 6. [jan. 2017]. Entrevistador: Vinícius Oliveira. Taboão da Serra (SP), 2017..

Povo sem Medo do Embu das Artes, Paulo Freire) mas, todas estão interligadas pelo modo de organização e atuação das ocupações do MTST, com sua bandeira vermelha e suas práticas construtoras de um senso comum outro e práticas alternativas.

A cultura vista em um sentido antropológico, como todo um conjunto de práticas sociais, que englobam inclusive as práticas econômicas, como cultura produzida pelo povo, o povo comunidade que se autodefine a partir de identidades culturais profundas, as quais garantem a reprodução simbólica do mundo da vida de forma endógena. A comunidade produz seus produtores e sua própria cultura, desta forma podemos segundo Thompson falar de cultura de classe. Mas com o advento da indústria cultural, cria-se uma cultura de massa que é essencialmente popular, no sentido do que opõe-se ao erudito. Ou seja, a Indústria Cultural reelabora a cultura popular e a transforma em cultura de massa, na qual, por sua vez, dissolve e subordina todas as formas de cultura de classe, desde o folclore até a cultura erudita. (BOLAÑO, 2013, p.50)

O movimento realiza uma mediação contra-hegemônica sobre sua identidade através da construção de um espaço cujo valor de uso é uma de suas principais necessidades primárias: a moradia. E com o combate ao fetiche da mercadoria, não sem contradições, surge uma potência identitária: os trabalhadores sem-teto. Que se compreendem dentro de uma cultura popular de classe.

Sitematizando, para realizar a *mediação contra-hegemônica*, as ocupações precisam simultaneamente (1) ter uma ação espacial permanente; (2) compreensão econômica política da cidade (3) caracterização política do trabalhador sem-teto (4) potencialização do modo de vida comunitário, (5) abertura permanente para massificação, assim, comunicando com a periferia e a cidade; (6) movimento social contra-hegemônico com organicidade nas instâncias da ocupação.

É um espaço de mediação contra-hegemônica porque a comunicação não é encarada apenas para informar, mas para massificar outro modo de vida de forma orgânica permitindo o acesso presencial nesta luta. Qualquer desconexão com as categorias de ação espacial, periferia, fetiche da mercadoria, modo de vida comunitário poderia descaracterizar essa função da ocupação.

A ocupação tornou-se o instrumento central do MTST, como um recurso de ação coletiva, com potencialidades na formação de identidades coletivas, nas relações subjetivas desenroladas em meio às dificuldades materiais, na formação de militantes anticapitalistas, no embate com o Estado e seus governos. (GOULART, 2011, p.53)

O que atribui todo esse potencial de mobilização ao movimento não são apenas seus meios de comunicação em sentido restrito, pois, se assim fosse, as organizações com maior

alcance em termos de meios de comunicação alternativa também teriam um poder de mobilização equivalente. O tipo de ocupação do MTST unifica uma atuação espacial que cria um espaço para a mediação contra-hegemônica.

3.7 COMUNICAÇÃO POPULAR E APROPRIAÇÃO SOCIAL

A comunicação popular é compreendida por Peruzzo (2006), como democratização do acesso à informação sobre a realidade e também pela intencionalidade de mobilização contra-hegemônica.

A comunicação faz parte dos processos de mobilização dos movimentos sociais populares em toda a história e em conformidade com a capacidade de organização e com os recursos disponíveis em cada época. O Fórum Social Mundial, por exemplo, adquiriu grandes proporções porque soube usar a internet como canal de comunicação. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra (MST), passou de pequenos boletins informativos ao uso de revistas e ao papel de protagonista de uma agência de notícias, a Brasil de Fato. Enfim, os movimentos populares se adequam às condições dadas para poderem se comunicar [...]. Do panfleto ao jornalzinho e dele ao blog e ao website na internet, do megafone ao alto-falante e dele à rádio comunitária, do slide ao vídeo e dele à TV Livre e ao Canal Comunitário da televisão a cabo, são evidências do exercício concreto do direito à comunicação como mecanismo facilitador das lutas pela conquista ou ampliação dos direitos de cidadania, incluindo o de comunicar (PERUZZO, 2013, p. 6).

No caso do MTST produz-se uma comunicação acessível aos trabalhadores periféricos, independentemente de seu nível de escolaridade com o objetivo claro de massificação das lutas sociais.

A comunicação popular do MTST não é restrita aos seus meios de comunicação, mas através deles massifica-se a informação sobre a mobilização para os potenciais ocupantes e militantes. Por não haver financiamento próprio para a comunicação impressa, a internet acaba sendo prioridade

A internet, do ponto de vista das possibilidades, com o compartilhamento das informações abre uma dupla perspectiva a comercial e a do mundo da vida. Sendo que a do âmbito da vida pode promover interações mais baratas às longas distâncias. (BOLAÑO, 2013)

Com o barateamento de custos para a utilização da Internet, o movimento articula sua comunicação interna e externa com as ocupações urbanas. No meio digital, através das redes sociais, dos quais boa parte dos ocupantes participa. Para cada ocupação O MTST cria uma página do Facebook para a comunicação externa com o bairro; e para a comunicação interna, cada grupo de acampados tem um grupo no Whatsapp.

A comunicação da página de cada ocupação é alimentada pela coordenação do MTST responsável pela ocupação e por um incipiente setor de comunicação que não possui nenhum

profissional da área. Por conta dessa falta de estrutura, não se tem uma periodicidade de alimentação da página e nem um projeto de comunicação externa que possa abranger outras ferramentas das mídias sociais. Geralmente, a página informa sobre eventos culturais que acontecerão na ocupação, como os saraus, alguma mobilização mais geral, ou pautas exclusivas do bairro, como lutam por mais vagas nas creches ou por mais linhas de ônibus.

A comunicação interna digital é estabelecida pelo Whatsapp, aplicativos adquiridos de forma gratuita nos telefones celulares são criados grupos de interação entre os acampados. O grupo tem uma regra geral interna estabelecida pela coordenação do MTST, para repassar informações e agendas de mobilização apenas referentes ao movimento e suas lutas.

ATENÇÃO!! REGRAS DE USO DOS GRUPOS DE WHATSAPP !!Ocupação Povo Sem Medo - Capão!! Este grupo foi feito para compartilhar questões relacionadas ao movimento MTST e a nossa luta na ocupação Povo Sem Medo – Capão. Vídeos e áudios que não estão relacionados a luta devem ser evitados neste grupo. Vídeos, fotos e áudios religiosos não devem circular neste grupo, respeitando a liberdade religiosa. Quem circular piadas, comentários, Vídeos, áudios que sejam preconceituosos e desrespeitosos com: mulheres, negros, religiosos ou não religiosos e homossexuais estarão sujeitos a exclusão do grupo. Este grupo não substitui a assembleia, nem as lutas. Informes serão sempre repassados nas assembleias. O coordenador não pode pegar presença pelo WhatsApp. Dúvidas individuais perguntem ao coordenador (a) no privado. ATENCIOSAMENTE COORDENAÇÃO MTST (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM-TETO, 2017).

Obedecendo ao princípio de combate ao fetiche da mercadoria, é vetada a publicidade de quaisquer bens ou empresas, ou o conteúdo preconceituoso. Seguindo também o estímulo à participação política e à organicidade, as regras não permitem a substituição da presença nas instâncias do MTST, como as reuniões, assembleias e marchas. A desobediência a essa regra pode acarretar a expulsão do grupo virtual e na sequência um diálogo direto com alguém da coordenação, podendo ao grupo voltar com uma retratação pública.

“É preciso lutar pela autogestão do tempo livre, contra as tendências individualizantes e desagregadoras que a gestão capitalista significa” (BOLAÑO, 2013, p.59). Com o advento da internet, as possibilidades de convergência entre a produção material e a produção simbólica crescem para termos mundiais, fugindo em nada da forma mercadoria, à produção do valor e da mais-valia. Aprofundando também a alienação do trabalho e do espaço, que pela segmentação do consumo aproxima pessoas distantes, ao mesmo tempo em que, distancia vizinhos. Mas está abrindo ainda uma possibilidade de socialização do trabalho cultural pela importância do valor de uso e não do valor de troca.

A forma como se modificam as relações sociais pela organização de um modo de vida comunitário e o como isso é replicado nos meios internos de comunicação, com uma regra interna clara e justa para manter esse instrumento a serviço da coletividade, é a realização da *apropriação social* (NEUMAN, 2008).

Nota de campo, 17 de janeiro de 2017.

Prisão de Guilherme Boulos.

A manhã desta terça-feira começou diferente das demais. Eu estava na casa de meu amigo Roberto Oliveira, jornalista de esportes da UOL, aguardando a entrevista à tarde com Guilherme Boulos, coordenador nacional do MTST, quando recebemos a notícia pelo Whatsapp de que Boulos tinha sido preso pela Polícia Militar do Estado de São Paulo. Ele tinha ido negociar a situação de famílias que não eram do MTST, mas que estavam sofrendo com um despejo estatal forçado por uma reintegração de posse. Na mesma hora contatei Michel Navarro que me informou que estava esperando as orientações. Depois de alguns minutos, Michel me informou que estava indo para a ocupação no Capão Redondo e não poderia falar mais coisas pelo celular, mas se eu quisesse poderia encontrá-lo no metrô Butantã em uma hora. Nessas alturas, a notícia da prisão já estava nos monitores de TV do metrô.

De carona com Michel, pegamos a Deby, também coordenadora da ocupação. Me informaram que tinham passado “zap” para que todos os acampados se reunissem no barracão. Ainda era umas dez horas da manhã e boa parte das pessoas trabalhavam no momento.

Quando chegamos no Povo sem Medo do Capão Redondo, já havia quase uma centena de pessoas reunidas com casacos e guarda-chuvas, pois estava chovendo no bairro. Michel Navarro, coordenador estadual, puxou uma assembleia e explicou o que significava a prisão de um integrante do MTST: “prenderam um companheiro porque foi contra a remoção de centenas de famílias em mais uma opressão do governo. E estamos em estado de alerta até que esse companheiro seja liberado, porque no MTST ninguém fica para trás”, gritava Michel Navarro. Parar as principais rodovias federais e estaduais com barricadas de pneus flamejantes era o que tinha sido ventilado como ação insurgente.

Tirei uma foto com todos os participantes segurando cartazes com os dizeres: “Libertem o Boulos”. Foi pedido aos acampados que fizessem o mesmo em seus locais de trabalho ou moradia. A mesma campanha estava sendo viralizada pela Internet, e diversas figuras públicas, movimentos sociais, políticos e artistas famosos tinham aderido a ela. Minutos depois ficamos sabendo da liberação de Boulos e que a orientação era para não fazer mais ato naquele dia, pois outra grande ação seria pensada em reunião da coordenação do movimento no dia seguinte. As presenças foram contabilizadas com uma boa pontuação pelo caráter de urgência e Michel me informou que eles estavam prontos para, através das ocupações, parar quatro rodovias federais e algumas outras ações de solidariedade pelo Brasil, em menos de duas horas (informação verbal)³⁶.

É enorme a velocidade que as informações entram nesta fase de acumulação capitalista, quando articuladas com a urbanização do capital reestruturado, alteram o sentido de espaço-tempo. (CARLOS; VOLOCHUKO; PINTO, 2015). Quando a apropriação do espaço é potencializada pela apropriação social dos meios de comunicação, não apenas o alcance cresce como a velocidade de resposta às adversidades que o conjunto enfrenta. Isto torna o combate contra-hegemônico, a partir da organização do MTST, de uma força retro

alimentadora, porque os problemas sobre o bairro e sobre a cidade também aparecem ao conjunto do movimento, não dependendo apenas dos meios de comunicação hegemônicos para se informar. Por causa dessa relação orgânica nos bairros periféricos chega-se aos invisíveis das cidades mercadoria e o movimento torna-se referência além de sua base social mais imediata, para transformarem-se em referência para além dos sem-teto, comunicando com todos esses sujeitos pelos seus instrumentos de comunicação popular.

Um dia desses, resolvemos testar o nosso poder de convocação atual. Decidimos enquanto MTST chamar uma grande passeata para a principal avenida do centro de São Paulo e não convocarmos nossa base social. Não íamos passar lista, nem contar a presença. Fizemos um cartaz e um evento no Facebook. Não entregamos um panfleto na rua, nenhum material impresso. Informamos nas assembleias das ocupações. Obviamente com uma pauta definida da defesa dos direitos dos trabalhadores e contra o governo. Fomos com uns duzentos militantes, só os “firmeza” mesmo para ajudar na organização do ato. Resultado. Deu cem mil pessoas na Paulista. Isso aconteceu em novembro de 2016 (informação verbal)³⁷.

A utilização dos instrumentos de comunicação é potencializada pelas redes informais comunitárias para além da ocupação. Deste modo, uma convocação de luta ampla que tenha simpatia entre os outros trabalhadores não ocupantes pode agregar além da própria base social do MTST e com o momento conjuntural político multiplicar seu potencial de mobilização.

Sendo assim, a comunicação popular do MTST não se resume aos seus jornais e panfletos, mas a sua inserção orgânica nas periferias urbanas através da ocupação que comunica. A utilização crítica dos instrumentos de comunicação possibilita apropriação social das TIC e com uma mobilização coordenada essas respostas podem eclodir de maneiras mais rápidas e incisivas.

37 JOSÉ AFONSO. Entrevista 1. [jan. 2017]. Vinícius Oliveira. Taboão da Serra (SP), 2017.

4. CONCLUSÃO

A cidade vira um dos centros das ambições, transforma-se no bojo da superexploração da precária condição de vida do trabalhador periférico. A mais valia retirada no local de trabalho é ampliada na renda diferencial urbana e retirada no vampirismo do capital na desorganização do espaço. É como os capitalistas da cidade geram as periferias e favelas. E como resultados de resistências, as ocupações urbanas.

As ocupações urbanas do MTST não criam apenas formas de luta para os acampados, ela cria um outro tipo de relação com os acampados que tem ressonância para os moradores dessas periferias. Esse novo tipo de relação, tem a ocupação urbana como principal instrumento de comunicação.

Imagem 4: Concentração para assembleia da Ocupação Povo Sem Medo do Capão com aproximadamente duas mil pessoas.



Fonte: Acervo do autor

Não é somente o discurso falado que mobiliza os trabalhadores da periferia, mas a combatividade do MTST somado a seu modo de vida comunitário contra-hegemônico. Quando os periféricos visualizam nas ocupações o que o movimento estabelece na organização do espaço e dos acampados, é quando grande parte deles sentem-se convidados a

participar.

Deste modo, as ocupações urbanas, enquanto prática espacial, com esse modo singular do movimento acaba criando uma mediação contra-hegemônica. Essa mediação não se dá apenas no sentido de esclarecimento, mas, sobretudo, na propaganda de um modo de vida contra-hegemônico. Esta escolha política do movimento de potencializar uma vida comunitária combatendo o fetiche da mercadoria nas relações sociais, somado a forma organizativa do MTST, com estímulo a organicidade dos acampados e militantes são o grande diferencial das ocupações.

E ao fazerem parte da ocupação, os que decidem entrar no movimento tornam-se intelectuais orgânicos dos diversos campos da vida e realizam a mediação contra-hegemônica, ressignificando sentidos comuns nos seus diversos setores e combatendo as propagandas das indústrias culturais sobre o movimento social e a luta pelo direito a moradia.

Comparar um bairro onde os ricos moram, com uma ocupação na periferia. A simples comparação dessa desigualdade espacial contrasta as desigualdades de diversos direitos. Um método comum de comunicação que abre margem para discutir as pautas mais gerais dos trabalhadores. Parte da reflexão do senso comum mais iminentemente sensorial. Essa desnaturalização das desigualdades leva a disputa pelos direitos dos trabalhadores em uma linguagem acessível e potente.

Quando os instrumentos de comunicação popular do movimento estrutura-se baseado na sua fórmula organizativa e a partir dos seus princípios e regras de gestão, a apropriação social é realizada potencializando o seu sentido de informação e mobilização, amplificando seu papel a outros atores além das ocupações e dos bairros periféricos do entorno e aumentando a velocidade de respostas dos movimentos.

Ocupar é comunicar que os trabalhadores não aguentam mais serem empurrados para fora.

Duas mãos.³⁸

Temos duas mãos para uma ajudar a outra,
e a outra
e a outra
e até mesmo aquela
que se fecha entre seus dedos
e se comunica com apenas UM
Um solitário dedo

38 Duas mãos- poesia de Vinícius Oliveira. Escrita em 8 de Janeiro de 2017 em São Paulo durante a vivência etnográfica.

se iludindo que existe melhor entre nós
e por medo, aponta para o céu
sem perceber que o paraíso é aqui
no entrelaçar dos dedos
de tantas mãos calejadas
que já enxugaram lágrimas
assoaram narizes
venderam pizzas e DVDs
e cozinham cuscuz.

Mãos que já amoleceram aço
Constroem portões
mas ficam do lado de fora
no desemprego, no subemprego.
Mãos que pintam unhas
de cores tão reluzentes
que parecem faróis
indicando o certo
e o gostoso
que duram
conforme a química do detergente
ou algum anel de machista tentar lhe tolher.

Mãos que com unhas arranham opressores
Cravam barracos
levantam lonas
erguem-se como panteras
batucam como quilombos
batem palmas e torés
por uma outra vida
Porque duas mãos
podem até se segurar
mas é preciso muitas mãos
para revolucionar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOLAÑO, César (org.). **Comunicação e a Crítica da Economia Política: perspectivas teóricas e epistemológicas**. 1ª Ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2008.

_____. **Indústria Cultural, Informação e Capitalismo**. 1ª Ed. São Paulo: Editora Hucitec/Pólis, 2000.

_____. **Campo Aberto- Para a Crítica da Epistemologia da Comunicação**. 1ªed. Aracaju: Edise, 2015.

_____, **Economia Política da Internet**. Universidade Federal de Sergipe. Aracaju: Ed. UFS. Vol. II. 1ª Edição. 2013.

_____; VIEIRA, Eloy Santos. **Economia política da internet e os sites de redes sociais e luta de classes**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 36, Manaus. **Anais...** Manaus: Intercom, 4/7 set. 2012. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-0126-1.pdf>.

_____;CABRAL, Adilson. **O Brasil e o movimento social global: uma análise dos eventos de junho de 2013 em perspectiva histórica**. Liinc em Revista, Rio de Janeiro, v.10, n.1, p. 10-21, maio 2014, <http://www.ibict.br/liinc>

_____; CABRAL, Adilson;PAULINO, Fernando; TÁVORA, Bruna. **O campo da Comunicação na América Latina: efeitos da mídia, comunicação popular, economia política e o atual desafio teórico e epistemológico**. 2014.

BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos?: Uma introdução a luta dos sem-teto**. São Paulo. Scortecci. 2015.

BONDUKI, Nabil e Raquel Rolnik. **Periferia**, in Cadernos de Estudo e Pesquisas, Prodeur/FUPAM FAU-USP, São Paulo. 1982

BOTELHO, A.. **O urbano em fragmentos. A produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário**. São Paulo, AnnaBlume/Fapesp. 2007

BRECHT, Bertold (1927-1932). **Teoria do rádio**. Disponível em: <http://www.radiolivres.org/node/3667>

CARLOS,VOLOCHUKO,PINTO. Ana Fani, Danilo, Isabel. **A Cidade como negócio**. São Paulo. Contexto.2015

CARVALHO, Lygia Nunes. **As políticas públicas de localização da habitação de interesse social induzindo a expansão urbana em Aracaju- SE**. 2013. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de

São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em:
<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-04072013-103928/>>

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica - antropologia e literatura no século XX**. 4 ed. Rio de Janeiro (RJ): Editora UFRJ, 2011. Disponível:
<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1361>

COUTINHO, Eduardo Granja. **Bezerra da Silva: malandragem, marginalidade e contrahegemonia**. In: BRAZ, Marcelo (ORG). Samba, cultura e sociedade. Trabalhadores e sambistas entre a questão social e a questão cultural no Brasil, Ed. Expressão Popular, 2008.

_____. **Gramsci: a comunicação como política**. In: PAIVA, R; COUTINHO, E.. FILHO, J. Mídia e Poder: ideologia, discurso e subjetividade. Ed Rio de Janeiro, MAud X, 2006.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. Trad. Beatriz Medina. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

ECKERT, C.; ROCHA, A. L. C. **Etnografia de rua**: estudo de antropologia urbana. Revista do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade da UNICAMP, Campinas - SP, 2009.

ENGELS, Friedrich. **Contribuição ao problema da habitação**. 1886

GOULART, Débora. **O Anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST)** Tese (doutorado) Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Filosofia e Ciências. 2011

GIANNOTTI, Vitor. **Comunicação para disputa de hegemonia**. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da Cultura**. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 5ª ed., 1985.

_____. **Os jornais e os operários**. Marxists Internet Archive, 2005 .Disponível em:
<http://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm>.

HARVEY (org). David. **Cidade Rebeldes**. São Paulo. 1ªed. Boitempo, 2013.

_____, **O direito a cidade**. São Paulo. *Lutas Sociais*, n.29, p.73-89, 2012

IASI, Mauro. **A rebelião, a cidade e a consciência** In: **Cidade Rebeldes**. HARVEY (org). São Paulo. 1ªed. Boitempo, 2013.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. Paris: Éditions Anthropos. 2006.

MARICATO, Ermínia. **Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras**. São Paulo: Em perspectiva, vol. 14, n.º 4, out./dez. 2000, p. 21- 33.

_____. É questão urbana, estúpido! In: **Cidade Rebeldes**. HARVEY (org). São Paulo. 1ªed. Boitempo, 2013.

MAGNANI, J. Guilherme. “**De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**”.Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol 17, n. 49 - São Paulo, junho de 2002

MARTINS,T. Bruna. **Hegemonia e mediação: um estudo sobre o trabalho cultural a partir do programa de tv esquentar**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Sergipe. 2015

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Tradução de Reginaldo Sant'Anna .32ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MAUSS, Marcel. **Manual de Etnografia**. Buenos Aires: Fondo Argentina, 2007. Disponível :<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1356>

MONTAÑO, Carlos. Estado,classe e movimento social. 2ªed. São Paulo Ed. Cortez, 2011.

MORAES, Dênis de (Org.). **Mutações do visível: da comunicação de massa à comunicação em rede**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2010.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. **Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e comunitária revisitados. Reelaboraões no setor**. Palavra Clave, vol 11, num 2, diciembre, 2008, pp 367-379. Universidad de La Sabana, Colômbia. Disponível em: <http://palabraclave.unisabana.edu.co/index.php/palabraclave/article/view/1503/1744>

_____. **Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária**. In Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 29º Intercom, 2006, Brasília.

_____. **Aproximações entre comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço**. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 31º, Natal, RN, 2008a

SILVA, M. R. **A renda da terra em Marx e a questão da moradia urbana em Engels**. Terra Livre Dourados/MS Ano 24, v. 2, n. 31 p. 93-101 Jul-Dez/2008

ANEXO 1

ROTEIRO DE ENTREVISTA para o Coordenador nacional do MTST, Guilherme Boulos.

A. Mercadoria e o seu fetiche.

1. Proibição da venda: solidariedade x desmercantilização das relações sociais.
2. Valor de uso é o da participação política? Como sistematiza?
3. Caminhos da Auto-sustentação?
4. Trabalho. Redivisão social do trabalho (questão da militância)?

B. Contra-hegemonia e Cidade.

5. A ocupação urbana é um espaço de contra-hegemonia, que congrega idéia e força?
6. Construção física e manutenção do espaço x Reestruturação produtiva desorganiza as identidades e os espaços. Permite expressão de identidades, de perfis, de outras formas de trabalho.
7. Desempregados e Favelização?
8. O sentido dos Princípios e regras do MTST?

C. Mediação e Comunicação Popular.

9. Ocupação e o impacto nas periferias ao redor?
10. Ocupação o que mais contrasta na cidade do capital, desmercantilização do espaço.
11. Movimentos sociais- Concepção e porque a partir da moradia?
12. ORGANICIDADE e os núcleos. O significado pro MTST?
13. O papel do intelectual orgânico no MTST?
14. Critérios para escolha dos coordenadores?
15. Regras para Whatsap dos núcleos?
16. Princípios da Comunicação do movimento.
17. Procedimentos para informações ou conflitos que desarticulam as lutas e relações sociais?
18. Utilização dos meios da internet- Apropriação social
- 19- Cuidado com os meios digitais?
20. Livre.